



**AUTOGESTÃO NO MUTIRÃO: NOVAS E VELHAS QUESTÕES**

DEDALUS - Acervo - FAU-PGR



20300018452

**Elaine Ferreira Rosa**

*Data Defesa: 15/05/2012*

São Paulo, 2012

**Exemplar Revisado.**

**Autogestão no mutirão: Novas e Velhas Questões**

**Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo como requisito para obtenção do  
título de mestre**

**Área de Concentração: Habitat**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL,  
SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.  
O original se encontra disponível na sede do programa

São Paulo 13 de julho de 2012

São Paulo, 2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO PARA, FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

EMAIL: [elainerosa@usp.br](mailto:elainerosa@usp.br)

## **Autogestão no mutirão: Novas e Velhas Questões**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo como requisito para obtenção do  
título de mestre

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins

Banca Examinadora:

Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins

Instituição: FAU – USP

Cibeli Saliba Rizek

Instituição: IAU – USP

Reginaldo Luiz Nunes Ronconi

Instituição: FAU - USP

Aprovada em: 15 de maio de 2012.





**Para o Wall.  
Também aos meus pais  
e aos pequenos Guilherme, Gabriela e Pablo.**

## **Agradecimentos**

Agradeço a professora e companheira Malu Refinetti pela orientação e contribuições direcionadas ao desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também aos professores Reginaldo Ronconi e Cibeli Rizek pela disposição e considerações apontadas na banca de qualificação, muito importante para o desdobramento e fechamento do trabalho.

Agradeço também a equipe da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco, em especial ao Sérgio Gonçalves e ao Rubens Liberatti, pelo aprendizado diário da experiência na gestão pública, essencial para desbravar as barreiras do Estado, e vivenciar os limites e as virtualidades da atuação pública no enfrentamento das precariedades e conflitos urbanos para a construção de cidades mais justas.

Agradeço a todos os entrevistados que disponibilizaram um pouco do seu tempo e contribuíram com elementos fundamentais para a construção dessa pesquisa.

Agradeço a todos os meus companheiros e companheiras do movimento de moradia pelo apoio e sugestões: Maria das Graças Xavier e Fátima dos Santos do mutirão Jardim Celeste; Adilson César, Rici e Carlinhos, Chicó e Marli, Maurício Lima, Amantino e Miguel Gomes do mutirão City Jaraguá; Dito, Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro, Verinha, Donizete Fernandes, Abraão e Jô, Leonor Galdino, Roberto dos Santos, Elenízia Simões, Rosana Silva, Rose Rodrigues, Zequinha, Edson e Sr. João (Butantã) da União dos Movimentos de Moradia – UMM-SP; Leonardo Pessina e Isabel Cabral assessorias técnicas dos movimentos.

Aos amigos de sempre peço desculpas pela ausência, aos novos amigos agradeço pelo incentivo constante. Aos amigos, Edilson Mineiro, Evaniza Rodrigues, Dito, Henrique Pacheco, Graça Xavier, Vera Valgas, Sandra Simões, Dito, Max Mú, Nice Abrantes, Ronaldo e Elaine, Fatiminha, Ana Paula, Adriana Cruz, Léo, Bob, Fernanda Accioly, Márcia Barral, Prof. Luiz Carlos e Laila Mourad pelas conversas, reflexões e sugestões que muito contribuíram para essa pesquisa.

As meninas do conselho e participação: Roseli, Marlúcia, Léo, Carmem e Ivonete, agradeço pelo apoio, compreensão e carinho nesse processo.

Aos companheiros do mutirão Zorilda, por essa nova e prazerosa experiência da ação social.

Ao grupo de origem City Jaraguá, em especial, a Elaine (Keli), Joelma, Náia, Larissa e Neusa, pelo apoio e colaboração na organização do grupo e pela amizade e companheirismo.

Aos meus familiares queridos agradeço pelo apoio, em especial aos meus pais Esperidião e Joana meu eterno agradecimento por compartilharem com todo carinho, apoio constante e muito incentivo em todos os momentos de minha vida e por proporcionarem a possibilidade de percorrer esse caminho. Aos meus irmãos e amigos

Juca e Hélio pelo carinho e apoio incondicional. A minha irmã Lia pelo recomeço. Aos meus lindos e amados sobrinhos Sheila, Hellen, Wellington, Henrique, Nataly, Gabriela, Pablo, Carol e Aninha.

À Miriam e a tia Felícia, pelo apoio, carinho e amor e, principalmente, por compartilhar conosco (eu e o Walter) do cotidiano do Gui.

E por fim, agradeço imensamente ao Walter, meu amigo, amor e companheiro de vida, por ter me proporcionado a conclusão desse processo com plena dedicação, por compartilhar as inquietudes e reflexões sobre o processo, pelas inspirações e ajudas constantes e concretas. E principalmente, pela paciência, cumplicidade e amor, pelo aprendizado mútuo e entusiasmo diário.

E a você Guilherme, meu filhote, agradeço pela paciência, amor, alegria e entusiasmo.

## **Resumo**

Essa dissertação busca contribuir para a reflexão a cerca das condições de produção e apropriação do espaço na cidade de São Paulo, através da atuação dos movimentos de moradia. Para desenvolver essa discussão, primeiro construímos uma abordagem histórica do conceito de autogestão e como o movimento de moradia se apropria desse termo. Partimos do pressuposto de que o desenho das políticas públicas, particularmente a habitacional, é resultado da disputa de interesses e da interação entre Estado, mercado e sociedade civil. E que a partir dessa interação o movimento de moradia se formou, amadureceu e passou a interferir na formulação das políticas habitacionais.

**Palavras-chave:** autogestão, política habitacional, luta de classes, mutirão.



**Abstract**

This dissertation seeks to contribute to the reflection about the conditions of production and ownership of space in the city of São Paulo, through the work of the movement of housing. To develop this discussion, first built a historical approach of the concept of self-management and how the housing movement takes ownership of that term. On the assumption that the design of public policies, particularly the housing stock, is a result of the dispute of interest and interaction between State, market and civil society. And that from this interaction the housing movement formed, has matured and started to interfere in the formulation of housing policies.

**Keywords:** self-management, housing policy, class struggle, a collective

## SUMÁRIO

Introdução.....	16
<b>1. A sociedade civil organizada em luta pela moradia.....</b>	<b>27</b>
<b>2. Autogestão: Fundamentos e Matrizes.....</b>	<b>40</b>
2.1. Autogestão e Socialismo Utópico.....	41
2.2. Autogestão e Marxismo.....	44
2.3. Autogestão no Mutirão: o produto.....	54
<b>3. Autogestão e prática política.....</b>	<b>61</b>
3.1. Os sujeitos do movimento de moradia e o urbano.....	61
3.2. A hierarquia do movimento: lideranças e demanda.....	69
3.3 O papel da Assessoria Técnica.....	81
3.4. Autogestão no Cotidiano.....	85
3.5. O papel da política pública para o movimento de moradia.....	88
3.6. Avanços e entraves na consolidação da autogestão: a construção de um novo sujeito .....	92
<b>4. Os produtos e sua inserção na cidade legal.....</b>	<b>109</b>
4.1. Acesso ao solo informal urbanizado: regularização.....	109
4.2 O Poder da Ideologia no Direito.....	112
4.3 Novo Marco Jurídico.....	117
4.4 Experiências em curso: dois casos paradigmáticos.....	119
4.5. Os entraves da comercialização.....	132
<b>5.Considerações finais.....</b>	<b>141</b>
<b>Bibliografia de referência.....</b>	<b>145</b>

## Lista de Figuras e Tabelas

### Figuras:

<b>Figura 1:</b> Cartilha "COMO CAIR FORA DO BNH"? (1986)	30
<b>Figura 2:</b> Quadrinho da Autogestão (livreto produzido pela UMM-SP 1997)	32
<b>Figura 3:</b> Cooperativas de habitação vinculadas à FUCVAM, no Uruguai, e Mutirão autogeridos do FUNAP'S-Comunitário, São Paulo	33
<b>Figura 4:</b> Entrega das Assinaturas do PL do FNMP ao Congresso Nacional (novembro de 1991)	36
<b>Figura 5 e 6:</b> Apresentação de Teatro pela demanda City Jaraguá e quadrinho "Nossa Cidade" do livreto de autogestão produzido pela UMM-SP em 97)	57
<b>Figura 7:</b> Concretagem das colunas do Mutirão City Jaraguá	58
<b>Figura 8:</b> Últimas escadas concretadas pela equipe mutirão City Jaraguá	59
<b>Figuras: 9 e 10:</b> Vistas do mutirão São Marcos – FUNAPs-Comunitário	83
<b>Figuras: 11 e 12:</b> Vistas do mutirão Por do Sol – FUNAPs-Comunitário	84
<b>Figuras: 13 e 14:</b> Vistas do mutirão Colinas da Oeste – Crédito Solidário	108
<b>Figuras 15 e 16:</b> Reunião com a demanda do Colinas e Horário de Almoço no mutirão City Jaraguá	108
<b>Figura 17:</b> Favela Santa Cristina – Jardim Celeste	121
<b>Figura 18:</b> Planta da aérea do mutirão Jardim Celeste	123
<b>Figura 19:</b> Planta do Jardim Celeste no Cartório de Registro de Imóveis	124
<b>Figuras 20 e 21:</b> Fotos de diversas partes do mutirão Jardim Celeste	125
<b>Figuras 22 e 23:</b> Vistas do mutirão Jardim Celeste	125
<b>Figuras 24 e 25:</b> Festa de inauguração do mutirão Jardim Celeste	126
<b>Figuras 26 e 27:</b> Ocupação do terreno da Voith e City Jaraguá	127
<b>Figura: 28:</b> Ato político do movimento de moradia da Zona Oeste pela Assinatura com a COHAB-SP do início das obras dos mutirões da 2ª geração	128
<b>Figura 29:</b> Atividade Social Mutirão City Jaraguá	129

<b>Figura 30:</b> Prestação de Contas do recurso do FMH –SP com a presença de Manoel Victor e Ricardo Schumann (respectivamente superintendente de finanças e presidente da COHAB de SP em 2004)	130
<b>Figura 31:</b> Foto aérea do mutirão City Jaraguá e entorno	130
<b>Figuras 32 e 33 –</b> Dia comum de trabalho mutirante – City Jaraguá	131
<b>Figura 34:</b> Entrega da Chave a mutirante Dona Nivalda pelo então Prefeito em exercício Hélio Bicudo (set/2004)	131
<b>Figura 35:</b> Festa de inauguração do mutirão City Jaraguá (ser/2004)	132
<b>Figuras 36 e 37:</b> Manifestações a favor da Reforma Urbana e Contra o Prefeito Kassab em abril/2009.	136

#### **Tabelas:**

<b>Tabela 1:</b> Valores referentes aos financiamentos habitacionais concedidos pelo SFH (1964-2006)	38
<b>Tabela 2:</b> Atendimentos habitacionais realizados com recursos do SFH (1964-2006)	39
<b>Tabela 3:</b> Linha do tempo: política habitacional: autogestão e movimento popular	107
<b>Tabela 4:</b> Tabela com proposta de valores das Unidades Habitacionais produzidas com recurso do Fundo Municipal de Habitação	133 a 136
<b>Tabela 5:</b> Resolução CMH nº 37 que define os procedimentos operacionais para os parâmetros de comercialização e regularização dos empreendimentos construídos com recursos do FMH	137 a 141

## **Lista de Siglas**

ADM: Associação em Defesa da Moradia

BACEN: Banco Central do Brasil

BNH: Banco Nacional de Habitação

CAAP: Centro de Assessoramento à Autogestão Popular

CCU: Centro Cooperativo Uruguaio

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CMP: Central dos Movimentos Populares

COHAB: Companhia de Habitação

CONAM: Confederação Nacional das Associações de Moradores

CUT: Central Única dos Trabalhadores

FAR: Fundo de Arrendamento Residencial

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDS: Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNMP: Fundo Nacional de Moradia Popular

FUCVAM: Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua

FUNACOM: FUNAPs-Comunitário

FUNAPs: Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal

HABI: Superintendência de Habitação Popular

HIS: Habitação de Interesse Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MCid: Ministério das Cidades



**MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**

**MMC: Movimento de Moradia do Centro**

**MMRC: Movimento de Moradia da Região Central**

**MNLM: Movimento Nacional de Luta por Moradia**

**MSTC: Movimento dos Sem Teto do Centro**

**PL: Projeto de Lei**

**PMSP: Prefeitura Municipal de São Paulo**

**SAB: Sociedade de Amigos de Bairro**

**SFH: Sistema Financeiro de Habitação**

**SNH: Secretaria Nacional de Habitação**

**SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**

**UH: Unidade Habitacional**

**ULC: Unificação de Lutas em Cortiço**

**UMM-SP: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**

**UNMP: União Nacional por Moradia Popular**

**ZEIS: Zonas Especiais de Interesse Social**

## Introdução

"(...) não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida" (Marx e Engels em a Ideologia Alemã, 198 pp. 37/38).

## O meu lugar nessa história

Impossível iniciar essa introdução sem relatar minha intrínseca relação com o tema tratado.

Meu envolvimento com a luta popular teve início aos dez anos, quando meu pai comprou um pedaço de terra no Jardim Paquetá para construir a tão sonhada casa própria e fugir do aluguel. Dois anos depois, na primavera de 87 na gestão do então prefeito Janio Quadros, foi determinada a reintegração de posse da área em favor do então proprietário Alécio Mazzon. Nós, junto às outras cerca de mil pessoas que moravam na Favela do Jardim Paquetá recebemos a notificação de que a reintegração de posse seria executada.

Nesse período, diversas favelas da região de Pirituba estavam sofrendo com os processos de reintegração, existia um grupo de advogados recém-formados (militantes do processo de redemocratização do país e da pauta da reforma urbana) que fundaram uma Associação em Defesa da Moradia (ADM), com o objetivo central de advogar em defesa das famílias carentes. Foi quando a coordenação da comunidade do Jardim Paquetá foi procurar auxílio desses advogados que também eram militantes da União dos Movimentos de Moradia. Esse grupo de advogados, em particular Henrique Pacheco (ex-vereador e deputado estadual pelo PT-SP) conseguiram a posse da terra para as famílias da favela do Jardim Paquetá e nos apresentou a luta do movimento de moradia. Esse foi meu primeiro contato com o movimento de moradia da Zona Oeste/Noroeste, que compõem à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

Em 1990, com a vitória do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura do Município de São Paulo a então prefeita Luiza Erundina compra a terra do Jardim Paquetá dos proprietários e transfere o direito de propriedade aos moradores. Foi uma primeira vitória.

Em seguida, com a formulação e estruturação do Programa de Urbanização Gradual de Assentamentos Informais a comunidade onde eu morava foi incluída através da modalidade autogestionária. Aqui foi meu primeiro contato com a proposta autogestionária e com a possibilidade de fortalecimento das organizações sociais, tanto defendida pelo movimento. O governo municipal de então, do qual participavam diversos profissionais e militantes oriundo do Movimento da Reforma Urbana, assumia essa forma de tratamento da moradia como uma das políticas para o setor. Lembro-me dos arquitetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano explicando através daquelas plantas enormes os projetos de intervenção e obras que a comunidade receberia.

A partir daí não deixei de acompanhar o meu pai em todas as caminhadas, debates, passeatas, ocupações, festas, enfim da luta do movimento. Essa trajetória marcou indelevelmente minha vida. Formada nas ciências sociais (por interferência da

vivencia no movimento e no partido dos trabalhadores) minha contribuição no movimento passou a ser na formação continuada, tendo como ferramenta o conceito de autogestão como elo transformador desses novos atores, protagonistas da ação. Não foi nem é um processo fácil, afinal muitas lideranças querem apenas construir casas – mutirão pelo mutirão e não pessoas e nem tão pouco fortalecer a luta local e a ação do movimento popular na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde meados de 95, participava do grupo de base no Jardim Pastão para conseguir ter minha casa em regime de mutirão autogestionário. Como militante minha transição da luta da favela para o grupo Sem Teto foi natural. Em 98 fui sorteada para compor a demanda do mutirão City Jaraguá. Acabei fazendo parte da coordenação do projeto desde o seu nascedouro. Foi a partir desse momento que comecei a exercer na prática os conceitos da autogestão no mutirão, mas em meio de muitas ambiguidades, afinal, era mais mutirão do que autogestão. O recurso do programa não nos permitia como hoje permite, no programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, ter mais autogestão e menos mutirão. Mas mesmo assim, conseguimos envolver a demanda em um dos sentidos da autogestão que é a autonomia, ajuda mútua e o fortalecimento da identidade de cada um, afinal como diz o poeta Geraldo Vandré “vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”. E foi isso que fizemos construimos, interferimos com nossas mãos e sabedoria popular num pedaço da cidade.

Foi nesse cenário, nas bases do movimento popular que a minha história de vida se desenvolveu. Porém depois de participar ativamente da produção do mutirão autogerido no City Jaraguá percebi quantas limitações era preciso superar, dentre elas, a própria dimensão e significado inerente ao termo autogestão.

Formei-me em Ciências Sociais na Fundação Santo André em 1998, trabalho profissionalmente na área de habitação em prefeitura da Região Metropolitana de São Paulo. As questões que me motivaram voltar para academia foram simultaneamente a busca de compreender melhor a fundamentação teórica e prática política do movimento popular em especial, mutirão autogerido, com seus sentidos, conceitos e perspectivas de intervenção e a cidade. A relevância de registrar e dar visibilidade a um tema pouco publicizado que é a questão do pagamento dos imóveis construídos sob a forma de mutirão autogerido e sua imbricação com a regularização e a legislação urbanística e ambiental.

No decorrer da dissertação ficará evidente que é um trabalho inicial que busca identificar os marcos para a sua interpretação do movimento de moradia e do significado e perspectivas do mutirão autogerido como forma de provisão de moradias, como parcela da política pública de habitação. Cada capítulo poderia ser uma tese. No prazo de um mestrado, com os conhecimentos adquiridos e com as pesquisas feitas, é o possível.

## **Introdução II**

A ideia de que as ações do Estado capitalista são imprescindíveis para garantir a continuidade do processo de acumulação – que só se realiza plenamente quando o Estado busca amenizar os antagonismos presentes na sociedade – foi utilizada para justificar as decisões tomadas pelo Estado nos países centrais. Lá, o Estado do Bem-Estar Social, não só objetivou atenuar os antagonismos da sociedade capitalista, como alargou suas bases ampliando seu mercado consumidor por meio da implementação de diversas políticas sociais (GRANOU, 1975).

No Brasil, onde o desenvolvimento da economia capitalista se realizou sobre as bases escravocratas, patrimonialista e burocrática, a implementação das políticas públicas, entre elas a habitacional, respondeu aos interesses da classe dominante em detrimento aos interesses coletivos<sup>1</sup>. E, o que se viu ao longo da história foi o acirramento das desigualdades sociais, da concentração de renda e, conseqüentemente, o estreitamento do mercado consumidor. Sem poder de compra, um segmento significativo da população brasileira foi posto à margem da sociedade e teve restringido o acesso a direitos básicos, como a moradia.

A implantação dessa política gerou impactos no espaço urbano que, atrelados a situação econômica de forte recessão e à fragilização das organizações sociais reprimidas pela ditadura (tuteladas e subordinadas ao Estado), propiciou a partir do início da década de 1980, a formação de novas organizações sociais, entre elas o movimento popular urbano. Ele, a partir do processo de redemocratização do país, se formou enquanto sujeito político (DAGNINO, 1999) e passou a interferir também, na formulação das políticas públicas. A definição das políticas habitacionais, que se restringia à interação entre Estado e mercado, alargou-se e passou a ser construída por uma relação triade entre Estado, sociedade civil e mercado, guardadas as distinções de pesos e medidas.

Quando nos referimos à sociedade civil, partimos do pensamento de Evelina Dagnino (1999) que a define como uma categoria ampla e dinâmica que sofre reformulações no decorrer da história de lutas políticas e sociais do país e, portanto, se difere do Estado e do mercado, mas se inter-relaciona com ambos<sup>2</sup>. E, a partir da concepção triade (Estado, mercado e sociedade civil) de Habermas, Cohen e Arato<sup>3</sup> a autora caracteriza sociedade civil como.

“campo plural das organizações e relações sociais que apresentam um potencial de mudança nas práticas políticas e sociais, através da tematização pública dos problemas e demandas dos diferentes grupos e setores sociais.” (DAGNINO, 1999:35).

A categoria sociedade civil vem responder, nos anos 70 e 80 a identificação comum de diferentes grupos (amplos e plurais) que passam a tomar pública as carências presentes na sociedade, reivindicam liberdades e justiça social. Estes grupos aglutinados por diferentes instituições (igreja católica, grupos de esquerda, sindicatos, entidades profissionais) tinham como elemento articulador o fato de serem organizações autônomas da sociedade. Significou um marco na organização civil da história brasileira, que até 1964 era tutelada e subordinada pelo Estado populista, e passa a ter como unidade a luta contra a ditadura.

O termo sociedade civil organizada que teve nesse primeiro momento forte conotação de oposição ao regime ditatorial, após a redemocratização do país ganha novo significado, como campo próprio capaz de contribuir, formular, interferir e ser parte da ação da política pública. Já no decorrer dos anos 90 e 2000, passa a abarcar outros significados, divergentes entre si, como o associativismo, fortalecido pela onda neoliberal,

<sup>1</sup> BOLLAFI (1979), VILLAÇA (1986), MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar. Petrópolis: Vozes, 1987; MELO (1988), BONDUKI (1998), entre outros.

<sup>2</sup> Vale destacar que não estamos tratando de uma visão determinista dessas categorias. Elas são compostas por uma diversidade de esferas e atores como valores e práticas distintas e ora se diferenciam, ora se aproximam de cada uma dessas categorias.

<sup>3</sup> Habermas, J. Between facts and norms. Cambridge, MIT Press, 1996 e COEHN, J e ARATO, A. A Civil society and political Theory. Cambridge and London, MIT Press, 1992.

que estabeleceu novas relações associativas que tomaram para si as atribuições das políticas sociais que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

Ao definirmos como objetivo da pesquisa analisar o programa habitacional, que tem como particularidade a autogestão, reivindicado pelo movimento de moradia e respondido pelo Estado, adotamos como perspectiva de análise o olhar voltado para a interação entre Estado e sociedade civil organizada. Consideramos que essa interação constitui-se numa dupla construção em que os atributos da ação dos Governos interferem (de maneira positiva ou negativa) no amadurecimento das relações sociais e na qualidade de institucionalização da sociedade civil, que por sua vez, causa, com diferentes potenciais, interferência na ação pública (RIBEIRO, 1995:15). Essa dupla construção é capaz de gerar uma esfera pública, ora mais, ora menos viva, conforme o grau de comprometimento do Estado e amadurecimento da sociedade civil.

Ao abordarmos a formação social do movimento popular urbano, (parte integrante da sociedade civil organizada), partimos da compreensão de que ela é composta pelas dimensões econômica, cultural e política. Trata-se de uma compreensão adotada por diversos teóricos como SHERER-WARREN (1987), SADER (1988) e outros, para interpretar as organizações e lutas sociais que se formavam no contexto de politização da sociedade no final da ditadura brasileira. Adotam entre eles a concepção do autofazer-se das classes sociais ao longo da história, tratada como processo dinâmico e ativo decorrente da ação humana e das condições materiais existentes. Segundo Sigolo (2007:24) recuperando Laclau (1986)<sup>4</sup>, essa nova perspectiva trouxe a noção de experiência e com ela, a percepção de sujeitos sociais, plurais e autônomos, a qual demonstrou que apenas a abordagem por meio da luta de classes não era suficiente para compreender os conflitos sociais da sociedade contemporânea.

Considerando que essas dimensões estão relacionadas entre si, a dimensão cultural segundo Sherer- Warren (1987) foi responsável por dar forma à organização e à práxis da sociedade civil nos anos 70 e 80, a qual intitulou “novos movimentos sociais”. Entre os componentes dessa dimensão estava primeiro, o reconhecimento do povo (que escapa às delimitações de classe), das condições materiais do capitalismo e das diversas formas sobrepostas de opressão (para além das relações de produção), entre elas as determinadas pelo espaço urbano<sup>5</sup>. E segundo, a apropriação de certos princípios formadores de sua base crítica apoiados nas ideias caracterizadas pela “democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade coletiva” (SHERER-WARREN, 1987:40), em resposta a insatisfação ao autoritarismo<sup>6</sup>.

A leitura feita pela autora é de que esses movimentos dos anos 70 e 80 apesar de proporem uma nova forma de ação política por vezes pouco conscientes, em resposta às condições políticas e econômicas daquele momento, apresentaram ambiguidades e muitas vezes esbarraram nas formas patriarcais de fazer política e em limites impostos pelas estruturas tradicionais, e com isso enfrentavam dificuldades para colocar em prática certos princípios e avançar, a passos largos, na direção das transformações sociais.

---

<sup>4</sup> LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 2, vol. 1, out. 1986.

<sup>5</sup> O conceito de espoliação urbana trazido por Lucio Kowarick em A espoliação urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, (pag. 59) trata dessas formas de opressão:.....“é o somatório das extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” citado por BARBOSA (2008:15).



Nesse sentido o papel desempenhado por agentes formadores e apoiadores foi fundamental para que fosse atribuída maior qualidade à sua dimensão política, justificando a observação da autora, de que estava sendo "formado um lastro social importante para a construção de uma nova cultura política de base no Brasil" (SCHEREN-WARREN, 1987:49). As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), instituições essencialmente leigas, "cuja inspiração central é estabelecer o relacionamento solidário entre os homens, conforme um modelo democrático de autogestão" (SINGER e BRANT, 1980:78) desempenharam papel fundamental na organização e formação do lastro social dos movimentos populares. Mas elas também vivenciaram a ambigüidade estabelecida pelo convívio do "novo" com a tradição e se defrontaram com limites, justamente por estarem sob a proteção institucional da igreja católica, mas possuírem valores e formas de interação com o mundo, que se contrapunham aos de segmentos conservadores da Igreja dominados pela hierarquia e patriarcalismo.

No forte otimismo que marcou o processo de redemocratização do país a partir de meados dos anos 80, os novos movimentos sociais foram vistos construindo as bases para uma vida mais democrática e mais socializadas, ainda que não apresentassem projetos definidos para o futuro. Foram saudados, estão como promotores de cidadania – o processo histórico de conquista popular através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar o seu próprio projeto.

O vácuo de cidadania historicamente presente na sociedade brasileira, se apresenta, conforme Marilena Chauí:

"porque a política brasileira é relação de tutela e de favor, e porque nela o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes, que não há cidadania no país, embora (...) haja movimentos sociais e populares para alcançá-la." (CHAUÍ, 1986:136).

Fica então evidente o caráter revolucionário atribuído pela autora aos movimentos sociais que foram, em grande medida, responsáveis pelos avanços conquistados, por ampliar as fronteiras da política (antes restritas aos setores da elite política) e por trazer de volta o debate sobre a esfera pública.

A luta pela conquista de direitos sociais, civis e políticos, e a luta pela cidadania preencheram o campo de disputa política deste período, especialmente em torno da constituinte de 1988, quando foi posta a necessidade de estabelecer um novo projeto ao Estado a partir de novas formas de gestão em que prevalecessem a democracia, a transparência, a autonomia local, a participação popular e sistemas de autogestão, em direção da construção de uma sociedade mais cidadã e incluyente. Na nova constituição federal foram conquistadas novas formas de participação direta na vida política do país, a partir da constituição de conselhos gestores de políticas públicas, a possibilidade de criação de projeto de lei de iniciativa popular, audiências públicas, plebiscitos e referendos.

A defesa da participação popular nos processos decisórios estava fortemente relacionada à visão de que pela via institucional, seria possível reverter o quadro de exclusão sócio-econômica e política que marca a história do país, e que se tornou mais evidente na ditadura militar. Isso porque foi o período em que o desenvolvimento conservador e concentrador adotado pelos militares levaram apesar do crescimento econômico (entre 1967 e 1973) ao acirramento da desigualdade social, a restrição do

acesso dos segmentos populares aos direitos básicos (em função dos desenhos das políticas públicas) em prol da preponderância dos interesses das classes dominantes.

A efetivação desses mecanismos político-institucionais na esfera federal pouco avançou ao longo dos anos 90, mas foram experimentadas na esfera local em diversas gestões de esquerda, a partir dos primeiros sinais da descentralização participativa como os conselhos municipais de saúde, habitação, meio ambiente, educação e ainda os orçamentos participativos.

Além das dimensões abordadas até aqui, a dimensão espacial apresenta fundamental importância para a compreensão da formação social do movimento popular urbano, por tratar-se de uma particularidade que o distingue dos demais movimentos sociais: o espaço urbano, como espaço político, lugar e objeto de estratégias de disputa (LEFEBVRE, 1970).

O primeiro elemento que está relacionado à dimensão espacial diz respeito à formação dos grupos associativos que se organizavam de forma autônoma a partir de uma identidade ou demanda definida pela territorialidade, no momento de forte repressão em que os partidos estavam proibidos de se organizar e os sindicatos sob o controle da ditadura militar. As CEBs principais interlocutoras, apoiadoras e incentivadoras dessas organizações (apesar de sua atuação não restringir aos movimentos que lutavam pelas questões urbanas), também eram estabelecidas territorialmente. E ainda hoje a maior parte dos movimentos de moradia se organiza a partir de grupos de origem que nascem dos bairros.

O segundo elemento relaciona-se às ações e reivindicações do movimento popular, inicialmente com as ocupações coletivas de terras, posteriormente com as reivindicações por melhores condições de vida (acesso à infraestrutura e serviços urbanos, regularização da posse), até a disputa para garantir o direito à cidade.

Essas ações foram responsáveis por publicizar a disputa que se dá em torno do espaço urbano, que passa pelo acesso a direitos, e materializa no território a desigualdade social e racial presentes em nossa sociedade. Apesar da ocorrência recente da diminuição do quadro da desigualdade social no Brasil<sup>7</sup>, atualmente, os 10% mais ricos ainda detém 75% da riqueza nacional (BRASIL/IPEA, 2008:18). A desigualdade é agravada na comparação por raça, quando em 2007 os negros e pardos eram 73,5% dos 10% mais pobres e 11,6% do 1% da população mais rica do país (BRASIL/IPEA, 2007b: 28-29).

A sociedade desigual se mostra na cidade pela exclusão do direito à moradia digna. Em 2006, as famílias com renda familiar até três salários mínimos representavam 90,7% da demanda por habitação do país (BRASIL/MCID/SNH, 2008). Em 2007, mais de 54 milhões de brasileiros moravam em condições precárias de habitabilidade, representando 34,5% da população brasileira. E novamente o aspecto racial se faz presente quando entre os brasileiros, os pretos e pardos são 47,6% e sofrem mais com os problemas habitacionais: eles são 66,3% dos moradores de cortiços e 65,6% dos moradores de favela do país (BRASIL/IPEA, 2008).

---

<sup>7</sup> Com base em (BRASIL/IPEA/SPI-MP 2007b:27) o coeficiente de GINI (que mede comparativamente o nível de desigualdade entre países do mundo, e varia de 0 e 1 pontos) entre o início dos anos 80 e o ano de 2001 oscilou em torno do índice 0,595 e indicava o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. A partir de então, o país manteve trajetória, não uniforme, de queda alcançando em 2005 o índice 0,566.

A dimensão espacial revela aspectos da dimensão econômica que envolve a formação social do movimento popular urbano. Não é difícil supor que as motivações que levam a população de baixa renda a compor essencialmente a base social do movimento popular urbano são as privações de direitos e de condições materiais para viver. Essas famílias veem na luta coletiva a possibilidade de superação da condição de exclusão e em certa medida, impõem ao movimento a premência de uma ação pragmática, e justificada, na direção de soluções concretas.

A conquista de direitos básicos, dentre outros a moradia, passa então a significar a possibilidade de inserção à sociedade, mesmo que venha ser feita de maneira frágil e inconclusa, e impõe contraditoriamente limites significativos ao potencial papel transformador da sociedade atribuído ao movimento popular.

Há de se reconhecer que o movimento popular ao mesmo tempo em que atua na esfera reivindicativa pela conquista da moradia, não deixa de agregar os valores de uma sociedade mais justa como a diminuição da desigualdade, o direito à diversidade, o respeito à individualidade e a construção da cidadania ativa. E nem tão pouco deixa de apontar as necessidades de transformar as formas de produção e apropriação do espaço urbano (quando, por exemplo, ocupam imóveis vazios para denunciar a não aplicação da função social da propriedade urbana).

Como veremos no capítulo 3, o movimento popular, a todo o momento almeja (e aceita) ampliar seus horizontes de luta, incorporando novos princípios a cada ciclo de amadurecimento, principalmente, em decorrência da qualidade da interação com o Estado. Definido como sujeito político, composto pela pluralidade de sujeitos sociais, o movimento popular é formado e transformado pelas suas próprias experiências que atribuem a ele a heterogeneidade como característica essencial.

Particularmente, a experiência ocorrida na gestão municipal de São Paulo (1989-1992), oriunda do Programa Funaps-Comunitário, que viabilizou a produção habitacional pelos mutirões autogeridos por grupos organizados, contribuiu para o avanço do movimento popular na cidade e revelou o compromisso daquele governo em buscar o resgate da dívida pública com os setores populares. Apesar dos limites vivenciados, essa experiência despertou virtualidades e possibilidades que a nosso ver minimizam os antagonismos entre a inserção e o sentido da ação emancipatória<sup>8</sup> ao contribuir para qualificar a ação do movimento popular. Ainda que a proposta tenha nascido do Estado, o que pretendia colocar a sociedade (o homem) de volta à centralidade do processo político, por meio do instrumento denominado autogestão. A questão do mutirão, enquanto produto será observada no item 2.3.

Cabe ressaltar que se tratava de um estado com características um tanto particulares 1) por ser município e 2) Parte dos agentes eram militantes dos movimentos urbanos.

O conceito de autogestão apropriado como meio de organização produtiva e social esteve presente no início do século XIX com as formulações dos socialistas utópicos Robert Owen (Inglaterra) e Charles Fourier (França), quando propuseram outros

---

<sup>8</sup> Sobre essa experiência trataremos com detalhes no capítulo da dissertação, baseado em RONCONI (1995), AMARAL (2001), FELIPE (1997), ARANTES (2002), CARVALHO (2004). Sobre o assunto ver outras referências não citadas bibliografia desse trabalho, como: FASE-SP. Mutirões autogestionários: levantamento das obras 1989-1995. São Paulo: FASE-SP, s/d;VAZ, Ana Luiza. Mutirão habitacional autogestionário: a experiência da CAAP na Grande São Paulo 1980-1990, Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2000 e COMARU, Francisco. Intervenções Habitacionais em Cortiços na Cidade de São Paulo, o mutirão Celso Garcia. Dissertação de mestrado EPUSP, 1998.

modelos de produção alternativos ao modelo capitalista de então (SINGER, 2002). Ao longo da história a autogestão também foi apropriada e experimentada por diversos movimentos políticos, sociais e econômicos como meio de luta política, como a Comuna de Paris (1871), os Conselhos Operários da Hungria e Polônia (1953-1956), o governo da Iugoslávia (a partir de 1950), as Comissões de Trabalhadores em Portugal, durante a Revolução dos Cravos (1974), o Chile de Allende (1972) dentro outras experiências, cujos formatos e motivações para a sua organização foram os mais diversos possíveis, porém sempre marcados por conjunturas de grandes lutas sociais (NASCIMENTO, 2007:31-33).

O termo, no entanto, foi utilizado pela primeira vez na década de 60 na França como uma tradução direta de *samoupravljje* (samo: auto e upravle: gestão), para fazer referência ao processo político que ocorreu na Iugoslávia durante o governo Tito em contraposição ao stalinismo soviético (GUILLERM; BOURDT, 1976:11). Mas ao longo do processo a palavra ganhou diferentes tonalidades de acordo com o contexto social, político, cultural e econômico em que a prática ocorreu.

A partir desse referencial teórico, nos deparamos com algumas contradições ao realizar a transposição do campo teórico para o prático – a experiência da produção habitacional autogerida da gestão municipal de São Paulo (1989-1992) viabilizada pelo Programa Funaps-Comunitário. A autogestão, neste caso, partiu de uma iniciativa provocada pelo Estado, ao propor uma nova forma de interação, parceria com a sociedade civil, e que proporcionou a criação consentida de novos espaços de poder ao propiciar as famílias que compõem os grupos organizados em mutirantes, conhecer outros espaços políticos que antes lhe eram completamente vedados. É aí que a consciência da sua própria atuação política cresce, na medida em que percebe como se dão as lutas nas diversas esferas” (RONCONI, 1994:31).

Ou seja, para viabilizar ou difundir tal experiência foi preciso um contexto propício em que o Estado abre mão de parte do seu poder, de sua competência e divide essa competência e repassa o recurso para a sociedade. Nessa específica situação o estado, no nível municipal teve a feição de fissura dentro do Estado de um modo em geral.

A autogestão nessa experiência teve, do ponto de vista de quem a viveu, a potencialidade de funcionar como um instrumento de transformação das pessoas em sujeitos de sua história, ao abrir brechas que proporcionam a emancipação em relação aos processos alienantes presentes nas relações sociais, familiares, na escola, no trabalho. Essa prática pode também ser considerada como um instrumento de conquista da cidadania, quando, “participar de discussões e decisões do coletivo ao qual esta associada, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.” (SINGER, 2005:21).

A participação no processo da autogestão coletivo deu indícios de que os sujeitos sociais podem influenciar no processo decisório e interferir nos resultados concretos conforme seus interesses e vontades, respeitadas as opiniões alheias e consensuadas. Entretanto, como ressaltado por Paulo Conforto em entrevista, participar e decidir sobre sua própria vida e a do grupo de que faz parte trata-se de uma ação facultada a cada um dos indivíduos envolvidos. “Se a pessoa não quiser exercer, não exigir, não tenha dúvida que outra pessoa vai exercer por ela. (...) Então, dentro de uma comunidade, você pode ter duzentas pessoas fazendo um mutirão, você pode ter autogestão de meia dúzia ou você pode ter autogestão de duzentos; dependendo de quantos são aqueles que vão exigir seu direito de participar e de influir.” (CONFORTO, entrevista cedida 1994:81).

Na prática o grau de empoderamento, liberdade e igualdade são distintas de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo. Bem como o grau de consciência de cada um sobre a importância do processo de gestão coletiva e de sua potencialidade. E em função disso, ressaltamos que a autogestão é uma construção constante, pois, seja qual for o processo autogerido pressupõem-se a necessidade de um processo de educação e formação democrática, para a tomada de consciência e fortalecimento político.

Sem a mudança da cultura política, que configura ambiguidades no movimento popular em sua interlocução com o Estado, Paul Singer (2005:21) destaca que os êxitos desses processos (no sentido mais amplo) podem estar em risco, pois os aspectos alienantes presentes em nossa sociedade induzem a todo o momento a degenerações e distorções da prática autogestionária.

A principal problematização levantada no presente trabalho é o papel ativo dos movimentos sociais na produção da política pública habitacional e como tal papel reflete-se na constituição e produção do espaço da cidade.

Para isso, fixa sua atenção para as lutas e embates realizados pelos movimentos de moradia na constituição da política habitacional, de um lado, e os espaços construídos por estes movimentos, a utilização da infraestrutura da cidade, as mudanças nas condições da mesma com as reivindicações e atuações do movimento de moradia, de outro. Dessa forma, objetiva-se discutir a vivência que as famílias com os movimentos sociais urbanos – direta e indiretamente – possuem nesses espaços da dialética percebido-concebido-vivido.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da dissertação foi trabalhar (1) conceitos, através de síntese de autores, bibliografias que são determinantes no processo de construção desses conceitos; (2) entrevistas com as principais lideranças dos quatro movimentos nacionais de luta pela moradia, UNMP (União Nacional por Moradia Popular), CMP (Central de Movimentos Populares), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e MNLN (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), além das lideranças dos projetos específicos apresentados na dissertação e as dos grupos de base das regiões oeste, leste, sudeste que compõem a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo para desenvolvimento do 3º capítulo; (3) observação detalhada de dois casos de mutirão autogerido e sua inserção na cidade legal.

O procedimento metodológico proposto dividiu-se em duas formas de abordagem: do material primário – realizado pela pesquisa empírica – e secundário – de revisão bibliográfica. Foram realizados depoimentos não padronizados, gravados, conforme a situação, baseados na discussão do cotidiano do movimento de moradia, aspectos de sua vida atual e do passado, buscando sistematizar considerações sobre esta experiência, além do acompanhamento e observação ativa da participação dos movimentos sociais, com um roteiro aberto de eixos a serem discutidos, a partir de três perguntas introdutórias: “qual sua história pessoal com os movimentos de moradia em São Paulo, desde os primeiros contatos até a atual situação”? Como você percebe a mudança nas reivindicações do movimento de moradia no transcorrer dos anos, a partir de suas conquistas e derrotas? Quais são os sentidos do mutirão com autogestão para você?



Todas as entrevistas passaram por uma pré-análise, conforme os seguintes pressupostos:

1. Sempre que for possível resguardar a identidade dos sujeitos, seus nomes e possíveis detalhes informados nas entrevistas serão substituídos por nomes genéricos.

2. Quando a sua não identificação seja imprescindível para resguardar o sujeito de possíveis retaliações de terceiros e as informações coletadas sejam centrais para a pesquisa, partes secundárias das entrevistas poderão ser suprimidas em garantia da isenção sobre os sujeitos participantes.

A seleção dos sujeitos foi realizada conforme as premissas: no caso das lideranças, sua representatividade dentro do movimento de moradia. Tal representatividade é detectada pelo papel que assumem ou assumiram no movimento de moradia, e também foi detectada pela experiência da pesquisadora na temática pela militância ativa junto aos movimentos sociais; no caso da demanda e demais atores, as entrevistas foram realizadas conforme a inserção dos mesmos nos conjuntos habitacionais abordados.

Para analisar os dados obtidos, os discursos foram lidos na íntegra, atentamente, sem interpretação, com a finalidade de apreender o sentido global do discurso. As leituras posteriores foram realizadas buscando, em cada discurso, os aspectos essenciais das perguntas introdutórias.

A título de ilustração, observou-se que os entrevistados sentiam-se constrangidos com a necessidade de falar sobre temas cujos detalhamentos traziam desconforto – devido à relação intrínseca da pesquisadora com a prática do movimento de moradia, enquanto, em alguns casos, o próprio processo de entrevista serviu para esclarecimento individual ou momento de reflexão para alguns entrevistados.

A partir do referencial e contexto apresentado nessa **introdução**, a dissertação que desenvolve uma reflexão sobre movimento popular urbano e a autogestão, se organiza em quatro capítulos;

**O primeiro capítulo - A sociedade civil organizada em luta pela moradia**, introduz o tema da inserção dos movimentos de moradia na problemática do Estado, das condições de naturalização da desigualdade e da produção do espaço.

**O segundo capítulo - Autogestão: Fundamentos e Matrizes** abordam os diversos significados atribuídos à autogestão, seu sentido e seu emprego em muitos contextos e experiências utilizados.

**O terceiro capítulo - Autogestão e prática política** aborda os processos de constituição dos movimentos de moradia, explorando, a partir de entrevistas, a vivência de envolvidos nesse percurso e destaca a matriz de moradia que os movimentos de moradia atuam. Abordará também aspectos de articulação do espaço urbano, surgimento da ação coletiva e processos de reivindicação na cidade de São Paulo. Para tal, detalha as diferentes valorizações que o espaço possui para diferentes grupos sociais e o papel da luta pela moradia enquanto elemento de resgate da cidadania e construção de poder popular, sob a perspectiva dos entrevistados.

O **quarto capítulo – Os produtos e sua inserção na cidade legal apresentam** dois casos na cidade de São Paulo de ações da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo na busca pela Regularização Fundiária e Comercialização das habitações produzidas sob a forma de mutirão autogerido.

E por fim, nas **considerações finais** buscamos apresentar uma síntese dos principais aspectos analisados e dos argumentos apresentados, como contribuição ao debate sobre a autogestão, e aos limites e potencialidades para a sua efetivação decorrente da ação pública habitacional.

## Capítulo 1. A sociedade civil organizada em luta por moradia

A década de 80 foi marcada pelo agravamento da crise econômica devido à forte recessão, crescimento dos índices inflacionários, desvalorização dos valores reais de salários, crescimento do desemprego e subemprego, e conseqüentemente, o empobrecimento da população. A população de menor renda, mais afetada pela crise econômica, encontrava cada vez mais dificuldades para acessar a moradia, especialmente pelo levado custo de terra urbana.

As famílias que buscavam sair do aluguel em função da explosão de valores<sup>9</sup>, completamente descompensados aos reajustes salariais, tiveram que recorrer às soluções precárias dos cortiços e favelas. Isso se deu pelo fato das famílias não encontrarem alternativas formais, fosse pela contínua retração de investimentos do SFH, como pelo resultado insignificante da reorientação dos investimentos do BNH aos programas alternativos<sup>10</sup>. A restrição ao acesso a terra nas áreas periféricas como alternativa informal, em função da lei federal 6.766 de 1979<sup>11</sup>, contribuiu também para agravar o inchaço das favelas nesse período.

Em meio à maior crise habitacional que afetava os principais centros urbanos do país a população, cada vez menos esperançosa sobre as possibilidades de acesso à casa própria, passa a se reunir e se organizar para reivindicar outras soluções. O fato de o solo urbano ser um componente essencial à produção habitacional fez das ocupações coletivas de terra uma forma de pressionar o poder político para a obtenção dessas soluções.

As primeiras grandes ocupações coletivas de terra que ocorreram isoladamente em diferentes regiões da cidade de São Paulo, e em diferentes capitais estaduais<sup>12</sup>, em sua maioria apoiada pela igreja católica e posteriormente por partidos políticos, foram violentamente reprimidas. Em meio aos ares da ditadura militar, "O Estado age como guardião da propriedade privada, defensor da ordem burguesa e dos interesses do capitalista monopolista." (MOYSES, 2001:02).

Porém, gradativamente crescia a organização da população impondo um caráter mais coletivo às ocupações, buscando evitar ações individuais e oportunistas<sup>13</sup>. Coordenadas por lideranças e apoiadas por profissionais progressistas, as ocupações coletivas serviram para publicizar os problemas de habitação e do restrito acesso a terra, colocando em questão o direito de propriedade (BONDUKI, 2003). E, funcionaram como importante instrumento por meio de negociação com os governos municipal e estadual

<sup>9</sup> Segundo dados da EMBRAESP apresentados por Maricato (1988) os preços dos aluguéis entre 1981 e 1986, em São Paulo, alcançaram uma valorização de 500%.

<sup>10</sup> A tabela 01 demonstra que os atendimentos feitos pelos programas alternativos representaram menos de 6% do total dos financiamentos concedidos pelo BNH ao longo dos 22 anos de funcionamento.

<sup>11</sup> A Lei 6.766 de 1979 passou a tratar da matéria do parcelamento do solo urbano e criminalizar as ações dos loteadores clandestinos.

<sup>12</sup> O uso das ocupações de terras de forma organizadas e coletiva trata-se, ainda hoje, de um instrumento de mobilização, reivindicação e pressão utilizados pelos movimentos de moradia nos diferentes centros urbanos do país. O que os diferencia é o período em que essa forma de luta foi utilizado nos diferentes estados brasileiros, conforme o grau de urbanização de cada lugar, grau das necessidades habitacionais e apresentadas e do estágio de organização de cada um dos movimentos de moradia.

<sup>13</sup> E Felipe (1997) a exemplo da Fazenda da Juta, na zona Leste de São Paulo, cerca de 5.500 mil famílias pertencentes aos grupos dos sem terra, ocuparam a área desordenadamente, e sem uma coordenação por trás do processo ocorreu o inchaço descontrolado da área. Desse episódio tirou-se que na ocupação seguinte, no Jardim Colorado, as famílias deveriam erguer barracões comunitários, fato que demonstrou que o movimento tinha o interesse prioritário em negociar com o poder público.

para alcançar suas bandeiras de luta: a desapropriação da terra e o acesso ao financiamento público para construção de habitações por meio de mutirão.

O Estado, ao se dispor a negociar com a população organizada, a reconhece enquanto interlocutora de interesses coletivos (JACOBI, 1989). Todavia, não foram poucos os momentos em que ele deixou a interlocução de lado e fez uso da violência para impor sua autoridade, garantir a lei e a perpetuação de interesses particulares.

O BNH ao longo de todo o regime militar centralizava o destino do recurso do SFH, distribuindo entre outros agentes para os estados e municípios, estes por sua vez, investiam uma ínfima parte dos recursos orçamentários próprios em habitação<sup>14</sup>. Após as primeiras eleições diretas de 1982, várias prefeituras e governos estaduais não puderam mais contar com os recursos do SFH, já em crise, e passaram a recorrer ao mutirão como solução, barata para driblar a pressão por habitação popular. Para as famílias o mutirão também surge como alternativa que poderia garantir maior qualidade à produção habitacional feita com os poucos recursos existentes<sup>15</sup>.

Em São Paulo, entre 1982 e 1985 nos governos de Franco Montoro (estado) e Mário Covas (município), em virtude de um casamento de interesses ocorreram as iniciativas pioneiras de caráter experimental de produção habitacional por meio de mutirão, e onde se esboçava a possibilidade dos controles das famílias nas decisões de projeto e do processo de trabalho na obra, realizada a partir de recursos públicos (da COHAB ou da CDHU) e com apoio técnico feito por profissionais externos<sup>16</sup>. Entre elas estavam às experiências da Vila Nova Cachoeirinha (1982), do Recanto da Alegria (1983) e da Vila Comunitária de São Bernardo (1985)<sup>17</sup>.

Essas experiências foram objetos de diversos debates e análises aprofundadas, e não é nosso propósito retomar tais discussões. Vale destacar que no contexto em que se buscavam novas soluções para a grave crise habitacional, a influência do cooperativismo uruguaio no desenvolvimento dessas propostas foi essencial por demonstrar que seria possível obter ótimos resultados na qualidade das habitações produzidas, a menores custos com a participação das famílias diretamente no processo.

A novidade dessas experiências pioneiras estava na presença de profissionais que buscavam romper com os particularismos das ações e demandas dos movimentos ao introduzir, não sem resistência do poder público, novos elementos presentes originalmente da política uruguaia<sup>18</sup>: a produção habitacional por cooperativa de usuários

<sup>14</sup> Ermínia Maricato em entrevista a Revista Proposta n 32, (1987).

<sup>15</sup> Em resposta às escandalosas moradias produzidas pelo PROMORAR.

<sup>16</sup> O engenheiro Guilherme Coelho que havia visitado a experiência uruguaia de cooperativas habitacionais de ajuda mútua no início de 80 traz a proposta para São Paulo e passa a difundir-la através da exibição de vídeos nas comunidades e ainda pelo trabalho desenvolvido junto à comunidade de Vila Nova Cachoeirinha. Posteriormente, o grupo de Laboratório de Habitação da Faculdade Belas Artes se envolve no assessoramento das associações comunitárias da Zona Sul de São Paulo, apoiando tecnicamente a viabilização da Urbanização do Recanto da Alegria e, posteriormente, o empreendimento Vila Arco-Íris no Grajaú. E ainda, em São Bernardo do Campo, o arquiteto uruguaio Leonardo Pessina, que tinha acompanhado algumas experiências uruguaias, passa a trabalhar no Brasil com as famílias da Vila Comunitária com base nos mesmos princípios da autogestão, ajuda mútua e solidariedade, com os quais tinha trabalhado no Uruguai junto ao CCU – Centro Cooperativo Uruguaio, órgão que assessora as cooperativas uruguaias

<sup>17</sup> Sobre as experiências do Recanto da Alegria e da Vila Arco-Íris consultar BONDUKI (1992), sobre a experiência Vila Nova Cachoeirinha consultar BARAVELLI (2006). Sobre a experiência da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo consultar GONH (1991).

<sup>18</sup> Sobre o tema conferir RONCONI (1995) e BARAVELLI (2006), entre outros.

que se realizava por meio da autogestão dos recursos aplicados da produção da habitação e do processo de trabalho na execução da obra por ajuda mútua.

Nas experiências descritas por BONDUKI (1992), certos desacertos com a máquina pública municipal que não acreditava na proposta e não emprega esforços para viabilizá-la, trouxeram problemas para a viabilização dos projetos. Apesar da prefeitura ter permitido que o acompanhamento técnico fosse feito por profissionais escolhidos pelos próprios moradores, os recursos destinados à obra eram poucos, e não previam suas contratações.

Apesar dos obstáculos enfrentados, essas experiências foram exceções que se diferenciavam positivamente dos inúmeros mutirões institucionais, promovidos e conduzidos pelo Estado ao longo da década de 80, cujo exemplo mais emblemático foi o da Vila Mutirão em Goiânia (FREITAS, 2007). Buscando neutralizar as ocupações coletivas de terra<sup>19</sup> concentradas na região Noroeste da cidade, o governador recém-eleito Íris Rezende, a partir das relações de compadrinho e cooptação de algumas lideranças promove o mutirão das “mil casas e um dia”. A partir da Vila Mutirão o poder público passou a promover intervenções habitacionais na região Noroeste<sup>20</sup> do Município, a cerca de 15K do centro da cidade, numa perspectiva de segregação social e territorial<sup>21</sup>. A implantação foi feita à revelia da legislação<sup>22</sup> numa zona rural, onde não havia saneamento. Foram utilizadas fossas como solução para o esgoto e, para o abastecimento de água, o bombeamento da água do córrego, sem tratamento e distribuída por uma torneira coletiva em cada uma das quadras. As casas com 25m<sup>2</sup> com quarto, sala e cozinha<sup>23</sup> foram feitas com placas pré-moldadas de cimento de 2,5 cm e telha de amianto de 6 mm e apresentaram péssima qualidade e baixo desempenho térmico, já o banheiro externo era um cubículo com vaso sanitário. O único elemento que diferenciava uma das outras eram as cores vermelha, verde, azul e amarela das portas, com o propósito de “procurar dar uma identidade” (FREITAS, 2007). Esse empreendimento implantado sem nenhum tipo de equipamento urbano<sup>24</sup> atendeu família com renda inferior a três salários (que pagavam parcelas mensais no valor de cerca de 10% de salário mínimo). E ainda, colocou a administração peemedebista durante a campanha das “diretas já” em evidência, o que rendeu dividendos políticos ao então governador que pôde indicar um dos idealizadores da Vila Mutirão para ser o Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Presidente Sarney em 1985.

<sup>19</sup> União dos Posseiros de Goiânia, Ligas de Bairro e Assembleia do Povo, apoiadas pela Igreja Católica, com base em entrevista realizada com Vidal Barbosa.

<sup>20</sup> Segundo MOYSÉS (2001), a região Noroeste abriga atualmente cerca de 10% da população goiana e mais de 85% dos moradores possuem renda inferior a cinco salários mínimos, com base no SENSU de 2001.

<sup>21</sup> O poder público durante a década de 80 produziu cerca de 10.600 unidades nessa região (MOYSES, 2001:06).

<sup>22</sup> Segundo Moysés “... primeiro criava-se o fato, forçando a sua implantação, depois se tramitava o processo nos órgãos técnicos da prefeitura...” (2001:9). O governo do estado contrariou a Lei 6.766 de 1979, que permitia a abertura de loteamentos urbanos somente em zonas urbanas, com base na lei municipal.

<sup>23</sup> Sem torneira “... pois para os moradores das invasões esses objetos não tinham serventia e geralmente eram retiradas e vendidas” (FREITAS, 2007:46).

<sup>24</sup> Enquanto as casas foram produzidas em um dia, os primeiros equipamentos foram inaugurados depois de um ano.





Figura 1: Cartilha: "Como cair fora do BNH?" São Bernardo do Campo, São Paulo, 1986

Enquanto as orientações do governo se alinhavam as propostas de Turner, em agosto de 1984 foi organizado, por iniciativa dos técnicos que assessoravam os mutirões da Zona Sul e São Bernardo do Campo, o 1 Encontro do Movimento de Moradia, cujo tema era Por um Cooperativismo de Ajuda Mútua e Autogestão. Lá estavam presentes as associações que vinham participando de processos de mutirão em diferentes bairros da cidade e, mais os representantes da FUCVAM – Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua.

A importância deste encontro esta no fato de ter estabelecido a primeira articulação entre associações comunitárias que passaram a construir proposta de uma outra Política Nacional de Habitação. As associações objetivaram o barateamento do custo da produção da habitação social e com isso garantir o acesso das famílias de baixa renda aos programas oficiais de provisão habitacional. Mas o que diferenciava essa proposta daquela implantada pelos programas alternativos do BNH?

Foi proposto que as prestações tinham que ser no máximo de até 10% da renda familiar e as correções das parcelas deveriam ser feitas nos mesmos índices dos reajustes salariais; os prazos de financiamento deveriam ser pré-definidos; as restrições de financiamentos aos trabalhadores desempregados e sem comprovação de renda deveriam ser eliminadas; e para que essas propostas fossem viáveis deveriam ser garantidos recursos do BNH como subsídios às famílias de baixa renda.

Além desses aspectos voltados diretamente à questão habitacional, a proposta desse Encontro indicava a alteração da política urbana, visando combater a especulação imobiliária e a retenção de terras vazias. Apontava ainda para novas formas de relações societárias e políticas (SCHERER-WARREN, 1987), ao reconhecer que as cooperativas e associações de moradores poderiam promover a construção de habitações acessando diretamente linhas de financiamento. Por fim, a proposta sinalizava que os controles dos fundos que alimentavam o BNH deveriam ser feito também pelos sindicatos de trabalhadores, associações de mutuários e os movimentos de moradia, afirmando assim, uma redefinição do espaço de cidadania e negando o modelo político centralizado.

Em 1985 realizou-se o 2º Encontro de Moradia e nele foi reforçada a defesa da opção pela autogestão versus as formas autoritárias nas relações de trabalho. Fica evidente a influencia da experiência uruguaia na formulação das propostas do movimento de moradia cujos quatro princípios básicos: autogestão, ajuda mútua, solidariedade<sup>25</sup> e

<sup>25</sup> Nesta época, no mutirão do colégio Adventista na zona sul de São Paulo, foi criado o Fundo de Solidariedade para tentar solucionar o problema das pessoas que ficam desempregadas ou tem um imprevisto fora do seu orçamento" em entrevista concedida por Modesto Azevedo e Vando Elídio à Revista Proposta n 35 (1987:10-21).

propriedade comum passavam a ser incorporados como bandeiras de luta pela recém criada Cooperação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda Mútua e Autogestão. Princípios presentes, ainda hoje, nas pautas dos movimentos de moradia, em especial da UNMP (União Nacional por Moradia Popular)<sup>26</sup>.

Os anos de 1987 e 1988 foram marcados pela grande efervescência das grandes ocupações de terras que vinham ganhando forte repercussão na cidade de São Paulo. Além das CEB's, representantes da Igreja Católica engajadas em questões sociais desempenhavam importante junto às ações populares em torno da luta pela moradia<sup>27</sup>, especialmente na Zona Leste da cidade, onde foram estimuladores da formação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), que se caracterizava por ser um movimento de massa e de ação coletiva mediada pela ação direta e pela ação negociada (PAZ, 1996).

Na mesma época, ao longo do processo de elaboração e promulgação da Constituição de 1988 o Movimento Nacional pela Reforma Urbana reuniu diversas entidades em torno da discussão e politização da questão urbana.

O processo de elaboração da constituinte, segundo Moroni e Ciconello (2005), foi um momento de consagração de direitos, avanços em relação ao modelo democrático, criação de participação direta e indireta. O movimento social<sup>28</sup> se colocou como um importante agente no debate sobre a (re) democratização do Estado brasileiro, e com o propósito de tomar o Estado efetivamente público, enfatizou questões no sentido de garantir e efetivar os direitos civis, sociais, políticos, econômicos e culturais, e assegurar a participação popular efetiva nas políticas públicas e nas decisões de interesses públicos.

O envolvimento nesse processo, que resultou na Emenda Popular sobre a Reforma Urbana, permitiu aos movimentos populares apropriação de novos conceitos sobre a cidade, sobre a gestão participativa e demais mecanismos que poderiam fortalecer sua organização e ação.

Associado ao processo de luta pela democracia se iniciou o processo de descentralização das políticas públicas no Brasil. A partir de novas perspectivas, com base nas bandeiras de luta do movimento de Reforma Urbana e das ações conjuntas dos movimentos de moradia e assessores técnicos, diversas propostas formuladas e implementadas em gestões municipais<sup>29</sup> e estaduais, efetivando na prática os anseios sociais construídos ao longo dos anos de repressão e excessiva centralização do governo federal. A gestão municipal de São Paulo de 1989 a 1992 foi o caso paradigmático da concretização de certas propostas.

---

<sup>26</sup> O XII Encontro da União Nacional, em novembro de 2011, teve entre as pautas debatidas a questão da propriedade coletiva que apresenta ainda hoje impedimentos jurídicos para ser implementada.

<sup>27</sup> A partir de 1987 ocorreram grandes ocupações na Zona Leste. Somente no mês de fevereiro, cerca de 32 mil famílias ocuparam 238 áreas na região, como o caso da área da Garagem de São Miguel. Em 1988 ocorreram as ocupações da Fazenda da Juta e do Jardim Colorado, descritas por Felipe (1997). Além disso tinha ocorrido a ocupação da área da Fazenda Itupú de propriedade da Record no Parque Europa, ambos na zona sul de São Paulo em 1981. Seguidas pelas ocupações do terreno no Grajaú e do Instituto rural em 1983, apresentadas pela Revista Proposta n 35 (1987) e por Bonduki (1992). E das ocupações do terreno da Santa Casa de Misericórdia pelos "filhos da terra" na zona norte entre 1982-1983, relatados por GONH

<sup>28</sup> Tratado aqui como amplo campo de atuação progressista que tem como agenda política a construção do Estado democrático e social composto, dentre outros, pelo movimento de reforma urbana.

<sup>29</sup> As experiências de gestões públicas como Recife, Diadema, Santos e posteriormente, Porto Alegre, Belo Horizonte, Santo André, entre outras.



Após os quatro anos da prefeitura de Janio Quadros (1986-1988) representada, salvo raras exceções, pelos retrocessos das propostas habitacionais e autoritarismo em relação aos movimentos sociais, em 1989 o tratamento das questões habitacionais e urbanas, ganha viés mais progressista a partir da eleição da Luiza Erundina para o exercício da gestão municipal de São Paulo<sup>30</sup>. A composição do corpo técnico da Secretaria Municipal de Habitação foi preenchida por profissionais que reconheciam a cidade real, encabeçavam a luta pela reforma urbana no país e que vinham atuando junto aos movimentos populares nos mutirões experimentais dos anos anteriores.

Em relação as necessidade habitacionais adotou-se como diretriz a diversidade de intervenções conforme as especificidades de cada problema, como a urbanização e regularização fundiária das favelas, verticalização de favelas, melhorias habitacionais e atuação em cortiços, produção de novas moradias por linhas diversas, meios para garantir acesso à terra urbanizada e à segurança da posse da terra.

Além da aplicação dessas novas diretrizes à política habitacional, a prefeitura reconheceu a importância da democratização e transparência da gestão pública e buscou atribuir à população historicamente colocada à margem da cidade e da sociedade, o papel de sujeitos políticos com poder de decisão, a partir da abertura do diálogo e por meio de novos mecanismos de participação.

“O movimento popular portador de uma grande expectativa gerada com a vitória de uma administração democrática e popular, aumentava a pressão e exigia uma resposta concreta” (RONCONI, 1995:21).



Figura 2

“... Então, a gente falava que queria que o Estado tivesse terra, a gente queria um financiamento diferente daquele da COHAB, a gente queria o mutirão... Mas não tinha isso muito organizado, formatado”. (Evaniza Rodrigues).

“A proposta da autogestão, ainda em 1989, é assumida muito parcialmente. Os movimentos não a tinham como palavra de ordem. O que colocavam, sim, era a questão do mutirão e a questão da terra. A grande reivindicação da União dos Movimentos de Moradia era: mil lotes em cada região” (BONDUKI, apud SILVA, 1994:09).

Os movimentos de moradia queriam respostas rápidas, e sem poupar a gestão progressista faziam pressão, com atos e acampamentos “atuando (...) como agentes impulsionadores e legitimadores do espaço que se abria na HABI-SEHAB com FUNACOM” (Felipe, 1997:42).

A proposta do Programa Funaps-Comunitário<sup>31</sup> não existia previamente. Segundo Felipe (1997), não foi possível identificar no programa de governo divulgado durante a campanha eleitoral da então prefeita, algo similar à proposta de produção habitacional por meio da autogestão<sup>32</sup>. Esta foi incorporada gradualmente enquanto linha de ação da

<sup>30</sup> Sobre a experiência municipal de São Paulo (1989-1992) consultar BONDUKI (1996) e BONDUKI, Nabil. Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000

<sup>31</sup> Sobre assunto ver RONCONI (1995), FASE-SP. Mutirões autogestionários: levantamento das obras 1989-1995. São Paulo: FASE-SP, s/d (não citado na bibliografia), AMARAL (2001), FELIPE (1997) e CARDOSO (2004).

<sup>32</sup> Após a surpreendente vitória de Luiza Erundina, a formação da equipe foi feita às pressas, e muitas propostas que foram incorporadas à gestão municipal não compunham o programa de governo inicial.



Superintendência de Habitação Popular (HABI), com certa resistência dentro da própria Secretaria de Habitação, inicialmente sugerindo apenas o caráter experimental a proposta.

“... no Plano de Ação Imediata que fizemos no começo de 1989 previa-se a distribuição de 15 mil lotes, dos quais 3 mil para a construção de casas e mil para processos alternativos experimentais baseados em cooperativas de autogestão”. (BONDUKI apud SILVIA, 1994:64).

Segundo Bonduki, as críticas apontadas no período se relacionavam com “... o receio de perder o poder no âmbito do governo”, em relação “... a questão do sobretrabalho ou se dirigiam ao fato que o Estado estava abrindo mão de suas responsabilidades” e ainda àquelas que “consideravam as práticas da autogestão como sistemas arcaicos, atrasados e inadequados para enfrentar o problema da habitação”. (BONDUKI apud SILVIA, 1994:61).

A presença de profissionais da HABI que haviam participado diretamente como assessores técnicos das associações, nas primeiras iniciativas de produção habitacional por mutirão autogerido em São Paulo, São Bernardo e Diadema, possibilitou a efetivação da proposta.

Pode-se dizer que o programa tornou-se o carro chefe entre as ações geridas pela HABI, ao propiciar com certa agilidade<sup>33</sup> em três anos e meio de funcionamento 93 convênios para a construção de 12.351 unidades habitacionais produzidas por mutirão autogerido (RONCONI, 1995), no modelo de programa público de habitação, dentro das limitações legais brasileiras, que mais se aproximou da proposta uruguaia de produção habitacional por ajuda mútua.

Por meio de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a associação de famílias era estabelecida uma parceria. Coube à Prefeitura definir as regras do programa e financiar os empreendimentos com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS).



Figura 3: Em cima: Cooperativas de habitação vinculadas à FUCVAM, URUGUAI / Fonte: Arquivo Pessoal

Em baixo: Mutirões autogeridos, Funaps-Comunitário, São Paulo (Celso Garcia e São Francisco – setor 5) Fonte (BONDUKI, 2000:84-97

<sup>33</sup> Nabil Bonduki numa conversa na sede da UMM-SP, relatou que a princípio os empreendimentos da FUNACOM não passavam por aprovação de projeto, e não dependiam de licitação como os empreendimentos da COHAB, o que

O FUNAPS<sup>34</sup> foi criada em 1979 para viabilizar à PMSP uma atuação independente do Sistema Financeiro de Habitação, e seus recursos poderiam ser destinados, a fundo perdido, para o atendimento das famílias de até quatro salários mínimos moradores de habitação precárias. Nas gestões municipais seguintes (Covas e Jânio) os recursos foram aplicados a critério do gestor em intervenções de situação de risco, para aquisição de terra, mutirões e ações de desfavelamento. Na gestão Erundina, mesmo com alguns impedimentos jurídicos, o recursos do FUNAPS foram destinados para viabilizar as ações de HABI, entre elas o programa de provisão habitacional por mutirão autogerido: FUNAPS-Comunitário (FUNACOM), as intervenções em área de risco em favela e a urbanização comunitária (URBANACOM)<sup>35</sup>.

A assessoria técnica contratada diretamente pela associação desempenhava importante papel, sendo responsável pela elaboração do projeto conjuntamente ao grupo de famílias respeitando as especificidades do local onde seriam implantados, e pelo processo de acompanhamento de execução da obra a ser realizada por mutirão.

A associação, formada por todas as famílias beneficiárias do programa, comandava os processos construtivos, administrativos e financeiros, sempre com aporte técnico, jurídico e contábil das assessorias. Ou seja, "a comunidade com autonomia fazia todo o processo de gestão da aplicação dos recursos públicos destinados à produção das moradias, o processo de trabalho na execução das obras e, ainda se responsabilizavam pelas prestações de contas à prefeitura.

A possibilidade de participar desse rico exercício coletivo de tomada de decisões sobre rumo do grupo e da sua própria vida, de responder as suas próprias necessidades e desejos e aprender a respeitar as necessidades e desejos dos outros, permitiu ganhos significativas nos custos finais das obras, na maior qualidade das casas e conjuntos produzidos, e ainda na formação cidadã de cada um dos envolvidos.

A experiência vivida pelos movimentos de moradia de São Paulo proporcionou a ampliação dos grupos de base, o fortalecimento da organização e amadurecimento de suas propostas. Permitiu ainda, que a ação do movimento extrapolasse a questão local, alcançando a proposição de mudanças no âmbito das políticas nacionais<sup>36</sup>. Estava desenhado um novo padrão de cidadania buscando influir na vida política, que neste momento, se alargava (DAGNINO, 1999).

Nessa mesma época o movimento nacional pela reforma urbana iniciou a discussão do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que tinha como ponto central a criação de um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e de seu Conselho que deveria ser representativo e deliberativo com a responsabilidade de definir e fiscalizar a aplicação

---

trouxe agilidade e fluidez ao programa (vale lembrar a Lei Federal 8.666 de 1993 ainda não existia) entretanto, gerou uma série de problemas posteriores, como a irregularidade fundiária.

<sup>34</sup> O fato do fundo não possuir uma personalidade jurídica criava uma série de impedimentos para garantir amplo funcionamento da nova política proposta. Apresentou-se a Câmara uma proposta, não aprovada, que transformaria o FUNAPS em uma fundação ligada a Administração.

<sup>35</sup> Os mesmos princípios autogestionários foram utilizadas nas intervenções em Cortiços, casos do Mutirão Celso Garcia e Madre de Deus, e também, em alguns processos de urbanizações de favela, conforme Bonduki em conversa na sede da UMM-SP.

<sup>36</sup> O retrato do fortalecimento e amadurecimento da atuação dos movimentos de moradia de São Paulo, especialmente da UMM-SP, foi a negociação e conquista com o Governo do Estado de São Paulo da criação do Programa de Mutirão-UMM, e posteriormente, do Programa Paulista de Mutirão que proporcionaram um novo fôlego ao movimento após a eleição de Paulo Maluf para a Prefeitura de São Paulo e a suspensão do Programa FUNAPS-Comunitário. Sobre o assunto ver Royer (2002).

de recursos do fundo. Até então todas as discussões a respeito da utilização dos recursos federais giravam em torno do SFH (recursos do FGTS e SBPE) e foi a primeira vez que se propôs organizar os recursos destinados a habitação de outra forma, a partir de composições de recursos onerosos e não onerosos de fontes distintas e da vinculação de orçamento público. Outros princípios fundamentais presentes no projeto de lei e que geraram muito debate até a formulação da proposta final entregue ao Congresso, diziam respeito à prioridade de atendimento à população de baixa renda; a necessária diversidade de programas e projetos habitacionais; ao reconhecimento das associações de moradores e cooperativas habitacionais como agentes promotores dos programas; e ainda a definição de recursos específicos destinados a uma política de subsídio para as famílias de menor renda.

Pode-se identificar que parte desses princípios estava presente no documento resultante dos debates do primeiro Encontro de Moradia ocorrido em São Paulo ainda em 1984 e certamente influenciaram a elaboração da proposta. Além do resgate desses princípios, a experiência do Sistema Único de Saúde (SUS) e a história do movimento de saúde, conforme apontado por PAZ (1996) foi importantes inspirações para o movimento de moradia na formulação da sua proposta, tanto pelo formato descentralizado entre as três esferas governamentais, quanto no propósito de universalização do acesso a um direito básico.

E ainda, pode-se afirmar que a experiência do FUNAPS-Comunitário serviu como importante referência, por um lado, pela maneira como o programa havia sido formatado com base em um fundo composto por orçamento público, que pressupõe certa continuidade da ação pública e permite aplicação de subsídio, e por outro, por ter concretizado a ideia de uma política pública que atendesse de maneira digna às necessidades do segmento da pessoa mais pobre, sempre posta à margem dos programas oficiais, a partir de princípios autogestionários que propiciavam o fortalecimento da autonomia e da cidadania das famílias envolvidas.

A riqueza desse processo estava no fato de que o movimento popular, principal fomentador e animador da proposta, criou uma rede de articulação das entidades sociais de representação nacional<sup>37</sup> e movimentos locais dos mais diferentes estados que se envolveram no debate, no processo de assinaturas<sup>38</sup> e nesse momento, estavam influenciando diretamente na vida política e na formulação da política pública nacional.

Todo esse processo à época foi menos importante para a publicização da questão das carências habitacionais e da ausência de uma política habitacional, pois a atenção da grande imprensa se voltou para o fato de ter sido o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular entregue ao Congresso após a aprovação da Constituição de 1988 (PAZ, 1996:127). Era a vida política, de fato alargada para fora das paredes do Congresso Nacional.

Paz (1996) destaca o papel das Caravanas na formação das políticas públicas, como instrumentos de denúncias e descaso das políticas públicas nacionais, como elemento articulador de projetos e programas. Detalham-se as quatro primeiras Caravanas conforme a sugestão da autora:

---

<sup>37</sup> Entre ela a CONAM, a Federação de Moradores do Rio de Janeiro – FAMERJ, a ANSUR, a Coordenação Nacional de Movimentos de Moradia e a Pró-Central de Movimentos Populares.

<sup>38</sup> 18 estados participaram do processo de coleta: SP, RJ, PR, SC, RS, MS, MT, RO, MA, PA, PI, PB, PE, CE, BA, MG, ES, GO e DF alcançando cerca de 850 mil assinaturas



**1ª Caravana:** realizada em 1988, com cerca de 300 pessoas. O momento consegue abrir contato com a Caixa, que se compromete a implantar o Programa de Habitação Popular, Prohap-Comunidade, voltada para associações de moradores;

**2ª Caravana:** realizada em agosto de 1989, já com 30 ônibus, que resultou na cobrança contra a CAIXA dos compromissos assumidos e resultou na implementação de projeto piloto na cidade de Diadema;

**3ª Caravana:** realizada em 1990, com presença de cerca de 3.000 mil pessoas, voltados a protestos contra o papel do Congresso e do presidente, então Fernando Collor, sendo o momento de surgimento do FNMP;

**4ª Caravana:** realizada em novembro de 1991, representa o momento de entrega do PL do FNMP.



Figura 4: Entrega de 1 milhão de assinaturas para o PL do FNMP Nov/91

No final de 1992, já no governo Itamar Franco, depois de um ano de entrega do PL no Congresso ocorre à primeira reunião do Fórum Nacional de Habitação, que funcionou até 1994, composto por representantes do setor público (representado pelo Fórum de Secretários Estaduais de Habitação), do setor da indústria da construção civil e do setor popular organizado. Foi a primeira vez que diferentes setores se dispuseram a debater ideias e interesses tão divergentes e a construir um objetivo comum entre os aspectos envolvidos no financiamento, na produção e no uso da habitação em torno da proposta do Conselho e Fundo, e ainda impedir a exclusiva responsabilidade da formulação da política habitacional apenas a um único órgão federal (AZEVEDO, 2007).

Pode-se dizer que toda essa movimentação no Congresso Nacional em torno da pauta da habitação, em especial do debate sobre os mecanismos de controle social, e conseqüentemente, maior transparência e participação da sociedade civil na gestão dos programas habitacionais, influenciaram na definição de algumas diretrizes do então governo Itamar Franco. A abertura dos canais de diálogo com a população, trouxe grande impacto simbólico, após um período de fortes escândalos de corrupção que resultaram no impeachment do presidente anterior.

Apesar deste importante avanço institucional foram poucas as concretizações efetivas em relação ao setor em função da crise estrutural do SFH, pela qual nada foi feito e que se estendia desde os anos do regime militar. Os investimentos em habitação nesse período ficaram muito aquém do que se espera em função da indisponibilidade do uso de



recursos do FGTS e da retenção de gastos da União pelo contingenciamento de recursos impostos pelo Plano Real.

Tabela 1

Valores referentes aos financiamentos habitacionais concedidos pelo SFH (1964-2006)

ANO	PRESIDENTES	VALORES CONTRATADOS (em R\$ mil)		
		FGTS	SBPE	Total
1964 até 1973*		R\$ 5.362.808	R\$ 8.889.221	R\$ 14.252.029
1974	Geisel	R\$ 370.623	R\$ 1.180.035	R\$ 1.550.658
1975	Geisel	R\$ 350.623	R\$ 1.473.178	R\$ 2.123.801
1976	Geisel	R\$ 1.631.967	R\$ 2.627.570	R\$ 4.259.537
1977	Geisel	R\$ 1.608.306	R\$ 1.277.228	R\$ 2.885.534
1978	Geisel	R\$ 2.238.695	R\$ 1.209.776	R\$ 3.448.471
<b>Total Geisel</b>		<b>R\$ 6.500.214</b>	<b>R\$ 7.767.787</b>	<b>R\$ 14.268.001</b>
1979	Figueiredo	R\$ 2.664.701	R\$ 2.269.836	R\$ 4.934.537
1980	Figueiredo	R\$ 2.944.419	R\$ 6.008.246	R\$ 8.952.665
1981	Figueiredo	R\$ 1.656.001	R\$ 6.020.837	R\$ 7.676.838
1982	Figueiredo	R\$ 2.513.854	R\$ 5.690.146	R\$ 8.204.000
1983	Figueiredo	R\$ 466.519	R\$ 872.619	R\$ 1.339.138
1984	Figueiredo	R\$ 432.726	R\$ 859.328	R\$ 1.292.054
<b>Total Figueiredo</b>		<b>R\$ 10.678.220</b>	<b>R\$ 21.721.012</b>	<b>R\$ 32.399.232</b>
1985	Sarney	R\$ 267.559	R\$ 715.349	R\$ 982.908
1986	Sarney	R\$ 274.145	R\$ 520.487	R\$ 794.632
1987	Sarney	R\$ 290.625	R\$ 475.623	R\$ 766.248
1988	Sarney	R\$ 894.030	R\$ 6.540.787	R\$ 7.434.817
1989	Sarney	R\$ 471.093	R\$ 4.645.850	R\$ 5.116.943
<b>Total Sarney</b>		<b>R\$ 2.197.452</b>	<b>R\$ 12.907.096</b>	<b>R\$ 15.104.548</b>
1990	Collor	R\$ 2.020.287	R\$ 2.570.071	R\$ 459.358
1991	Collor	R\$ 5.667.250	R\$ 1.017.655	R\$ 6.684.935
1992	Collor	R\$ 0	R\$ 4.151.319	R\$ 4.151.319
<b>Total Collor</b>		<b>R\$ 7.687.537</b>	<b>R\$ 7.739.075</b>	<b>R\$ 11.295.612</b>
1993	Itamar	R\$ 0	R\$ 3.540.732	R\$ 354.732
1994	Itamar	R\$ 1.806	R\$ 1.735.095	R\$ 1.735.095
<b>Total Itamar</b>		<b>R\$ 1.806</b>	<b>R\$ 5.275.827</b>	<b>R\$ 2.089.827</b>
1995	FHC	R\$ 59.210	R\$ 1.876.384	R\$ 1.935.594
1996	FHC	R\$ 611.484	R\$ 1.462.676	R\$ 2.074.160
1997	FHC	R\$ 3.312.662	R\$ 1.724.606	R\$ 5.037.268
1998	FHC	R\$ 2.682.125	R\$ 2.083.623	R\$ 4.765.748
<b>Total FHC - 1º mandato</b>		<b>R\$ 6.665.481</b>	<b>R\$ 7.147.289</b>	<b>R\$ 13.812.770</b>
1999	FHC	R\$ 2.114.653	R\$ 1.695.560	R\$ 3.810.213
2000	FHC	R\$ 3.526.223	R\$ 1.909.048	R\$ 5.435.271
2001	FHC	R\$ 2.911.733	R\$ 1.370.218	R\$ 4.281.951
2002	FHC	R\$ 3.018.845	R\$ 1.708.458	R\$ 4.727.303
<b>Total FHC - 2º mandato</b>		<b>R\$ 11.571.454</b>	<b>R\$ 6.683.284</b>	<b>R\$ 18.254.738</b>
2003	Lula	R\$ 2.851.561	R\$ 2.216.763	R\$ 5.068.324
2004	Lula	R\$ 2.988.073	R\$ 3.000.190	R\$ 5.988.858
2005	Lula	R\$ 4.656.138	R\$ 4.793.720	R\$ 9.449.858
2006**	Lula	R\$ 5.499.408	R\$ 9.486.390	R\$ 14.985.798
<b>Total Lula - 1º mandato</b>		<b>R\$ 15.995.180</b>	<b>R\$ 19.497.063</b>	<b>R\$ 35.492.243</b>
2007**	Lula	sem informação	R\$ 18.302.420	

fonte: SUSAN/GE COA - Gerencial 040 Histórico habitacional - CEF, Posição 30.set.2005 apud Lannoy, 2006.

\* período militar governado pelos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Médice.

\*\* fonte: (IPEA, 2007) e (BRASIL/MCID, 2008)



Tabela 2

## Atendimentos habitacionais realizados com recursos do SFH (1964-2006)

ANO	PRESIDENTES	ATENDIMENTOS HABITACIONAIS		
		FGTS	SBPE	Total
<b>1964 até 1973*</b>		<b>520.000</b>	<b>454.000</b>	<b>974.000</b>
1974	Geisel	35.937	60.268	96.205
1975	Geisel	77.417	64.512	141.929
1976	Geisel	164.353	109.410	273.763
1977	Geisel	209.709	58.004	267.713
1978	Geisel	279.516	58.133	337.649
<b>Total Geisel</b>		<b>766.932</b>	<b>350.327</b>	<b>1.117.259</b>
1979	Figueiredo	274.238	108.985	383.223
1980	Figueiredo	366.808	260.534	627.342
1981	Figueiredo	198.514	266.884	465.398
1982	Figueiredo	282.384	258.745	541.129
1983	Figueiredo	32.685	44.562	77.247
1984	Figueiredo	43.551	42.807	86.358
<b>Total Figueiredo</b>		<b>1.198.180</b>	<b>982.517</b>	<b>2.180.697</b>
1985	Sarney	42.987	34.652	77.639
1986	Sarney	44.350	62.312	106.662
1987	Sarney	99.227	132.005	231.232
1988	Sarney	98.249	181.834	280.083
1989	Sarney	32.404	68.089	100.493
<b>Total Sarney</b>		<b>317.217</b>	<b>478.892</b>	<b>796.109</b>
1990	Collor	169.011	74.993	244.004
1991	Collor	356.032	41.050	397.082
1992	Collor	0	64.887	64.887
<b>Total Collor</b>		<b>525.043</b>	<b>180.930</b>	<b>705.973</b>
1993	Itamar	0	53.708	53.708
1994	Itamar	72	61.384	61.456
<b>Total Itamar</b>		<b>72</b>	<b>115.092</b>	<b>115.164</b>
1995	FHC	12.466	26.592	39.058
1996	FHC	71.321	38.286	109.607
1997	FHC	192.021	35.407	227.428
1998	FHC	275.565	28.687	304.252
<b>Total FHC - 1º mandato</b>		<b>555.177</b>	<b>159.254</b>	<b>714.431</b>
1999 FHC		180.075	35.459	215.534
2000 FHC		284.501	36.333	320.834
2001 FHC		239.289	35.755	275.044
2002 FHC		197.187	28.902	226.089
<b>Total FHC - 2º mandato</b>		<b>901.952</b>	<b>136.450</b>	<b>1.038.402</b>
2003 Lula		186.065	36.446	222.511
2004 Lula		195.391	53.786	249.177
2005 Lula		306.020	60.796	366.816
2006** Lula		367.392	115.523	482.915
<b>Total Lula - 1º mandato</b>		<b>687.476</b>	<b>266.551</b>	<b>1.321.419</b>
2007** Lula		sem informação	195.891	

fonte: SUSAN/GECO A - Gerencial 040 Histórico habitacional - CEF. Posição 30.set.2005 apud Lannoy, 2006.

\* período militar governado pelos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Médice.

\*\* fonte: (IPEA, 2007) e (BRASIL/MCID, 2008)

O Ministério do Bem Estar Social, então responsável pela questão habitacional adotou duas frentes de ação. A primeira delas buscou de concluir cerca de 250 mil unidades contratadas no período anterior por meio dos poucos recursos do FGTS (abalados pelas ações do governo Collor), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e do Orçamento Geral da União (OGU). E a segunda, foi à criação de programas deslocados do Sistema Financeiro de Habitação, voltados à construção de moradias, urbanização de favelas, produção de lotes urbanizados e melhorias habitacionais para o atendimento de famílias e baixa renda, como o Programa Habitar Brasil destinado a cidades acima de 50 mil habitantes e o Programa Morar Municípios para cidade de pequeno porte.

Ambos os programas funcionaram com parcerias entre União e governos locais. Com recursos provenientes do OGU e da Cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), o governo federal se responsabilizou pelos custos de projetos técnicos, material de construção, urbanização e pavimentação. E os estados e municípios, entraram com contrapartida financeira, se responsabilizando pela prestação de assistência técnica, composta por equipe interdisciplinar, que deveriam auxiliar as famílias no processo da construção das casas, dado que o regime adotado deveria ser o mutirão ou autoconstrução.

Estes mecanismos efetivaram, ainda de forma incipiente, a descentralização de responsabilidades da política habitacional anunciada desde o processo da Constituinte. Um arranjo institucional reforçado, pelo fato de que para receber os investimentos da União era exigido dos municípios e estados a criação de conselho e fundo (municipal ou estadual) de bem estar social, permitindo a participação da sociedade civil. Ficava evidente a influencia de alguns princípios contidos na proposta do Fundo Nacional de Moradia Popular

Porém, o PL só foi aprovado e sancionado na gestão do governo Lula quando o nosso país passa a ter um novo marco regulatório e social: "Quero falar do PL (...) do Fundo Nacional de Morada Popular. Este projeto esta há 12 anos tramitando na Câmara, já recebeu diversas modificações, já recebeu um monte de emendas, já recebeu um monte de coisa. Eu disse ao companheiro João Paulo que nós vamos ter que tirar este projeto... provavelmente aqui vocês tratem de propor aperfeiçoamento naquilo que foi feito há 12 anos, e vamos ter que votar esse projeto, porque eu não quero esquecer tudo que fiz e escrevi em meu passado e fui consignatário desse projeto de lei" (presidente Lula na abertura da 1ª Conferencia das Cidades em 23 de outubro de 2003).

Entre 2003 e 2005 a área econômica do governo apontou inúmeras restrições ao PL do FNMP, apesar do apoio público demonstrado pelo presidente. Isso porque, segundo Bonduki (2008), esse grupo do governo costuma ser avesso à criação de fundos, pois esses passam a restringir a manobra da gestão do orçamento público. Somados a isso, "a existência do fundo pressupõe, embora não garanta a alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsidio, o que contrariava a política de criação de superávit primário" (BONDUKI, 2008:98) encampada pelo governo.

Depois de muita discussão que resultou na reformulação da proposta, foi encaminhado ao Congresso um substitutivo, onde a dimensão da política habitacional ficou limitada, pois deixou de tratar do sistema financeiro da habitação de forma global, remetendo apenas aos Subsistemas de Interesse Social. Em junho de 2005 a Lei Federal nº 11.124, que institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS foi aprovada.

## Capítulo 2: AUTOGESTÃO: FUNDAMENTOS E MATRIZES

Este capítulo aborda os fundamentos e matrizes da autogestão através de sínteses e obras que julgo importante para o desenvolvimento do capítulo, dentre eles Autogestão: uma mudança radical de Guillerme e Bourdet, Zahar Editores, 1976 e a Ideologia Alemã de Marx e Engels, Hucitec, 1984.

O uso da palavra autogestão para designar uma experiência concreta é relativamente recente. Ela passou a ser empregada na França no início da década de 60, para designar a experiência política/econômica/social da Iugoslávia, em ruptura com o stalinismo soviético (Guillerme e Bourdet, 1976). É um termo que apesar de ser difundido como um dos modismos adotados no final da modernidade e início da pós-modernidade, tem suas fontes enraizadas na história da humanidade, sobretudo na ação e no pensamento revolucionário do proletariado.

A aplicação pouco cuidadosa do termo autogestão faz com que ele ganhe a mesma conotação de participação ou outras formas de gestão nas quais há uma assimilação e um engajamento do trabalhador aos interesses do gestor ou da classe social que ele representa. Justamente porque a vulgarização do termo estabelece uma certa confusão conceitual entre distintas concepções, é necessário afirmar que autogestão é radicalmente diferente de participação tanto em sua gênese quanto em sua teleologia.

Quando se emprega o termo participação, quase sempre, o sentido compreendido remete à incorporação do sujeito a uma atividade já existente, cujos meios e fins foram previamente estabelecidas, não implicando, portanto, no domínio integral do processo de gestão pelos participantes. O participante, em geral, não exerce pleno poder sobre o processo de gestão, sendo que, em sua participação, apenas colabora com um gestor que, de fato, tem o domínio do processo de tomada de decisões e que nem sempre age visando atender aos interesses coletivos ou públicos. Esses gestores são representantes que, muitas vezes, não exercem sua função legitimados por processos verdadeiramente democráticos ou representando, de fato, interesses sociais majoritários. Em nossa realidade podem ser citados nessa categoria alguns órgãos colegiados existentes no setor público. Nela se enquadra um grande número de Conselhos e órgãos que colaboram com a gestão pública em diversas áreas e esferas de governo, com poder de ação limitado à gestão de uma pequena parcela do orçamento destinado à área à qual se vincula. Na esfera privada, na qual impera o processo de gestão do capital, pode haver também participação do trabalhador em algumas instâncias de decisão visando estabelecer ou atingir objetivos específicos, metas e modos mais eficientes de organização do trabalho para aumentar ou manter a lucratividade, ou ainda, manter a saúde financeira em momentos de crise.

Por ser a participação uma forma mais democrática, ela é sempre melhor aceita pelos trabalhadores e intelectuais progressistas, que outras formas verticalizadas de exercício do poder. Porém, numa gestão participativa jamais haverá o controle total da gestão pelo trabalhador e muito menos, quando se trata de empresas capitalistas, uma divisão igualitária dos bens e dos lucros aferidos. É uma ação que, ainda que seja grupal ou coletiva, quase sempre representa os interesses de determinados segmentos e, por isso, situa-se na esfera da micropolítica e não está vinculada a projetos de transformação da realidade social, na sua totalidade. Para tal, seria necessário que a participação estivesse também vinculada a um processo macro político, que tivesse como objetivo



estratégico a transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas existentes num dado contexto. Sendo assim, a participação do cidadão ou do trabalhador em atividade situada na esfera da micropolítica, ainda que seja uma condição necessária, não é condição suficiente para qualificá-la como prática da autogestão.

A cogestão é outro conceito que muitas vezes também é confundido com a autogestão. Cogestão inclui, em um sentido amplo, estratégias de participação que procuram motivar e integrar a iniciativa e a "criatividade" de trabalhadores nos processos de melhoria da produtividade da empresa. Na cogestão o participante intervém em dois níveis: na organização técnica do trabalho, na política geral da empresa ou em ambos. Sua participação ativa é quase sempre solicitada e recompensada financeiramente com a distribuição de lucros excedentes, provenientes do aumento da produtividade. Mas, também ela, difere da autogestão. Em ambas, cogestão e autogestão, o trabalhador ajuda na determinação dos meios para atingir os objetivos, porém na cogestão a formulação desses objetivos escapa à massa dos executantes, sendo mantida, para efeito de tomada das decisões mais importantes, a estrutura hierarquizada de poder. Estando, portanto, subordinada aos interesses estratégicos do capital, no caso da sociedade capitalista, antagoniza-se com ações macro políticas que objetivam a igualdade social.

A cooperativa, mesmo quando combina princípios da democracia direta com a representativa, já é um caso mais próximo da autogestão. Nesse sistema de gestão, os quadros técnicos que muitas vezes interferem nas decisões, mesmo quando não são cooperados, são remunerados pelos próprios trabalhadores, sobrepujando parcialmente o antagonismo entre capital e trabalho (Gadotti, 1994). Contudo, a existência de cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores nem sempre representa o fim das relações de exploração do trabalho próprias do capitalismo: desigualdade nas relações de poder, na divisão social e técnica do trabalho e na repartição dos lucros. Sobretudo, quando representam iniciativas isoladas, setORIZADAS ou que não funcionam sob princípios igualitários.

A autogestão, ao contrário de se apresentar como uma "moda" aparentemente recente, é o resultado de um longo processo histórico sistematicamente reprimido, combatido e distorcido, tanto pelo Capitalismo quanto pelo Socialismo de Estado.

Com o intuito de recuperar essa historicidade e de resgatar sua base de sustentação teórica, serão apresentadas a seguir as principais teses e atores cujas ideias constituem a sua essência.

## **2.1 Autogestão e o socialismo utópico**

Para Guillerme e Bourdet (1976), aqueles que defendem a autogestão entendem que se os homens fossem desiguais de fato e de direito, não haveria dificuldade em admitir que uns comandassem outros. Porém não é tão difícil comprovar a desigualdade entre os homens quanto o é comprovar o seu contrário, a igualdade. Diferenças entre pessoas é algo que se pode perceber como manifestação natural e espontânea do fenômeno na sua aparência. Assim, não é difícil perceber entre as pessoas diferenças significativas de peso, de altura, de resistência, de porte físico, bem como, qualidades ou defeitos intelectuais ou morais. Isso faz com que se crie toda uma tipologia que visa comparar indivíduos e a estabelecer diferenças entre eles. Essa prática usual na ciência positiva e no senso comum torna difícil compreender o princípio da igualdade entre as pessoas. Sensível às aparências, é difícil ao homem comum distinguir igualdade de identidade, é evidente que não se pode afirmar que um negro e um branco são idênticos, porém, mesmo sendo diferentes, não se pode afirmar também que não sejam igualmente

"humanos". É justamente isso, por estar turvado pela ideologia dominante, o que não entende a consciência do homem comum, que ao desconhecer a diferença entre identidade e igualdade, não pode reconhecer a existência da igualdade entre todos os homens.

Conforme desenvolve Guillerme e Bourdet, antes de Pitágoras (cerca de 570 a.C.), a igualdade era alheia ao pensamento filosófico, e a desigualdade ou a falta de identidade era vista de forma determinista, como manifestação do Destino. Foi ele o primeiro filósofo a reivindicar o princípio da igualdade entre homens. Ao afirmar que "o homem é a medida de todas as coisas", já suspeitava que as divindades nada mais eram, como viria a afirmar posteriormente também Feuerbach (1804–1872), que projeções do próprio homem. Compreendeu, ao mesmo tempo, que cada homem tem em si a humanidade inteira e que o destino da humanidade está nas mãos de todos os homens.

Como se sabe, a religião católica não tarda a se institucionalizar e se hierarquizar e, posteriormente, a estender o seu domínio por todo o ocidente. Foi preciso esperar quinze séculos para que fossem contestadas, de forma radical duas idéias centrais por ela defendidas, a obediência e a autoridade, que são causas e conseqüências do desigualitarismo. Tal contestação ocorrerá somente a partir da revolução cartesiana, no século XVII.

As diferenças entre os homens, segundo Descartes (1596–1650), não passam de meros acidentes de uma essência comum. Tal essência foi extraída por ele de uma "vontade infinita" que todo homem sente dentro de si. Ressalva ele que, ainda não podendo ser maior que a vontade divina, a vontade do homem era comum a todos. Sendo infinita, era a razão profunda da igualdade entre os homens, pois nenhum infinito poderia ser maior que outro.

Essa tese de Descartes contribuiu para que se tornasse difícil de continuar a se aceitar, ainda que apenas no nível especulativo, a idéia da desigualdade, da dominação de um homem sobre qualquer outro.

Tal idéia, aliás, será retomada por Kant (1724-1804), que afirma ser legítima apenas a organização social que resulta de uma adesão voluntária de cada membro do corpo social, não podendo ser imposta por qualquer autoridade, "sequer de Deus".

Em sua obra "Contrato Social", Rousseau (1712-1778) levanta o problema do fundamento de uma organização social que instaure uma ordem sem criar a clássica divisão entre minoria dirigente e a "massa" dos dirigidos.

Segundo analisam Guillerme e Burdet (1976), Rousseau sonha com uma organização social que não aliena, nem submete, nem humilha homem algum. Tal organização só pode repousar no princípio da igualdade absoluta de todos os membros que a compõem e, mais ainda, sobre a liberdade inteira de cada um. Nessa sociedade, todos os componentes do corpo social dão-se a si mesmos uma lei geral que os organiza sem criar entre eles diferenças de poder, num sistema federal cuja circunferência está em toda parte e o centro em parte alguma.

Ao tratar da questão do governo ou órgão executivo da administração, Rousseau considera-o ao mesmo tempo necessário e perigoso. Necessário para a administração, a execução das leis e a preservação das liberdades civis e políticas, perigoso porque tem uma tendência quase compulsiva a "usurpar o soberano", a tomar o seu lugar e a

encarná-lo. Por isso propõe a existência de instituições “reguladoras” cuja função seria assegurar a passagem dos princípios à prática política concreta.

Ao contrário de outros que o antecederam na defesa dos ideais de igualdade e de liberdade entre os homens, Charles Fourier (1772-1837), segundo ainda Guilherm e Bourdet (1976), teve a oportunidade de começar a escrever sobre esses temas após a Revolução Francesa.

Pode por isso, perceber as vantagens (aspirações das massas à democracia e à liberdade), e os inconvenientes (a desordem, o terror, e o confisco das aspirações populares empreendidos pela burguesia), dessa Revolução. Pode concluir então que o que faltava à Revolução era o socialismo. Entendia ele que tendo o homem passado da “barbárie” (monarquia absolutista) à civilização (capitalismo), passaria agora da “civilização” a “harmonia” (socialismo).

Julgava, porém, que a passagem se faria desta vez sem violência. Imaginava que uma única micro experiência de socialismo poderia seduzir, em no máximo cinco anos, todo o universo. Em sua “utopia”, o trabalho tal qual o conhecemos deveria desaparecer, surgindo em seu lugar um novo tipo de atividade livre: o “trabalho atraente”. Esse novo tipo de trabalho se fundamentaria no “livre impulso das paixões”, ao todo novecentas. Cada paixão deveria ser representada por uma pessoa de cada sexo, vivendo no Falanstério. Com isso, se formaria um conjunto de mil e oitocentas pessoas vivendo num magnífico palácio, sem preocupação com a propriedade, com a miséria, com os salários. Viver-se-ia assim, no reino da abundância, onde tudo se decide em comum, tudo é feito coletivamente ou segundo os desejos de cada um. Fourier previa que após essa experiência, os falanstérios cobririam a terra e a transformariam.

Um outro expoente do socialismo reformista ou utópico, segundo Guilherm e Bourdet (op. cit.), Proudhon (1805-1865) é apresentado por muitos como o pai da autogestão, apesar de este nunca ter passado de um reformista, de um teórico da classe operária empírica. Ainda assim, não se pode negar-lhe o mérito de violentas críticas ao Estado. Porém, defendia a transformação do Estado, não pela revolução política, mas sim por uma “revolução econômica”. Tratava-se da criação da *associação mútua*, ou seja, da multiplicação das associações operárias de produção como meio de livrar-se a um só tempo do capitalismo e do comunismo, que julgava autoritário por natureza. Proudhon pensava em um processo de absorção progressiva de todas as indústrias, sem expropriação violenta, que ocorria graças a um crédito gratuito concedido às associações obreiras por um Banco do Povo. Em consequência desse novo sistema econômico, o mutualismo, o Estado desapareceria por si mesmo. Dessa maneira, procura substituir a contradição pela conciliação.

Mais tarde, convencido do imediatismo e da profundidade das transformações presentes no projeto revolucionário do proletariado, tenta conciliar o inconciliável (reforma e revolução): propõe o federalismo.

Este sistema, apesar de representar um avanço sobre o mutualismo, na medida em que propõe a eliminação do patronato, não propõe o fim do assalariado. Os operários “federados” de Proudhon estariam desembaraçados da burguesia, mas não da fábrica ou da comuna, a que estariam subordinados. Quanto à unificação desse operariado atomizado, essa não se daria a partir de sua consciência de classe, como proletariado, e sim a partir das leis “objetivas” do mundo (mercado). Ora, isso não representa uma unificação ou libertação em relação aos valores burgueses e sim um aprisionamento nesses valores a partir da competição.

Tal qual Fourier e Proudhon, Robert Owen (1770-1858), viveu na Europa entre os séculos XVIII e XIX. É considerado o pai do Cooperativismo, ainda que se saiba que antes dele, na França, na Inglaterra e na Escócia, já havia existido algumas experiências de cooperativas de produção e de consumo.

De família pobre, tornou-se um prospero e inovador industrial inglês e iniciou um importante movimento de redução da jornada de trabalho de seus operários e funda ali aquilo que se pode chamar de comunidade de trabalho (New Lanark).

Suas experiências e ideias inovadoras, que tinham um forte traço higienista, levam-no a propor ao governo inglês, um plano para acabar com a pobreza, que nunca foi implementado por contrariar frontalmente os interesses das empresas capitalistas. Tal plano previa a criação de *aldeias cooperativas* (industriais e agrícolas), as quais possibilitariam que através de um permanente sistema de produção, de troca e de venda dos excedentes, os pobres que ali vivessem e trabalhassem, pudessem, por si só, prover o seu sustento. .

Combatido e admirado por muitos na Inglaterra e na Europa, Owen vai para os Estados Unidos, onde organizam duas novas experiências comunistas, duas "aldeias socialistas chamadas" New Harmony e Queenwood. Essas tentativas duraram apenas alguns anos. Tais experiências, dependiam de quantias vultosas de investimento para a sua organização, não podiam se auto sustentar, como previa.

Ainda assim, as idéias de Owen se proliferaram, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e baseados nelas, muitos dos seus seguidores continuaram criando novas experiências de cooperativismo. Hoje, em muitas partes do mundo, Canadá, Índia, Brasil e em outros países latinos americanos, ouvem-se relatos de experiências de trabalho, de vida e de relações cooperativas, como forma de minimizar os efeitos perversos da economia capitalista. Porém, em muitas delas se aplicam as criticas feitas por Marx (1818-1883), de que elas poderiam estar identificadas com uma nova forma de capitalismo: o coletivo.

## 2.2. Autogestão e Marxismo

"Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico" (Marx e Engels na Ideologia Alemã p. 36-37).

O primeiro pressuposto de toda a história, para Marx, é a reprodução da existência física dos indivíduos, o que só é possível para os homens através da produção dos seus meios de vida e, conseqüentemente, da sua própria vida material. Assim, a base real da história é a própria atividade vital dos homens, isto é, o trabalho, a indústria, o intercâmbio

material entre o homem e a natureza. Nas palavras de Marx, "o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condição de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (...) A primeira coisa, portanto, em qualquer concepção histórica, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda sua extensão e render-lhe toda justiça" (pp. 39-40).

### **a) A base real do Estado**

Como vimos à base de toda existência humana é a produção da vida material. A produção material condiciona (ainda que não de maneira mecânica, é claro) todos os aspectos da vida humana. Um modo determinado de produção material gera determinadas relações sociais e políticas, bem como determinadas formas de consciência. Sendo assim, Marx parte do reconhecimento de que o Estado e a política não possuem bases próprias, não têm existência autônoma, mas, ao contrário, é o fruto de um determinado modo de vida dos indivíduos, cuja base é um determinado modo de produção material.

"O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade" (p. 35).

Vimos que a conexão social é uma das condições fundamentais da existência humana e, enquanto tal, "é tão antiga quanto os homens". Essa conexão, segundo Marx, é dada pelo processo real de vida dos indivíduos, pelas necessidades e pela maneira de satisfazê-las, ou seja, pelo modo de produção da vida material. No capítulo contra Stirner, Marx afirma:

"Os indivíduos 'partiram', sempre e em quaisquer circunstâncias, 'deles próprios', mas eles não eram únicos no sentido de que não poderiam deixar de ter relações entre si; pelo contrário, suas necessidades, portanto a sua natureza, e a maneira de satisfazê-las [modo de produção da vida material], tornava-os dependentes uns dos outros (relações entre os sexos, trocas, divisão do trabalho); era, portanto inevitável que se estabelecessem relações entre eles" (p. 300).

Já na Sagrada Família Marx satirizava a “superstição política” (no caso, Bauer) por imaginar que o Estado seria o responsável pela coesão dos indivíduos, o que parte da suposição igualmente supersticiosa de que indivíduo é naturalmente isolado.

Aqui, Marx retoma essa crítica, demonstrando que a conexão social, tão antiga quanto os próprios homens, é determinada pelas necessidades e pela produção material, e não, como pretende a superstição política, pela vontade individual e pelo Estado, ou por “qualquer absurdo político ou religioso”. “Desde o início mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens – e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma ‘história’, sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos” (pp. 42-43).

Ao determinar que a coesão social entre os homens seja devida à sua própria natureza, isto é, às suas necessidades e ao modo de produção material; que, por esse motivo, era inevitável que os indivíduos estabelecessem relações entre si; e que, portanto, a conexão social é tão antiga quanto os próprios homens, Marx dissolve a identidade secular entre política e sociedade, demonstrando que a política não é intrínseca à vida social.

Com isso, Marx aprofunda o ponto de partida fundamental de toda sua crítica à política, a determinação conquistada já na Crítica de 1843 segundo a qual o Estado não é o produtor, mas sim o produto da sociedade civil. A sociedade civil é definida por Marx como a “organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio”; ela compreende, portanto, “toda a vida comercial e industrial de dada fase”. Segundo Marx, é a sociedade civil assim definida que constitui a base real do Estado e do “resto da superestrutura idealista” – o que inclui o Estado na “superestrutura idealista”.

“A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil; (...) A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. A expressão ‘sociedade civil’ aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desprendido da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; entretanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome” (pp. 52-53).

Marx demonstra que o Estado – assim como todo o resto da “superestrutura idealista” - não é um ente autônomo, mas, ao contrário, se ergue sobre a base real da sociedade civil. Só a “superstição política” poderia ser capaz de inverter as coisas ao ponto de se limitar às ações políticas isoladas de sua base efetiva:

“Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que, negligenciando as relações reais, limitava-se às ações altissonantes dos príncipes e dos Estados” (p. 53).

A identificação da sociedade civil, no sentido geral de “organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio”, como o verdadeiro cenário de toda a história é, ao mesmo tempo, uma determinação fundamental da concepção de Marx sobre a vida humana em geral e o ponto de partida de sua crítica à política. A história é o processo de produção da vida humana pela própria atividade dos homens. Compreender a história, para Marx, significa compreender esse processo real em sua totalidade. Mas, no interior dessa totalidade, há diferentes elementos, que ocupam diferentes posições. O pressuposto primeiro de todo esse processo, como vimos, é a produção material da vida imediata; essa produção gera uma determinada forma de intercâmbio, a sociedade civil – ela é o fundamento de toda a história. Daqui deve partir toda a compreensão das outras formas de atividade humana. A base é a produção da vida material e a forma de intercâmbio associada a ele; sobre essa base, ergue-se a “superestrutura idealista”, que inclui o Estado e os diversos produtos da consciência.

Marx sintetiza a relação entre os vários aspectos da vida humana, indicando suas determinações principais no interior da totalidade que formam, sem nunca perder de vista que há relações recíprocas e que, portanto, não se trata de mecanicismo:

“Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).” (p. 55).

O Estado, que aqui é o nosso foco, deve ser explicado a partir de sua base real, isto é, da sociedade civil. Como se evidencia nesta passagem, explicar o Estado é na verdade apresentar a sociedade civil em sua ação enquanto Estado, o que revela que, para Marx, o Estado não passa de uma forma de atuação da sociedade civil, não possuindo bases próprias. O Estado não é um conjunto de relações autônomas e determinantes da estrutura social; ao contrário, é um produto da sociedade civil e de sua ação. Em outras palavras, as relações políticas são formas assumidas pelas relações sociais num determinado momento histórico.

Em outra passagem, Marx reafirma da mesma maneira a articulação entre os diferentes aspectos da vida social - a base formada pela produção material e pela estrutura social, o Estado e as formas de consciência:

“explicar a partir das condições empíricas e de mostrar como certas relações industriais e de trocas estão necessariamente ligadas a uma forma de sociedade



determinada, portanto a uma certa forma de Estado e, conseqüentemente, a uma forma determinada da consciência religiosa [idealista, ideológica, invertida]" (v. I, p. 183).

#### **b) O Estado enquanto produto da propriedade privada**

Vimos que o Estado e a política são para Marx, assim como a consciência, atributos do ser social, que, portanto não podem ser pensados como seres autônomos, com história e desenvolvimento próprios. Neste sentido, é preciso partir de seu enraizamento social real, de sua determinação pelas forças de produção e pela forma de intercâmbio de uma dada fase.

Porém, enquanto a consciência é uma condição fundamental de toda história, o Estado e a política são predicados extrínsecos ao ser social. São necessários apenas sob o domínio da divisão do trabalho e da propriedade privada, ou seja, em formações sociais ainda limitadas, identificadas por Marx como a "pré-história da humanidade" (Introdução). Segundo Marx, o Estado e a política são tão historicamente circunstanciais quanto à propriedade privada e a divisão do trabalho. "A vida material dos indivíduos, que não depende de modo nenhum apenas da sua 'vontade', o seu modo de produção e as suas modalidades de troca, que se condicionam reciprocamente, são a base real do Estado e continuarão a sê-lo em todos os estádios em que sejam ainda necessárias a divisão do trabalho e a propriedade privada" (v. II, p. 135-136).

Ao invés de aparecer como a esfera mais elevada da atividade humana, a política aparece em Marx como uma limitação, que, aliás, é fruto indissociável de uma fraqueza social, identificada por Marx concretamente no baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, que torna necessárias a divisão do trabalho e a propriedade privada. Segundo Marx, portanto, a política é um atributo necessário não da vida social em geral, mas apenas da vida social baseada na divisão do trabalho e na propriedade privada.

A divisão do trabalho leva à contradição entre interesse particular e interesse geral. Segundo Marx, esta contradição faz com que o interesse geral assuma uma forma autônoma na qualidade de Estado. Autônoma no sentido de que está separado dos reais interesses particulares e gerais, mas nunca no sentido de existir com bases próprias. Pois, como vimos e como será sempre reiterado por Marx, o Estado só existe sobre a base das relações sociais reais.

"com a divisão do trabalho é dada ao mesmo tempo a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; (...) É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que (1) o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória, (2) mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal – tais como, laços de sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e outros interesses – e, sobretudo, como desenvolveremos mais adiante, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre as quais há uma que domina todas as outras" (p. 47).



O Estado é o interesse coletivo tornado autônomo, separado dos reais interesses gerais e particulares. Logo, o Estado surge como uma coletividade ilusória, uma comunidade aparente, separada dos próprios indivíduos, portanto uma comunidade abstrata. Essa idéia, que já aparecia na Questão Judaica principalmente em relação ao Estado moderno, aparece agora na Ideologia Alemã não apenas com um grau de concreção consideravelmente maior, como também estendida explicitamente a todas as formas de Estado, desde as primeiras, baseadas na propriedade tribal, até o próprio Estado moderno, baseado nas classes.

Uma vez que o Estado é fruto da autonomização do interesse coletivo, o poder político em geral se revela necessariamente como poder de uma parcela da sociedade sobre todas as outras. Esse poder pode se impor como um interesse geral estranho aos indivíduos, ou permitir que apareça o conflito entre esse interesse ilusoriamente coletivo e os interesses particulares, como ocorre na democracia.

Porém, independentemente da forma que assuma a oposição real, prática entre os interesses torna sempre necessária a intervenção igualmente prática do Estado nos momentos em que o interesse (ilusoriamente) coletivo é ameaçado: "Justamente porque os indivíduos procuram apenas seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse coletivo (o geral é de fato a forma ilusória da coletividade), este interesse comum faz-se valer como um interesse 'estranho' aos indivíduos, 'independente' deles, como um interesse 'geral' especial e peculiar; ou têm necessariamente de enfrentar-se com este conflito, tal como na democracia. Por outro lado, a luta prática destes interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse-'geral' como Estado" (p. 49).

Vimos que, segundo Marx, o Estado é a expressão idealista prática dos limites econômicos existentes, assim como as religiões e as filosofias (idealistas) são sua expressão teórica. Em diversas passagens da Ideologia Alemã, Marx afirma que o Estado é o reflexo prático-idealista da sociedade civil. Isso na medida em que ele constitui a forma prática assumida pelo poder social separado dos próprios indivíduos. O Estado é, para Marx, uma alienação da força social, que se concentra num órgão à parte, separado da sociedade. Marx fala em "explicar a sociedade civil em suas diferentes fases e em seu reflexo prático-idealista, o Estado" (p. 55). Ou, em outra passagem, refere-se ao poder social da classe dominante, que "encontra sua expressão prático-idealista na forma do Estado imperante em cada caso" (p. 108).

Uma vez que "o Estado é a forma na qual (...) se resume toda a sociedade civil de uma época" (p. 98), "Segue"-se que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes (fato de que os teóricos alemães não têm a menor idéia, apesar de ter-se-lhes facilitado as orientações necessárias nos Anais Franco-Alemães e na Sagrada Família) (p. 48).

Até aqui, todas as determinações se referiam ao Estado e ao poder político em geral. A partir de agora, faremos algumas breves considerações que se referem apenas ao Estado moderno, mais especificamente, à relação entre o Estado moderno e a

propriedade privada e ao Estado enquanto órgão de dominação de classe. Segundo Marx,

“O exemplo mais acabado do Estado moderno é a América do Norte. Os modernos escritores franceses, ingleses e americanos, sem exceção, consideram que o Estado só existe por causa da propriedade privada, de tal forma que isto também passou para a consciência comum” (p. 98).

Retomando desenvolvimentos da Questão Judaica, Marx demonstra que a propriedade privada moderna é aquela que se emancipou completamente da comunidade, e até da aparência de comunidade – instaura-se a luta de todos contra todos. Com isso, a comunidade só pode existir como uma esfera à parte, separada da sociedade civil, e como uma comunidade abstrata, ilusória – ou seja, a comunidade só pode existir sob a forma política, sob a forma de Estado. Porém, como vimos, essa comunidade ilusória tem como base real a dominação de classe, de modo que o Estado se revela como a forma de organização adotada pela burguesia para a garantia de sua propriedade e de seus interesses comuns. Sendo assim, o ilusório interesse geral proclamado pelo Estado se revela como o interesse médio da classe dominante.

Nas palavras de Marx, a propriedade privada percorre uma longa história, “até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, isto é, até chegar à propriedade privada pura, que despojou de toda aparência de comunidade e que excluiu toda a influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência, como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma classe e não mais um estamento, é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, a dar uma forma geral a seu interesse médio. Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (p. 98).

Aqui, cabe ressaltar a indissociabilidade entre o Estado e a propriedade privada, ou seja, não apenas o fato de o Estado ser um fruto da propriedade privada, como também o fato de ser dominado pelos proprietários. Segundo Marx, “o Estado só existe por causa da propriedade privada”; mais ainda, o Estado é um órgão que tem como finalidade a defesa da propriedade privada e, portanto, é um órgão de dominação da burguesia. Marx chega a comparar o Estado a um cão de guarda da burguesia, uma vez que “os bourgeois [organizaram] a defesa da sua propriedade sob a forma do Estado” (v. II, p. 177). Trata-se, portanto, de reconhecer “O fato de a classe dominante constituir o seu domínio coletivo em força pública, em Estado” (v. II, p. 176), como também, paralelamente, reconhecer a “impotência do Estado relativamente à atuação dos proprietários privados” (v. II, p. 177). Segundo Marx, “o comércio mundial já mostrou claramente que os

proventos dos burgueses em nada dependem da política, sendo esta, pelo contrário, totalmente função desses proventos” (v. II, p. 181).

### **e) Política X Emancipação Humana**

No que se refere à emancipação humana, a Ideologia Alemã traz desdobramentos fundamentais, que mereceriam uma análise mais cuidadosa. Aqui, porém, limitaremos essa análise ao estritamente necessário para demonstrar a incompatibilidade radical que existe para Marx entre o Estado e a afirmação da liberdade humana.

Antes de tudo, é preciso ressaltar que há pressupostos práticos para a emancipação do homem. Segundo Marx, o grau de emancipação possível em cada período histórico é determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Como vimos um desenvolvimento limitado das forças produtivas, pelo fato de não ser capaz de satisfazer toda a sociedade, gera necessariamente uma situação de antagonismo em que uns (uma minoria) se apropriam das forças produtivas enquanto outros (a maioria) são excluídos dessa apropriação e têm de lutar pelo necessário. Isso significa que a propriedade privada e, de par com ela, o Estado e a lei são produtos necessários do desenvolvimento limitado das forças produtivas. Cada grau de emancipação conquistado ao longo da história foi fruto da criação de novas forças produtivas, que permitiram e impulsionaram o revolucionamento do modo anterior de satisfação das necessidades, isto é, da organização social anterior. Porém, até hoje, segundo Marx, toda emancipação conquistada foi limitada justamente porque foi realizada na base de forças produtivas insuficientes:

“os homens atingiram de cada vez um grau de emancipação que lhes era prescrito e permitido, não pelo seu ideal de homem, mas pelas forças produtivas existentes. No entanto, todas as emancipações se realizaram até hoje na base de forças produtivas limitadas, cuja produção, incapaz de satisfazer toda a sociedade, só permitia o progresso se uns satisfizessem as suas necessidades a expensas dos outros, o que dava a uns – a minoria – o monopólio do progresso, enquanto os outros – a maioria – devido à sua luta continua pela satisfação das necessidades mais elementares eram, entretanto (ou seja, até a criação de novas forças produtivas de caráter revolucionário), excluídos de todo o progresso. Assim, a sociedade evoluiu sempre no quadro de um antagonismo, o dos homens livres e dos escravos na antiguidade, dos nobres e dos servos na idade média, da bourgeoisie e do proletariado nos tempos modernos” (v. II, p. 291).

Isso significa, dizendo de maneira mais concreta, que “somente é possível realizar a libertação real no mundo real e através de meios reais; que não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor e a Mule-Jenny [primeira máquina de tecer automática], nem a servidão sem melhorar a agricultura; e que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas” (p. 65).

Sendo assim, a superação da propriedade privada só é possível com um altíssimo desenvolvimento das forças produtivas, que segundo Marx já existia na sua época. Sem esse desenvolvimento, a “vontade” de superação da propriedade privada não passaria de

uma aspiração ao impossível. Mais ainda, uma tentativa de superação “na base de forças produtivas limitadas” teria como resultado necessário o renascimento da propriedade privada. Nas palavras de Marx:

“Enquanto as forças produtivas não tiverem atingido um ponto de desenvolvimento que torne supérflua a concorrência – outra coisa não faria, portanto, senão fazer renascer a concorrência – para as classes dominadas seria aspirar ao impossível ter apenas a ‘vontade’ de abolir a concorrência, e de par com ela o Estado e a lei” (v. II, pp. 136-137).

Em outra passagem, Marx reafirma que “um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento” é um “pressuposto prático absolutamente necessário” para a libertação do homem, uma vez que, sem isso, ou seja, com um nível produtivo ainda incapaz de satisfazer toda sociedade, “apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida”. Vale acompanhar a passagem na íntegra:

“Essa ‘alienação’ - para usar um termo compreensível aos filósofos - pode ser superada, naturalmente, apenas sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente ‘destituída de propriedade’; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato - coisas que pressupõem, em ambos os casos; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém simultaneamente uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida” (p. 50).

De acordo com Marx, a liberdade humana só pode ser alcançada nos dias de hoje através da superação de todo o modo de produção da vida atual, cuja base é a propriedade privada e a divisão do trabalho. Concretamente, a libertação do homem significa a apropriação da totalidade das forças produtivas, hoje separadas dos indivíduos na forma de propriedade privada, pelo conjunto dos indivíduos associados, o que envolve a criação de um conjunto de capacidades humanas correspondentes aos instrumentos materiais de produção e, portanto, permite o desenvolvimento integral do indivíduo. Essa apropriação, segundo Marx, só pode ser realizada pelos proletários, pois, por estarem completamente excluídos de toda auto-atividade, “estão em condições de impor sua auto-atividade completa e não mais limitada (...). Em todas as apropriações anteriores, uma massa de indivíduos permanecia subsumida a um único instrumento de produção; na apropriação por parte dos proletários, uma massa de instrumentos de produção deve ser subsumida a cada indivíduo, e a propriedade a todos. O moderno intercâmbio universal não pode ser subsumido aos indivíduos senão quando for subsumido a todos” (p. 106).

Além disso, essa apropriação só pode ser realizada através de uma revolução radical, ou seja, “uma revolução que, de um lado, derrube o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e da estrutura social, e que desenvolva de outro lado, o caráter universal e a energia do proletariado necessária para a realização da apropriação; e na

qual, além disso, o proletariado despoja-se de tudo o que nele ainda resta de sua anterior posição na sociedade" (p. 106).

Esses dois aspectos da revolução podem ser vistos como concretizações dos dois momentos da revolução social expostos por Marx nas Glosas de 1844: o momento político, isto é, o momento da destruição das velhas relações, e momento social, isto é, o momento da construção da nova sociedade, aqui caracterizado como a apropriação efetiva da totalidade das forças produtivas pelo conjunto dos indivíduos associados. Grife-se, além disso, que, com essa revolução, o proletariado não estabelece uma nova dominação, mas, ao contrário, ao abolir as classes e as próprias condições da dominação de classe, abole a si mesmo enquanto proletariado, de modo que os indivíduos podem se desenvolver integralmente enquanto indivíduos. Uma vez abolidas a propriedade privada e a divisão do trabalho, e com ela a oposição de interesses, a comunidade humana se estabelece como comunidade efetiva e os indivíduos associados assumem o controle sobre seu próprio modo de vida. Para Marx, a finalidade da revolução social não é outra senão a "realização total do indivíduo", o "livre desenvolvimento do indivíduo total", a criação do "indivíduo integral vivo".

O Estado, como vimos, é força social alienada, é expressão prático-idealista do poder social, ou seja, do conjunto das forças produtivas, que estão separadas da maior parte dos indivíduos e concentradas nas mãos de uma classe dominante, na qualidade de propriedade privada. Isso significa que o Estado é indissociável da propriedade privada e, por conseguinte, desaparece juntamente com ela. Sendo assim, a apropriação do conjunto das forças produtivas pelos indivíduos associados implica não apenas o desaparecimento da propriedade privada como também, juntamente com ela, o desaparecimento do Estado. Uma vez superada a base do modo de vida atual, supera-se ao mesmo tempo e por conseqüência o Estado que lhe corresponde, o direito e a própria necessidade da política. O controle sobre seu modo de vida é apropriado pelos indivíduos associados, deixando de existir de maneira autônoma, como uma esfera à parte, estranha, enquanto Estado, sob o domínio de uma pequena parcela da sociedade.

Assim, no lugar da comunidade aparente, da comunidade meramente política, estabelece-se a comunidade real, condição para a verdadeira liberdade do indivíduo, ou seja, para o seu desenvolvimento integral. Como diz Marx, "Na comunidade real, os indivíduos adquirem a sua liberdade simultaneamente com a sua associação, graças a esta associação e dentro dela". Vale acompanhar essa passagem na íntegra, pois nela, além de condensar os fundamentos da emancipação humana, Marx enfatiza a oposição entre o Estado e a liberdade pessoal: "A transformação das forças pessoais (relações) em forças objetivas, através da divisão do trabalho, não pode ser abolida extirpando do cérebro essa representação geral, mas unicamente através de uma nova submissão das forças objetivas e a abolição da divisão do trabalho por parte dos indivíduos. Ora, isto não é possível sem a comunidade [suprimido do manuscrito: e sem o completo e livre desenvolvimento do indivíduo que ela implica]; é somente em comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios necessários para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; a liberdade pessoal só é, portanto, possível na comunidade. Nos sucedâneos de comunidade que até agora existiram, no Estado, etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe

dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, anteriormente constituída pelos indivíduos, adquire sempre perante eles uma existência independente e, simultaneamente, porque significa a união de uma classe em face de outra, representa não apenas uma comunidade ilusória para a classe dominada, mas também uma nova cadeia. Na comunidade real, os indivíduos adquirem a sua liberdade simultaneamente com a sua associação, graças a esta associação e dentro dela” (p. 80).

A autogestão enquanto processo de auto-organização do proletariado na sua luta revolucionária contra as diversas formas de opressão, de exploração e de dominação do homem, nos parece ser uma tese ainda válida diante dos fracassos do capitalismo e do socialismo de Estado em realizar as promessas de igualdade, de liberdade e de construção de uma sociedade solidária.

Porém, a transplantação dessa perspectiva histórica para o seio de diversas formas de organização do trabalho sob a dominação capitalista, nos parece uma tarefa difícil de ser concretizada. Primeiramente porque contraria a tese de que a autogestão não se constitui num modelo ou fórmula pronta a ser aplicada, independentemente do contexto social e histórico. Enquanto estratégia de luta do proletariado no processo de tomada do poder e de estabelecimento de uma nova sociedade (igualitária e democrática), a autogestão só seria viabilizada quando fosse possível construir uma imensa rede de experiências autogestionárias que abrangesse toda a sociedade.

### **2.3 Autogestão no Mutirão: o produto**

Os movimentos de luta por moradia se inserem no contexto do que se convencionou chamar de Movimentos Populares Reivindicatórios Urbanos, ou simplesmente movimentos sociais urbanos. Os MPRU's caracterizam lutas populares por melhores condições de vida nas cidades brasileiras em fins da década de 70 e 80. A crise brasileira da década de 80 deu ainda mais visibilidade a problemas já existentes na década de 70, como por exemplo, o aumento meteórico do número de favelas. Kowarick e o conceito de espoliação urbana que desenvolve, coloca o crescente processo de pauperização da população e o crescimento das cidades de maneira altamente segregadora no processo de urbanização brasileiro como um dos fatores dos 'sinais de vitalidade' de movimentos sociais urbanos.

A maioria dos textos que tratam da questão dos chamados movimentos sociais urbanos se pergunta o porquê dessas 'emergência', dos 'sinais de vitalidade', e principalmente das relações entre o processo de redemocratização do país e a atuação dos movimentos sociais. Começa a aparecer em alguns trabalhos o reforço da categoria "sociedade civil" e de "cidadania", de sua possível construção, de abertura de canais de comunicação entre movimentos sociais e Estado, da articulação com outros movimentos reivindicatórios e de um possível associativismo. Mas a palavra "autogestão" não estava associada, até fins da década de 80, quando na Prefeitura do Município de São Paulo foi implantado o programa Funap's-Comunitário.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> O Funap's Comunitário foi um programa desenvolvido durante a gestão Erundina em São Paulo, de 1989 a 1992. Institucionalmente o programa já existia, mas a importância e a utilização que tomou, deve-se a abordagem de mutirão autogestionário com associações comunitárias, dado pela administração. O financiamento previa recursos para as unidades habitacionais que eram gerenciadas pelas associações.

"Renovação, dinamismo, transformação social", "avanços que os diferentes movimentos examinados traduzem ao nível da constituição de uma ordem democrática"<sup>40</sup> são temas e assuntos muito presentes na literatura especializada.<sup>41</sup>

"Qual o real significado, para a cena política brasileira da recente eclosão de inúmeros movimentos reivindicatórios? (...) o aspecto fundamental dessas manifestações urbanas é a introdução das novas formas de convivência e de autonomia frente ao Estado"<sup>42</sup>, em uma negociação cotidiana entre as agências públicas e grupos organizados.

Assim, há uma tendência nos autores que tratam do assunto que um dos resultados mais significativos é a "emergência de novas formas de mediação política, ampliando os espaços institucionais de representação".<sup>43</sup>

Olhando especificamente o caso dos movimentos de luta pela moradia de São Paulo, observa-se a importância que as ocupações de terra e as reivindicações por programas habitacionais específicos tiveram no sentido de obter visibilidade e estimular novas formas de negociação com o Estado.

Segundo Gonh, o que é diferente da década de 70 é que, em 80, trata-se de "ocupações coletivas e planejadas. Estas ações ocasionaram impactos políticos importantes e forçaram a abertura de canais de negociação com o Estado".<sup>44</sup>

Das várias modalidades de 'lutas urbanas' identificadas pela autora, o mutirão habitacional é uma das mais organizadas. Dentro do contexto da década de 80 "o mutirão é visto como um trabalho coletivo, solidário, criador dos espaços democráticos. Assim, buscam-se romper com as relações de hierarquia entre técnicos, mestres e monitores (...) criar um clima de trabalho e disciplina, com divisão de tarefas e responsabilidades, de forma a aproximar os participantes dentro de um espírito de trabalho coletivo e não competitivo (...)".<sup>45</sup>

Apesar da descrição do funcionamento do trabalho no mutirão ser quase uma descrição de uma comunidade autogerida, a autora não usa a palavra autogestão quando define mutirão, o "sistema de mutirão e ajuda-mútua", como colocado. A autogestão é enfatizada, em outra parte do texto como, "forma de excelência do exercício da participação popular".<sup>46</sup>

---

<sup>40</sup> BOSCHI, R.R (Ed). Movimentos Coletivos no Brasil Urbano, Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Pág. 25

<sup>41</sup> Alguns textos utilizados:

GOHN, Maria da Glória. Os Sem Terra, Ong's e Cidadania. São Paulo: Cortez, 1997. Pag. 44-45, 50

SACHS, Céline. São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular. São Paulo: EDUSP, 1999. Pg.168

BONDUKI, Nabil. Construindo Territórios de Utopia: a luta pela gestão popular em São Paulo.

<sup>42</sup> Referencia

<sup>43</sup> Referencia

<sup>44</sup> GOHN, Maria da Glória. Op.cit

<sup>45</sup> idem

<sup>46</sup> Idem



O próprio histórico do desenvolvimento do mutirão dentro do município de São Paulo mostra o desenvolvimento do conceito de autogestão dentro de lutas ditas 'concretas'.

"A partir de 1981, marco de uma nova fase de organização dos movimentos por moradia em São Paulo, iniciou-se um processo coletivo de formação de propostas que buscava entre outras coisas viabilizar esses projetos. As várias associações e suas assessorias vieram aprofundando algumas questões: tamanho do lote, área de habitação, custo por mutirão, custo por empreiteira, durabilidade da casa, financiamentos, etc. Simultaneamente, várias experiências piloto foram duramente conquistadas: Vila Nova Cachoeirinha (1982), Recanto da Alegria (1983) e Vila Comunitária de São Bernardo (1985). Passo a passo foi sendo amadurecida uma proposta voltada inicialmente para as obras realizadas por ajuda mútua ou mutirão".<sup>47</sup>

Esse conciso relato de Ronconi sobre o começo da década de 80 e o desenvolvimento das propostas de mutirão e ajuda mútua, permite entender o tipo de questões concretas que estavam sendo discutidas. As questões de moradia em São Paulo tinham – e ainda tem – caráter dramático, pelo crescimento da cidade, a quantidade do déficit habitacional, os baixos salários, o empobrecimento da população, o custo da terra urbana e também a política habitacional voltada aos setores de maiores renda. Hoje, houve uma inversão nessa política, mas ainda não alterou radicalmente a fotografia que conhecemos.

Assim, os movimentos populares de luta por moradia, a partir da formulação dessas reivindicações fundamentais, conseguiram evoluir de formas como a auto-ajuda individual para auto-ajuda coletiva, ou, o mutirão realizado com a ajuda de amigos e parentes no fim-de-semana, para a organização de uma comunidade maior que pleiteava a terra urbana e construção de casa para a comunidade. Os mutirões habitacionais surgiram dos movimentos de favelas, que, por volta, de 1978, conseguiu, a partir de reivindicações locais por serviços urbanos, mobilizar grande número de pessoas e de comunidades.<sup>48</sup>

A data apontada por Ronconi, 1981, trata das duas grandes ocupações de terra que de fato, marcam uma outra fase para o movimento. A ocupação da Fazenda Itupu (IAPAS) e do Parque Europa, (Record), posteriormente despejadas pelo Estado – foi um momento de mudança, pois trouxe um questionamento sobre a questão fundiária e urbana. Terra, terra urbanizada, pressão popular, possibilidades de conquistar um financiamento e um programa habitacional, todas essas 'possibilidades' ampliaram os horizontes de uma 'simples' reivindicação em um serviço público, para uma favela, por exemplo. Em 1983 foi feito então levantamento para compra de áreas, e por pressão junto ao então agente promotor da política habitacional federal, a COHAB foi efetuada a compra do terreno pretendido e contratada com a COHAB a instalação de uma fábrica de blocos.

Em agosto de 1984, é realizado o 1º Encontro de Movimentos de Moradia (por um cooperativismo de ajuda - mútua e autogestão). Não se pode deixar de apontar uma grande influencia no desenho e nas aspirações então desenvolvidas em 1981: as cooperativas uruguaias de habitação e ajuda - mútua. Divulgadas por um engenheiro e

---

<sup>47</sup> RONCONI, Reginaldo. Desfrutar a cidadania plena: uma luta do cotidiano. Revista Proposta nº 47. Rio de Janeiro. Fase, 1990.

<sup>48</sup> Revista Proposta nº 35, Mutirões Habitacionais, da Casa à Cidadania. Rio de Janeiro. FASE, 1987.



logo encampada por vários técnicos e assessores do movimento, as cooperativas habitacionais uruguaias, tiveram uma forte influência na construção de uma proposta habitacional para os movimentos. Seu formato, cooperativa, seu modelo de financiamento, no qual o Estado repassava à cooperativa e esta geria o recurso autonomamente, traduziam, ao menos no começo da década de 80, o que poderia vir a ser um programa habitacional de baixa renda. O nome desse primeiro encontro dos movimentos retrata a sintonia, por um *cooperativismo de ajuda - mútua e autogestão*.

Em 1985 foi realizado o 2º Encontro de Movimentos de Moradia. Segundo o relato feito pelo jornal do movimento, um dos "pontos altos do encontro, (foi) quando se expressou com clareza a opção pela autogestão com a rejeição de formas autoritárias de relação no trabalho a partir de um debate sobre a organização do mutirão autogerido pelos seus participantes".<sup>49</sup>

Assim, a bandeira da autogestão, em meados da década de 80 já esta arraigada no movimento como forma de obtenção de moradia. O mutirão agora já não bastava, era o mutirão com autogestão que se buscava.

Certamente que o mutirão, com o aporte não pago dos usuários, incentiva a superexploração da força de trabalho, aliviando o salário dos custos necessários para a reprodução da força de trabalho. Muitos críticos expuseram essa condição fundamental do mutirão e da autoconstrução.<sup>50</sup> E "alguns movimentos por moradia via mutirão, particularmente os da Zona Sul de São Paulo, tem consciência da contradição que abrigam: de um lado, reproduzindo o sistema de aquisição de direitos sociais através do sobretrabalho e da subcidadania e, de outro, organizando parte das massas populares na direção da soberania popular e da transformação social".<sup>51</sup> Desde o começo da década de 90 muitos movimentos por moradia levantam a bandeira '**menos mutirão e mais autogestão**'.



Figura 5: Apresentação de Teatro demanda City Jaraguá /  
Fonte: Arquivo pessoal

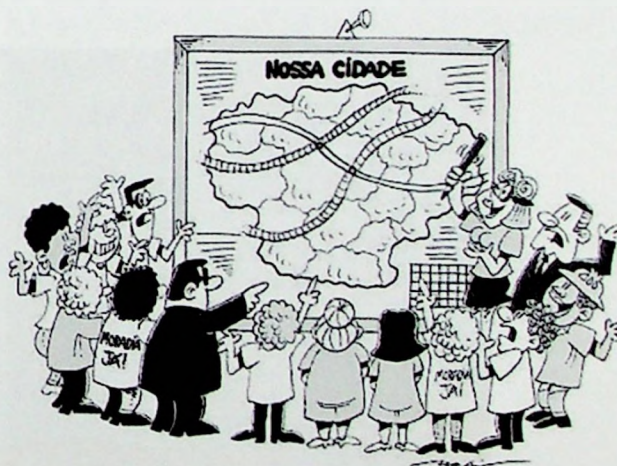


Figura 6: quadrinho do livreto da história da autogestão,  
produzido pela UMM-SP / Fonte: Arquivo Pessoal

Quando se fala em autogestão nos movimentos sociais de luta por habitação, a primeira ideia associada a ela é o controle do dinheiro adquirido pelo financiamento, bem como das decisões de organização da obra, do canteiro. Quando os movimentos

<sup>49</sup> Idem

<sup>50</sup> Ver a esse respeito às obras de PRADILLA, 1983, BURGUES, 1982, MARICATO, 1982, OLIVEIRA, 1972, entre outros.

<sup>51</sup> ABREU, Haroldo B. e LEITE, Marcia S.P. Mutirão: Sobrevivência social ou solução. Revista Proposta nº 35, Rio de Janeiro: FASE, 1987..



pleiteiam uma política habitacional, ou, mas restritamente um programa habitacional que contemple a autogestão, o que se tem em mente é o repasse do dinheiro do financiamento para a Associação Comunitária encarregada da gestão da obra.

"Na autogestão, o agente promotor não participa diretamente da gestão da obra, atividade exercida nas e pelas instâncias de deliberação, constituídas, geralmente, pelas Assembléias Mutirantes e as Coordenações. Nesse caso os técnicos são contratados pela comunidade e a ela se reporta", observa Joel Felipe, em sua dissertação de mestrado "Mutirão e Autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar do arquiteto".

Outra dissertação que trata do tema, a de Cardoso<sup>52</sup>, coloca a vantagem mais aparente do 'sistema de autogestão'<sup>53</sup>: "Uma das principais evoluções – talvez a principal – na gestão e gerenciamento dos mutirões realizados atualmente em relação aos de gestão institucional da década de 80 é exatamente a profissionalização e administração das obras, propiciada pelo sistema de autogestão". Cardoso se refere aos mutirões conduzidos pelo governo Montoro, de 1983 a 1986, que previa a participação da população, submetida, porém, à condução das prefeituras municipais envolvidas. Nesses mutirões toda a administração era de responsabilidade da prefeitura, ficando sob-responsabilidade da população a mão de obra.

Para Evaniza Rodrigues, coordenadora da União dos Movimentos de Moradia, mutirões autogestionários são "de modo geral (...), aqueles onde, diferentes dos mutirões tradicionais, o conjunto da demanda é responsável não só pela mão de obra voluntária, mas também da gestão do empreendimento e dos recursos, apoiada por uma assessoria técnica contratada por ela. O estado seria responsável pelo financiamento e supervisão dos projetos. O grau de participação e autonomia neste processo é variável e para ela vão concorrer inúmeros fatores (...)"<sup>54</sup>.



Figura 7: Concretagem das colunas do Mutirão City Jaraguá

<sup>52</sup> CARDOSO, Luís Reinaldo A. (1993) Construção Habitacional por Mutirão – Caracterização, gerenciamento w custos. São Paulo, 202p (Dissertação de mestrado, EPUSP)

<sup>53</sup> Idem

<sup>54</sup> RODRIGUES, Evaniza. Programa Paulista de Mutirão e Autogestão do Governo do Estado de São Paulo (1995-1997) PUC-CAMP, 1997.



Felipe, retomando a questão da autogestão, observa que na década de 60 "em vários cantos do planeta explodiam movimentos que, ao questionarem a ordem vigente (...) deram origem a grupos que começaram (...) a colocar em prática uma vivência cotidiana, compartilhada na vida comunitária".<sup>55</sup> Felipe mostra citando Guillerm e Bourdet<sup>56</sup>, que o termo autogestão tem uma data mais ou menos certa de sua 'aparição'. Trata da experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito.<sup>57</sup> Mas, logo em seguida, tratando da autogestão, habitação e cidade, Felipe destaca os trabalhos de Turner, um autor que trata do esgotamento do modelo de provisão habitacional estatal no pós-guerra e com isso a emergência de políticas de autoconstrução e 'ações de autogestão' surgidas localmente: "são esforços de grupos que se organizaram e propuseram-se o autodesenvolvimento, independente do mercado e do estado".

Certamente que a forma mutirão autogestionada não é capaz dela sozinha resolver o problema habitacional e nem é mesmo preconizada como sendo a melhor solução. A gestão experimentada nesses mutirões, a gestão pelas associações é o que foi (e é) um dos maiores ganhos do programa.

A disseminação dessa forma de gerir, a implementação de políticas de fomento à participação autogestionária da população poderia ser de fato um caminho possível para a construção almejada da justiça social.

A autogestão dos trabalhadores é um tema político recorrente ao longo da história do capitalismo. Foi teorizado e praticado por anarquistas e comunistas, como antecipação da organização futura dos trabalhadores em uma sociedade livre, na qual existiria uma forma avançada de autogoverno, sem a figura do Estado. A idéia de que a autogestão, antes de ser uma forma de comando, seja uma forma de organização que une intrinsecamente pensamento, produção e ação, está explícito tanto nos escritos anarquistas como nos de Marx. Na organização da produção, a autogestão esteve quase sempre associada à forma cooperativa.



Figura 8: Última escadas concretadas pela equipe de concreto mutirão City Jaraguá

<sup>55</sup> FELIPE, Joel.

<sup>56</sup> GILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. Autogestão: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

<sup>57</sup> idem

O mutirão autogerido é uma associação de trabalhadores para a produção de uma mercadoria *sui generis*, que não é produzida imediatamente para o mercado, mas para a subsistência. Nele se produz um objeto que cristaliza o trabalho e que tem valor de uso (e potencial valor de troca), mas que não foi estritamente planejado com o objetivo da venda ou da valorização do capital. Nesse caso a autogestão não se confronta diretamente com o mercado, mas com o Estado, requisitando um fundo público para alimentar sua produção para o consumo direto dos produtores.

O mutirão autogestionário não é modelo de política habitacional universal e nunca se apresentou assim. Ele é um espaço de resistência e organização, de visualização de uma prática de novo tipo. Não existe poder popular que se sustente apenas em marchas, ocupações, convenções, programas e teorias. Ele precisa se realizar no cotidiano, na resposta às necessidades básicas. Isso se sabe há algum tempo na América Latina, ao menos desde Sierra Maestra, e também em nossas Comunidades Eclesiais de Base. Só há prática radical se o intelectual estiver de fato ao lado do povo, buscando soluções coletivas para as coisas mais prosaicas (abrigar-se) às mais altas do espírito (a discussão sobre a arte, socialismo, etc.). A produção da arquitetura nesse contexto quer, por isso, restituir-se não apenas como “teto”, mas como produção coletiva do espaço, livre, como arte. Experiências desse tipo só se multiplicariam, de fato, na transição revolucionária.

“Há um momento e um lugar no incessante labor humano de mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam, oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudança. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos. De todo modo, os sonhos utópicos nunca desaparecem por inteiro, estando em vez disso onipresente como os significantes ocultos de nossos desejos.” Entrevista com Enrique Ortiz da HIC

## CAPÍTULO 3 - AUTOGESTÃO E PRÁTICA POLÍTICA

Este capítulo procura abordar alguns temas que se encontram no cotidiano das pessoas que fazem parte do movimento de moradia e realiza a abordagem da vivência dos participantes do movimento do espaço urbano, através das entrevistas realizadas.

### 3.1. Os sujeitos do movimento de moradia e o urbano

O interesse por problematizar uma aproximação ao cotidiano das pessoas que se envolvem, direta ou indiretamente, com as dinâmicas dos movimentos sociais, parte da premissa de que há um aspecto de acomodação, mas também resistência nas formulações que articulam questões como liberdade e opressão nas dinâmicas do “vivido” e, que deveriam ser detalhados para a apreensão dos limites de participação e a (im)possibilidade de emancipação. Neste sentido, esta aproximação determina, para estas pessoas, a opção da vivência de espaços de articulação e de luta política dos movimentos de moradia, mesmo que acompanhado de condições de coação, renúncia e coerção, ainda assim em oposição a outras possíveis situações de maior dependência que permeia o cotidiano dos envolvidos. Há ganhos no processo e possíveis perdas que devem ser detalhadas: tanta para as lideranças, seja na condição de militância, seja através da sua “profissionalização” e remuneração, ou para a demanda, com a conquista de uma moradia “mais” digna que em outras condições de luta individual, quanto para os demais atores, como os técnicos envolvidos no processo ou parlamentares. Finalmente, para os pesquisados que exploram direta e indiretamente a temática.

A produção da discussão sobre o cotidiano permite imaginar alternativas ao tido como operante e determinante e aponta sinais de repressão e resistência. O cotidiano aparece como o lugar de resistência, que se defronta com os registros que o apresentavam com a manifestação do conformismo.

Supondo que tais pressupostos possuem recorrência na definição do papel da moradia no Brasil, junto ao próprio papel de moradia enquanto matriz de dependência e desqualificação social resta questionar os elementos que permitem o salto para o processo de ação coletiva e a existência dos movimentos de moradia. Conforme a sugestão de De Certeau<sup>58</sup>, esta problematização pode ser ordenada em três níveis: as modalidades de ação, as formalidades das práticas e os tipos de operação especificados pela maneira de fazer. Para Certeau, as ações cotidianas individuais implicam opressão e, dialeticamente, resistência. Em resumo, a alternativa entre colapso e solidariedade, entre ação coletiva que produz desintegração e ação coletiva que nasce da solidariedade é um falso problema. As formas do comportamento de classe originam-se em um conflito de classe, mas são ativadas por contradições. Nos movimentos sociais sempre há uma ligação entre contradição e solidariedade, entre estrutura e mudança.

O resultado dessa dinâmica no âmbito da Política Habitacional no Brasil – sua tradução do discurso corrente do papel dos movimentos sociais – produz dinâmicas que apóiam os movimentos sociais – na exceção de suas práticas no âmbito da provisão habitacional corrente – e, dialeticamente, apresentam-se com forte recorrência no enfraquecimento de suas pautas – uma vez que a própria condição de exceção

---



particulariza cada vez mais suas ações. A matriz que emblematiza o surgimento dos movimentos sociais – o mutirão e a autogestão – implica também no esgotamento da prática atual na busca de outras alternativas de luta.

Para Gonçalves (1998), humilhação social é um fenômeno psicológico e político, que determina situações de impedimento: de fala, de rosto, de visibilidade, tec. Põe-se também, enquanto um enigma, definido pela desigualdade de classes, conforme descreve a condição de angustia de uma moradora da Vila Joanisa: “O sentimento de dignidade parece desfeito. Deixa ser espontâneo. É preciso um esforço de atenção para conservá-lo. Um esforço nem sempre eficaz para o humilhado – o proletário não é humilhado porque sente ou imagina sê-lo: o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de rebaixamento. A situação imediata é sempre a situação mediada pela longa história de rebaixamento que atravessa sua classe que atravessa sua família. Na condição proletária, a submissão é que se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática” (GONÇALVES FILHO, 1998).

O conceito de humilhação social é complementar ao de Goffman (1981), que defini estigma “a situação do indivíduo que esta inabilitado para a situação social plena”<sup>59</sup>, entendida a ambivalência entre situação social plena e virtual como a identidade social que se formula a um indivíduo e que o situa numa categoria socialmente prevista. O estigma se dá a partir de uma relação entre atributo (“Identidade social virtual dada VS identidade social real) e estereótipo, formula-se sob duas perspectivas: a do desacreditado (um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana (sic) possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”) e a do desacreditável (quando surge no estigmatizado “a sensação de não saber aquilo que os outros estão ‘realmente’ pensando dele” (GOFFMAN, 1981, p. 23) uma situação de possibilidade contingente de ser rotulado). “Uma das fases deste processo de socialização é aquela na qual a pessoas estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade do que significa possuir um estigma particular” (GOFFMAN, 198, p.41).

Um rebaixamento de voz, de fala - que se expressa nas práticas cotidianas. Os dois relatos reproduzidos, se não fossem comuns poderiam se tratar das mesmas pessoas. Ilustram como esse mecanismo se dá: um silenciamento cotidiano, ou, mais que isso, uma “falta” que se expressa, conforme Gonçalves, enquanto sofrimento político definido pelo não exercício da autonomia, pela fixação na posição de dependência e pelo impedimento de fala e de ação. Afinal, não são todas as pessoas que percebem a condição de humilhação quando ela se dá e, de tanto usados, por vezes mecanismos construídos parecem quase “naturais”. Para uma das entrevistadas ao ser ignorada pela patroa, sendo ameaçada de perder o emprego caso continuasse no processo, significou a concordância momentânea, mesmo com a ciência da pessoa que tinha trabalhado no local por oito anos e que mal conseguiu pagar o aluguel de um quarto de pensão. A solução foi se calar para não perder o emprego. Para outra das empregadas, que, explorada no emprego, trabalhando quase 12 horas ao dia e nos finais de semana, a escolha entre o emprego e o movimento de moradia e o próprio emprego, conforme relatos:

“(Após passar a noite na ocupação de um prédio) eu fui trabalhar. Quando cheguei no meu serviço, ai a minha patroa já tava saindo e olhou pra mim e falou: - O que aconteceu, Sandra? Ai eu fui toda empolgada pra contar

<sup>59</sup> GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, LTC, 1988:12.

pra ela. Ai sabe o que ela falou? Se você não sai disso, eu vou te mandar embora. Esse negócio de arruaceiros, sem teto, baderneiros, de ocupação, aonde já se viu ocupar coisas dos outros? Ai eu falei:- ta tudo bem não vou fazer isso mais não. "Invadir as coisas dos outros, tem que trabalhar para comprar!". Como se a gente trabalhando, como trabalhei com ela ha oito anos, ganhando um salário que mal só dava para pagar um quarto de pensão, o que ganhava mal dava pra pagar o aluguel, ta tudo bem, eu fiquei naquela. Lógico que não larguei ("...").

"(P.) Mas ainda assim há conquistas muito grandes, não só na questão do fato da casa ali, mas a questão de sociabilidade. (R.) Não! E as pessoas também cresceram muito no processo. Eu... Num dos cursos que estava fazendo, uma senhora.... Ela esta lá na Freguesia, num prédio. Ela não era alfabetizada (...). Ai essa senhora me dizia: "Eu trabalho de empregada doméstica na Higienópolis." Era numa família judia. Aí a mulher começava a exigir que ela trabalhasse das sete horas da manhã e só fosse embora depois de dar o jantar para o marido. O marido chegava às vezes umas oito, nove horas da noite. Depois ela começou a falar para a dona da casa que ela participava do Movimento de Moradia, e a mulher queria que ela apoiasse o seu candidato na eleição (...). Aí a mulher: "Quem falou isso"? ". E aí ela começou o mutirão e falou para a patroa que precisaria do final de semana para o mutirão. A patroa enlouqueceu. Falou que era mentira. "Então eu vou ter que sair". E saiu e esta no mutirão morando. Mas você vê, as pessoas não....Ela queria influenciar a empregada a votar no candidato dela, e não conseguia imaginar que aquela senhora analfabeta pudesse estar construindo uma casa....Quando ela falou que ia ter dois dormitórios, tal (...). Então, hoje essa senhora que contou essa historia toda, mora num conjunto habitacional que.....certamente que a patroa jamais acreditaria. Só indo lá no local pra ver (...). Albecir Cidrão (militante do movimento da Zona Oeste e moradora do mutirão City Jaraguá)

Este tipo de relação se expressa também após a conquista do imóvel. Mas neste momento, pode trazer esclarecimento (um apoderamento), seja através da capacidade de dialogo, que, nas palavras da entrevistada, foi um "bate-boca", uma defesa num momento cotidiano, como uma conversa informal no ponto de ônibus. Um deslocamento que passa por uma visão de não pertencimento ou que o imóvel seria tão bom que as pessoas não o mereciam.

"O que era para mim muito louco"? Foi quando eu fui ficando no movimento, primeiro porque era coisa de massa, que era um movimento de massa, porque não é inteligente você fazer transformação social se não for com o povo mesmo envolvido...Isso me chamou muito a atenção, porque era gente que chegava ali...E por outro lado, tinha a historia da organização também, que era uma coisa assim de...ter o cara que vem pra ocupação querendo uma casa, mas tinha assembléia todo dia! Todo dia tinha reunião de grupo! Daí dividiu os barracos, pintamos todos os barracos, do jeito que o pessoal ensinou a gente...E, então, tinha grupo de 50 famílias e cada grupo elegia seus coordenadores, esses coordenadores, junto com os militantes, eram a coordenação geral do acampamento. (...) E nas assembléias tinha essa coisa de "olha, nós estamos aqui por moradia, mas nós queremos transformar a sociedade e tal". Uma parte do povo não absorve isso, né? Embora ele qualifique a

luta por moradia dele, ele começa a entender que tem que ser com luta direta e tal, mas ele não avança tanto. Mas tem a outra parte que avança, que começa entender... Que do mesmo jeito que nós estamos aqui ocupando por moradia, a gente podia ocupar a fábrica pra exigir trabalho, ocupar uma escola pra exigir vaga... Ele começa a perceber que o processo de luta é por qualquer coisa, né? Que um processo meio de formação política assim, que não é um curso, sabe? Sidnei (liderança da UMM-SP)

As práticas do movimento de moradia ensejam um reconhecimento recíproco de identidade entre os participantes em diferentes estágios no processo de conquista de moradia. Por exemplo, a frequência as reuniões é acompanhada de surpresa, porque se reconhece várias pessoas nas reuniões. Este reconhecimento relaciona-se com a convivência, o sentimento de pertencimento e identidade, bem como o envolvimento e prazer que as práticas trazem para os envolvidos. As atividades procuram mostrar as afinidades de história de vida, as possíveis práticas e etapas, com suas particularidades, até a conquista da moradia. Este contato traz conhecimento, que é diretamente relacionado com a convivência e participação no movimento de moradia. Pode implicar para os participantes um envolvimento pessoal forte, com sentimento de "paixão" por estas práticas:

"consegui muitas amizades. É importante você estar num movimento de moradia, pela amizade que você consegue com as pessoas. E você tem a facilidade também de escolher aí o projeto da sua casa. Quando a gente entra num sorteio que você não escolhe a casa, o projeto quem dá é os governos ou as empreiteiras. No movimento de moradia, não! Você escolhe, desde o começo ao fim, o projeto, o material, você discute com a assessoria qual é a qualidade do material, como que vai ser a casa. Então é muito importante isso." Linda (moradora do Jardim Celeste).

"Mas, mesmo assim, a forma que eu fui me envolvendo no movimento, eu comecei a me apaixonar, né...por que... por que logo o movimento não só visava moradia, ele não só mostrava, não tinha uma linha só da moradia e sim ele tem uma grande organização, tinha na época e ainda continua tendo, de mostrar para a população que ela pode não só lutar por moradia digna, né, mas ela pode lutar também por outros objetivos, outros sonhos (...). Outras questões. Então, eu comecei a me envolver." Fátima (liderança da UMM e moradora do mutirão Jardim Celeste)

O processo é acompanhado sempre de dúvidas e derrotas, que passa pelo momento de inserção no movimento de moradia, pelo processo de luta e também para o momento em que se alcança a moradia:

"Teve várias pessoas, quando comecei a participar do projeto, quer dizer das reuniões....Que foi em 98, muitas pessoas falaram que não ia dar em nada, né. (...) Era mais um grupo que estava só com o interesse de arrancar o dinheiro das famílias, né...Ao invés de ficar pagando para esse grupo, daria sim, se eu teria sim chance...Se eu organizasse a minha vida, eu teria sim, de guardar um dinheirinho e comprar uma casa ou um terreno que seja." Maria José (moradora do mutirão Jardim Celeste)

"Eu tinha uma opinião há uns anos atrás, que se minha casa saísse jamais eu abandonaria o movimento, mas hoje eu já penso diferente.



Como eu não vivi todos esses anos, então eu não suporto mais isso. Então eu queria um resultado imediato, para que eu pudesse ainda viver um pouco. Você entendeu? E já não penso mais aquilo que eu pensava, em ajudar o movimento. Então isso é muito ruim, muito ruim mesmo. E não era isso que a gente pretendia, era continuar a luta em prol daqueles que ainda não tinham a sua moradia. Então para mim é muito chato isso.” Sr José (morador do City Jaraguá).

Na dúvida entre desistir e continuar lutando, aos poucos as pessoas podem se inserir casa vez mais nas práticas do movimento. O envolvimento inicial revela-se na tentativa de ganhar “pontos”, que se relacionam com a própria participação, para garantir a inserção em um dos projetos do movimento. Tal participação pode implicar na participação enquanto liderança e membro da coordenação, já nos grupos de base ou posteriormente no mutirão:

“(...) eu fiquei na reunião e uma das meninas que fazia a coordenação estava grávida e precisava sair para ter o bebê. Aí pediram se alguém poderia colaborar, eu ergui o braço, e estou até hoje! Não parei mais!” (militante do movimento de moradia da Leste 1).

“Eu me inscrevi, tinha participado das reuniões, comecei a participar das reuniões, participar de tudo que viabilizava o mutirão, referente ao movimento, pra eu poder ser sorteada para um mutirão.”

“(...) fui sorteada. E ai teve aquela coisa toda que precisava de pessoas para ajudar na coordenação, aí eu também tinha tempo livre para ajudar, aí eu me dispus a me oferecer, a ajudar a coordenação. Estava crescendo. Já tinha, mas não tinha um grupo suficiente de pessoas responsáveis pra ajudar na coordenação.” Dona Cida (fundadora do movimento da Zona Oeste).

“(...) quando eu fui sorteada em tinha na faixa de uns seiscentos pontos, era a pessoa que tinha mais ponto em meu grupo.” Maria (demanda do grupo de origem).

. A situação pode implicar o extremo do impedimento de andar no bairro onde nasceu, seguem os esclarecedores relatos:

“(...) eu escolhi a Água Branca porque já uma coisa assim pessoal mesmo minha. Por que eu vivo na Água Branca já há praticamente....muitos anos...eu vim pra cá com três anos. Desde então eu não sai do bairro. Então...minha infância...eu vi o bairro crescer! Então é uma coisa de luta, mesmo, de bairro. É aquela historia que sua mãe, sua avó, pegavam você e ia para a igreja do bairro...Então essa coisa tem continuidade. Então a Água Branca para mim é uma vida, é em tudo, é onde minha família todinha mora. Assim, eu não tenho ninguém a não ser minha família. (...) Eu acho que muitas pessoas saíram daqui, né? Já não é que nem o passado. As pessoas já se deslocaram para outros bairros. A permanência, a teimosia é só minha mesmo de ficar aqui. As pessoas já estão se deslocando até para lugares distantes mesmo da cidade de São Paulo. Cidades vizinhas. Municípios.” (militante da Zona Oeste)

“Eu nasci nessa cidade, pra mim hoje é uma tristeza vê a Vila Formosa...Que a Vila Formosa é um grande centro, agora tem o shopping Anália Franco, do lado da esquina. E a pessoa se iludindo...aquelas pessoas que fizeram a Vila Formosa sendo expulsas dela, porque ali virou uma área que esta mais cara que o Morumbi. Então, o hospital que nasci esta fechado, sem funcionamento.....as rua que eu morei, que estudei virando escola particular, servindo pra classe média. E os trabalhadores? Eu sou trabalhadora! Eu não vou ter mais direito de andar no bairro que eu nasci. E não é só a Vila Formosa. Eles colocam o trabalhador sendo expulso de outros bairros também, porque interessa a outras pessoas que seja mais, né! (...) Todo final de ano, na época de Natal a gente fechava as duas pontas da rua e todo mundo fazia o Natal e o Ano Novo na rua, um entrando na casa do outro, aquela coisa. As coisas foram mudando, ai construíram um Shopping, todo mundo tranca as suas portas com medo. O meu irmão foi assaltado o carro dele foi levado....A minha vizinha teve a casa dela assaltada, levaram tudo....O que antes era um lixão , que todo mundo tinha medo...Que tem cinco famílias novas na rua, o restante todo mundo se conhece, cinco são mais recentes.Pergunta onde você mora – no jardim Anália Franca. Não aqui pelo guia é vila Regente Feijó ou vila Rio Branco pelo guia, CEP. Mas aqui a gente é da Vila Lúcia, Vila Invernada, água Rasa...Aqui, jardim Anália Franco? ...Quer dizer, o pessoal está levando pra lá um status, mas junto está levando a violência, junto está levando glamour, onde o trabalhador tem que sair porque não tem mais espaço! Se eu tiver que sair dali pra onde eu vou? Ali eu não compro mais nada. (...) O bairro que eu nasci não posso mais viver (...) O que vai sobrar pro trabalhador? Nada! Uma divisão de classe assustadora (...) Me lembra...sabe aquela...que tinha o Chico City, que o Chico Anízio fazia o Primo Pobre e o Primo Rico. Anália Franco virou isso, parte rica e parte pobre. (...) que dizem na cabeça do povo, que a diferença que tem ali é enorme. Eles estão cada vez mais vindo pra baixo. Da minha rua quatro casa já foram compradas por uma indústria...da minha rua!”  
(militante do movimento de moradia da Leste 1)

Para uma das pessoas entrevistadas, a cidade de São Paulo passa por um processo de valorização que expulsa os pobres de regiões mais valorizadas para regiões menos valorizadas. O processo implica também na valorização de algumas regiões, que é induzido pelo mercado, mas também pelo governo, que prioriza políticas para a classe media e alta, em detrimento das classes mais baixas. Um dos motores do processo é a sucessão de serviços, concessionárias e shopping-centers. Um exemplo é o bairro Água Branca, as imediações do Shopping Bourbon. E o mesmo processo é observado em outras regiões, como na região de Santana. Para outra das entrevistadas, essa expulsão leva as pessoas para bairros mais distantes ou outros municípios. São poucas as famílias que resistem e permanecem no bairro, quase que por “teimosia”.

Historicamente para os moradores de Vila Formosa, as práticas das famílias trabalhadoras deste local revelam laços de sociabilidade que refundam em ações no cotidiano com festas realizadas na própria rua, mesmo que a região fosse tida pelas pessoas de fora como um “lixão”. A valorização trouxe roubo, violência, e a própria expulsão das famílias locais, de forma que não conseguirão morar no local, caso vendam sua moradia. Outro aspecto significativo é a mudança de perfil dos serviços essa região, o esvaziamento de serviços públicos – fechamento de hospital, escolas públicas – e a perda de referencias originais do bairro. Há uma parcela de culpa dos novos moradores, que

indiretamente incentivam a especulação imobiliária. Os novos moradores rejeitam a origem do bairro, procurando trazer o status que a configuração do bairro procura simbolizar, implicando no esquecimento proposital da memória do bairro e a (tentativa de) substituição por novos elementos fundadores deste espaço. A região é conhecida como a "parte baixa" e reflete uma paródia televisiva: "Chico City", com o primo rico e o primo pobre. Ainda assim, a tendência dos investimentos expande-se para as áreas antes desvalorizadas, sendo exemplos a compra de parte das moradias da própria rua por uma indústria, a instalação de concessionárias de carro nas imediações.

Como o processo expressa uma condição em que as pessoas são completamente atropeladas e deglutidas, uma das formas de amenizar tal processo relaciona-se ao lema do movimento de moradia: quem não luta está morto. Ao mesmo tempo, traz sonhos relacionados à própria vivência no bairro. Uma insistência que pode implicar em derrota, ante a possibilidade de conquista de moradia em outras regiões de atuação do movimento de moradia, como no Jaraguá ou o Jardim Celeste.

"Tudo isso porque o trabalhador não tem vez! Ou luta....É aquele ditado, por isso nosso lema é: quem não luta tá morto. Se a gente não lutar a gente morre logo. Morre atropelado por tudo." Miguel (morador do mutirão City Jaraguá).

Introduzimos os temas, vale reter que a discussão traz implícita outro ideário: o sonho da moradia. Por fim, o papel e visão de cidade que se toma como premissa de luta. Está implícito a própria ideia de cidade que os movimentos possuem que pode ser entendida como um projeto para a área central, mas também para a periferia.

Começa-se com um tempo que, embebido no senso comum torna-se escorregadio, ainda assim, será imprescindível para as nossas argumentações: o conceito de moradia digna. 'O Plano Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, pontua: "Por moradia digna se compreende aquela que garante ao morador a segurança na posse e ainda "dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos". (PDE, art.79,§ único)".

Para uma das entrevistadas, seria a região central o grande foco das políticas públicas e do próprio movimento de moradia. A intervenção na área central representa o que historicamente significou os mutirões para a cidade de São Paulo, ou o tema das urbanizações de favelas em outros municípios. A expectativa com a área central traz alguns medos:

"E indo para a questão da região central, acho que, de fato, a região central é a bola da vez. Ela é o grande...Assim como os mutirões foi à grande novidade no momento anterior. Ou a urbanização de favelas em outros municípios, que aqui nunca foi nem poderia ter sido. Hoje é a questão da área central, eu tenho alguns medos em relação à área central, não se vou podê-los explicá-los bem. O meu primeiro medo é o seguinte, que a gente não consiga sair nunca do projeto pontual. Então, a gente construir esse prédio, puta, que legal, não deu com aquele outro, ah, que pena. E não monta uma rede, não monta a cidade, você monta projetos de habitação, então tá. Estão tão desconectados quando a gente anda pela cidade, quantas outras intervenções que foram feitas, não é? Tá legal, eu acho ótimo, eu acho que tem mais que acontecer, eles são a única maneira de sobrevivermos e de mostrar que esta coisa é possível.

Mas só isso não basta para fazer disso daí uma marca que fique na cidade, que mude a dinâmica.” liderança da CMP

Como explicitado na pagina anterior, dois temas motivam o movimento de moradia e devem ser lembrados em suas práticas e ações. A produção habitacional é a única maneira de sobrevivência do movimento. Ela, em si, enuncia que determinados tipos de intervenção são possíveis e servem, minimamente, enquanto “pilotos”, termo acadêmico que indica a própria individualidade da ação: vislumbra-se a possibilidade de organização das pessoas, a capacidade de apropriação da cidade, a introdução de temas novos como o centro, ou o próprio resgate da periferia.. Ao mesmo tempo, apenas a construção de alguns projetos pontuais não introduz uma “marca” na cidade que mude sua dinâmica e direciona o olhar para outro aspecto.

Este segundo aspecto, diretamente relacionado ao anterior, aponta para as políticas públicas, relaciona-se ao aspecto pontual de construir prédios, alguns, o que já seria um avanço, mas sem montar uma “rede”, montar a “cidade”. Montam-se projetos de habitação que estariam tão desconectados quando as pessoas andam pela cidade como outras intervenções já realizadas:

“O Centro tem uma importância que é também simbólica. Mas como a burguesia não mora mais no centro, tudo bem, vai. Tudo bem não, eles nunca vão falar tudo bem. Mas não atinge tanto uma coisa pessoal, muito direta. E morar na Mooca, puta ai é foda. Esses caras tem que vir morar aqui? Morar no Belenzinho (...) é impor para esta cidade que esta pobreza que ela esta exportando chegou num limite. Não dá mais, você vai adensar mais Lajeado? Cidade Tiradentes? E aí todos os dados acessíveis mostrando que o crescimento foi muito mais nestas áreas. (...) Eu não tenho tempo de fazer, sei lá estes cursos de mutirões e tudo, mas me esforço para estar lá, porque infelizmente, e aí falo com o maior carinho, esta molecada não conheceu a periferia. Então não vai dar para eles entenderem o que é a periferia, e até não dá para entendermos passando de ônibus correndo, de um lado para outro. Porque é uma dinâmica que você faz pela cidade, e quando você fala que não tem direito de viver nesta cidade que não é cidade, mas que elas são condenadas a saírem desta cidade, que o tempo todo é muito perversa e maldosa.” Raimundo (liderança da CMP).

“Aí a gente vai redefinir isso, a gente vai discutir uma territorialização que é periférica... E isso é uma discussão muito louca com relação aos movimentos do centro da cidade...Porque existe todo um debate de reapropriar a cidade, o centro pelos pobres. Porque é o lugar que mais se concentra serviços, é o lugar que está mais próximo das oportunidades de emprego, e tal...Mas a gente também foi pensar isso, mas a gente percebeu que a gente não quer só moradia, e não é um movimento de moradia em si, né? Então, o que a gente quer construir? É uma discussão nova de cidade. E isso precisa envolver o principal ator da mudança disso, que é o povo pobre. O povo pobre não está no centro, ele está na periferia. Ele poderia estar no centro, uma parte no centro mas não cabe tudo...Aí a gente teria até que mudar de discussão.” Sidnei (liderança da UMM/SP)

Ao mesmo tempo, por ser uma visão de cidade, implica na relação centro periferia, portanto, em territorialização e na importância do direito à cidade em todos os

seus espaços. Ao mesmo tempo, que a discussão do movimento de moradia direciona-se para algumas regiões e pode implicar para outro patamar de discussão quando se relaciona pela disputa da cidade como um todo:

(...) São Mateus é um centro e, falo isso porque toda minha vida trabalhei nessa região, o que se conhece como São Mateus, o tal do jardim Grimaldi, aí a própria Vila Formosa; é você ter acesso a esses lugares onde você sabe que estão às coisas, disputar esses espaços, eu acho que vai ser uma briga até mais ferrada que disputar os espaços do centro.”.

### **3.2. A hierarquia do movimento: lideranças e demanda**

Dentro os termos carregados de conceitos que definem as práticas do movimento de moradia, talvez o conceito de demanda, como são chamados os usuários que acessam os programas habitacionais através do movimento de moradia, já explicita a dubiedade da posição que assumem na hierarquia do movimento social: um termo que traz um “ar” de um sujeito sem rosto, sem fala, representados pelas lideranças e, com possibilidade de assumirem tal posição de acordo com o interesse, a adequação, o esforço e envolvimento no processo do movimento social. De um lado, a demanda, o geral, o coletivo, o substituível, o número, e os sujeitos, as pessoas, os representantes, as lideranças de outro.

Vale frisar uma distinção. Em geral, o termo ‘demanda’ nomeia os grupos que se encontram constituído já em associações, com relativa autonomia, nos projetos em processo de viabilidade. O que traz a distinção entre dois tipos de lideranças: os “coordenadores de grupo”, que seriam as lideranças das associações ou as “lideranças regionais”, e os “representantes”, as lideranças instituídas informalmente, em processo similar ao que institui os coordenadores de grupo, porém, sem a formalização na criação de nova associação. Já o termo “base”, mais genérico, implica geralmente nos grupos que estão acompanhando o processo geral do movimento: as reuniões e atividades dos “grupos de base” ou “grupos de origem”.

A título de introdução da problematização, detalham-se, como por exemplo, aspectos do cotidiano dos participantes da UMM, em suas instâncias ou colegiados de atuação:

1. Diariamente, reuniões com o poder público, durante o dia, para negociação, e reuniões com o grupo e base, em geral à noite, no transcorrer da semana, e de dia, nos finais de semana;
2. Semanalmente, geralmente as segundas-feiras à noite, reuniões da coordenação, que reúne os representantes das várias regiões da cidade e região metropolitana de São Paulo, além de grupos de apoio (assessorias, parlamentares, etc.), onde se discute os aspectos mais cotidianos e os principais embates travados, além da articulação para as demais instâncias de decisão, sejam internas, como os encontros mensais, como as ações voltadas para o Estado, como atos e ocupações, além da participação em conselhos e demais instâncias deliberativas,
3. Mensalmente, aos sábados pela manhã, temos as Plenárias, realizadas no Centro Pastoral Belém, reúne representantes do movimento, coordenação do grupo de

origem /mutirão e parte da demanda, além de grupos de apoio, que deliberam sobre questões gerais relativas ao debate com as esferas de governo e detalham os aspectos gerais de articulações para as ações do movimento;

4. A cada dois anos, geralmente por um final de semana de feriado, os Encontros Estaduais de Moradia, que articulam os movimentos do Estado, representantes do movimento, coordenação dos grupos de origem/mutirão e parte da demanda, além de grupos de apoio; realizam discussões gerais sobre a conjuntura, as "bandeiras de luta" e o planejamento geral do movimento nas diversas regiões;
5. Com periodicidades diversas, a reunião de articulação nacional com a América Latina, através dos Encontros Nacionais da União Nacional por Moradia Popular, geralmente bianuais, e os encontros latinos, a partir da articulação com a Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular - SELVIP e outras articulações.

Para algumas lideranças, de acordo com o posicionamento na hierarquia do movimento, somam-se as atividades já elencadas o próprio emprego, quando há, além de atividades como o trabalho nos finais de semana em processo de mutirão, no transcorrer da semana em reuniões com os grupos de origem e demais grupos do movimento, em reuniões paralelas com a "Central de Compras" e discussões gerais do movimento, em reuniões nos vários e diversos (e parecem infinitos) conselhos (municipais, aqueles estaduais já implementados e os nacionais), além das próprias reuniões de negociação com o poder público: gerais do movimento (para a discussão de todos os projetos que o movimento tem com determinada instância do poder público) e particulares, sobre projetos específicos. Quando se fala em "liberar" lideranças, tem-se em perspectiva esse panorama, que minimiza a dupla jornada, entendendo que, para muitas lideranças, a militância no movimento já é uma jornada dupla.

O tempo que se "doa" ao movimento, que depende da cobrança no emprego, da anuência da família e a concentração de esforço até a conquista da moradia. O processo é constituído por constante articulação (aliás, o termo é a palavra recorrente no cotidiano do movimento) para desenvolvimento das metas, bandeiras de lutas e conquistas nos projetos e conjuntos habitacionais.

No transcorrer das articulações, sempre há processos de (re) integração e separação, de acordo com as diretrizes gerais dos movimentos, e que podem significar cisões. No caso da UMMSP; "(...) as questões regionais não são submetidas à coordenação ou ao coletivo dos movimentos de moradia". Há situações de tensões percebidas quando um movimento ou associação negocia isoladamente com determinado órgão público, mas, se o que está sendo negociado não representa a negação de princípios ou bandeiras de luta, prevalece à autonomia regional, mesmo que represente uma conquista isolada, que não contemple regiões menos organizadas ou com menos força de pressão. Os diversos movimentos de moradia e associações são diferentes entre si, com trajetórias, influências e características peculiares, mas se encontram na identidade de determinados objetivos e na concepção da construção de um "movimento de massas" (PAZ, 1996, pag.26).

Em linhas gerais, para as lideranças, o acompanhamento do movimento de moradia traz responsabilidades, um contínuo processo de desgaste e tensão, ainda que acompanhado de um melhor posicionamento dentro da relação hierárquica, há diferentes

graus de reconhecimento, seja pelo próprio movimento, como também externamente, da importância do papel da liderança:

“eu gosto muito de ir às reuniões que acontecem com o movimento, eu tiro o chapéu pras coordenadoras, são pessoas bastantes guerreiras, gosto muito delas...A luta está viva no sangue delas, elas continuam vivendo isso, .eu acompanho de longe! (...). Eu acho bonito essa luta, mas acompanho de longe!” Amantino (morador do Mutirão City Jaraguá)

A posição que assume parte das lideranças traz ganhos para o movimento ao garantir maior influência na viabilização de processos: a inserção em conselhos, os contatos em gabinetes e pessoas influentes no poder público, etc. A hierarquia não é automática, por que se estabelece através dos diferentes papéis e responsabilidades que cada liderança assume. A posição pode implicar também no distanciamento da base, da demanda. A transferência de conhecimento sobre os problemas e temas do movimento decorre das reuniões e contato cotidiano com as lideranças que acompanham diretamente a base. Para estas outras lideranças, o acompanhamento rotineiro da demanda, em alguns casos mesmo após a conquista da moradia.

“(...) fiz parte da comissão aqui do mutirão City Jaraguá e faço parte da executiva da casa...E a relação sempre foi muito boa entre eu e a demanda do City. Você cria uma liberdade pra falar dentro de uma executiva, tem mais atenção do que uma pessoa que está só na demanda” Samuel (militante da CMP)

O distanciamento da base, na visão dos entrevistados, possui duas leituras. Um decorre da própria hierarquia estabelecida e parece ser um elemento que se cristaliza cada vez mais dentro dos movimentos. A leitura de tal distanciamento decorre da própria conformação da política habitacional, uma vez que processos participativos são cada vez mais residuais. Como observado por um dos entrevistados, “são os projetos em que ainda existe a demanda”, melhor pontuando o posicionamento, são os projetos em que a demanda não é substituível, por conseqüência, possui voz, fala e, no limite, pode não apenas redefinir o caminho do movimento de moradia, como, no linguajar do próprio movimento, “desbançar” uma liderança. Ao mesmo tempo, a separação que se expressa no posicionamento, como liderança de associação ou do movimento, pode significar um processo de maturação, até por que o processo de interveniência das principais lideranças do movimento de moradia nos interesses da associação muitas vezes resvala em autoritarismo.

“Agora para onde vou depois disso eu não sei te dizer, por que, assim, hoje a estrutura, hoje a política nacional é muito favorável a isso. Eu não sei se esse quadro mudar, algum dia, se isso vai se sustentar e de que maneira o movimento vai se comportar. Mas eu acho que é isso mesmo, dependendo da situação ou do momento político o movimento, ele tem que fazer opções. Mas o que incomoda é que está muito distante da base, e dependendo do que acontecer, para ele voltar, vai ser meio difícil sim (...). Eu acho que a gente não avançou muito nos projetos, e a gente acaba não conseguindo pensar eles, porque eles me parecem quase um resquício, são alguns projetos e que existe a demanda, existe aquela coordenação, e tem que trabalhar a questão pontual daquele movimento, daquele grupo lá, mas eu acho que estruturalmente, já não existe mais esse movimento de criar uma base, pra ter novos projetos”. Membro da UMM



“Eu acho que eles estão mais a fim de fornecer diretrizes e de representar em Brasília e tal, ou aqui que seja o grupo todo e estão menos com força e com vontade de entrar nas associações e falar: “Ah, vocês precisam fazer isso, vocês precisam fazer aquilo.” (...) Acho que é o foco mesmo! E talvez tenham acendido uma luz lá. “Pera lá, acho que não era bem esse o...”. Por que era muito autoritário às vezes. “Vocês precisam tomar tal decisão e não a outra”. E aí, passa por cima das autonomias das associações, do público alvo mesmo. E aí, descontentamento, né, vem questionamento”. Membro da Zona Oeste

O tema também revela uma maturação do próprio movimento de moradia. Há uma ideia de uma “segunda geração” do movimento, que seriam os próprios filhos e familiares das famílias que já conquistaram sua moradia.

“Você vê mesmo, a demanda assim, eles tem acesso a universidades, mesmo que precário, assim, ainda muito pouco. Existe esse acesso e eu acho que é diferente do perfil do movimento. E aí eu acho também que muda o papel da assessoria em relação a isso, que naquele momento inicial era de formação mesmo, de colaborar na formação. Hoje não, hoje eu acho que muitas lideranças são as que estão na ponta das discussões de políticas públicas, que participa dos conselhos da cidade, é a opção de ponta mesmo. Eu analiso também que, ao mesmo tempo, que fez esta guinada, eu acho que eles saíram das bases, digamos assim, não existe mais aquela história de base, acho que existe muito pouco. Eu não sei como fica, o movimento no centro, que eles tinham uma questão diferenciada. Então, mas os movimentos que a gente conhece oeste, leste, enfim, eu acho que eles se distanciaram da base. Eu acho que ele tem uma atuação muito mais na construção de políticas públicas, eu sei que esta havendo uma renovação, por que eles se qualificaram muito e não tem mais esse trabalho o mutirão proporcionava que era de trabalhar com a base, de capacitação, e eu acho que está nesse momento assim, que eu não sei a resposta, que eu não sei como está caminhando. Uma coisa é certa, essa coisa de que está tendo discussão qualificada, eles estão ajudando a construir política pública isto é claro.” Membro da Assessoria Técnica.

Ao mesmo tempo, são as lideranças em contato direto com as associações - os “coordenadores de grupos” ou “representantes” - que recebem e transmitem as tensões e questionamentos da “base”. Tais lideranças são as mediadoras do processo geral, aqueles que recebem as críticas, contestam as mesmas, quando for o caso, e as transmitem, uma vez que representam este coletivo. São eles também, os responsáveis pela manutenção das famílias no movimento, o convencimento para a (não) desistência, a minimização do desestímulo geral. A tensão relaciona-se diretamente ao sucesso do processo de viabilização das moradias. A dificuldade de viabilização fragiliza as lideranças e traz descrença para os participantes e sobre a idoneidade do movimento:

“(...) isso é muito ruim para o movimento, é muito ruim para nós, que estamos com a nossa demanda desfalcada... então hoje esta difícil. Hoje está difícil trabalhar a demanda dentro do movimento (...). Isso daí é culpa do movimento, é uma falta de crédito que o movimento dá para as pessoas, para as famílias inscritas no movimento de moradia hoje. (...) Eu acho que vem...Vem do próprio movimento. Da direção do movimento. Eu

acho que a direção do movimento, eles tem que aprender a trabalhar com o povo. Eu acho que eles não estão sabendo trabalhar com o povo hoje. No passado, eu acho que sabiam, hoje não.” (militante da Zona Oeste)

“No caso da demanda, tem uma influencia muito grande da crítica. Ela critica a coordenação, que a coordenação não fez nada, mas ela não sabe qual é o processo. Critica a casa, que o culpado é a casa, nós não temos culpa nisso. A culpa vem de quem? Dos governantes, é de quem tem o dinheiro e que tem o poder. A gente luta junto com eles para que saia. Eu também defendo a minha moradia! Não estou defendendo recurso, estou defendendo a minha moradia.” Gildásio (militante da Zona Oeste).

Tal posicionamento traz sobrecarga, não apenas do trabalho realizado no cotidianamente, como da insatisfação com a demora dos processos, a dificuldade de viabilidade e da especificidade de cada grupo.

“Trabalhar com pessoas não é fácil, é muito difícil, a nossa vida é muito dura, porque tem muitos pais e famílias....Como eu falei, no nosso mutirão cento e oitenta famílias, setenta por cento são mulheres que estão sozinhas! Então, imagino essas mulheres, como é que fica a cabeçinha delas (...). A maioria são mulheres, porque as mulheres elas vão mais pelo sonho, elas vão atrás do seu sonho. O homem, não é dizer que o homem não vai, mas o homem não acredita muito no sonho dele. A mulher não, ela é mais sonhadora, a mulher ela...A dificuldade faz com que ela cresça, desde quando nasce à mulher já sonha! Qual seu objetivo? É ter sua casa, depois ter os seus móveis, depois ter seu carro! (...) A maioria das obras que eu conheci, noventa por cento eram as mulheres que iam, e mesmo as pessoas falando que não ia dar em nada, a mulher ainda persistia – Não, vai dá! Um dia eu vou conseguir a minha casa, realizar meu objetivo e consegui hoje moro aqui no City Jaraguá.” Márcia Bechelli (moradora do mutirão City Jaraguá).

“(...) trabalhar a demanda é um outro fator muito difícil, assim, no meu ver. Tem horas que eu não tenho mais como falar, estimular a pessoa para ficar dentro do movimento. Porque depois que você está acostumada...A gente que coordena reuniões, a gente sente quando um companheiro vai embora. Porque às vezes é companheiro que entrou junto com a gente. E hoje, com essa demora, o pessoal está muito...Como é que fala? Eles não estão mais...(...) Eles estão sem estímulo dentro do movimento. Então, eles não tem aquele estímulo que a gente tem....Vamos supor, de dez anos atrás no movimento. (...). Então é uma coisa assim que hoje você vê que está muito difícil você trabalhar uma demanda, fazer o povo acreditar no movimento, fazer o povo acreditar no que você está falando. Mesmo você sabendo que você está sendo sincera com o povo, você olha na cara de cada um, você vê que eles não estão acreditando mais. Isso a gente discute muito nas reuniões...O povo não está querendo nem saber. Então hoje a gente leva muito pau! A gente está sendo levado assim, politicamente. No dia-a-dia do movimento, nos trabalhos nossos mesmo diários, a gente leva muito pau das pessoas. Não acreditam mais em movimento e em Governo. As pessoas estão assim.” Zequinha (liderança da UMM).

As dificuldades tornam-se maiores quando não há possibilidades de honorários para a viabilidade do processo, o que traz uma tensão entre as lideranças que recebem e aquelas que trabalham voluntariamente. Há implícito um tom de desconfiança e descrença no papel efetivo de uma liderança que recebe recursos de gabinetes ou contratados pelo poder público. Ao mesmo tempo, há um sentimento de uso instrumentalizado das pessoas nas atividades cotidianas, por parte dos entrevistados, como o reconhecimento de que onera e o desgaste é geral, implicando na sobrecarga de todos os envolvidos. A possibilidade de solução do impasse ocorre apenas pelo diálogo, a transparência de informação e o diálogo:

"(...) a gente não trabalha para gabinete nenhum (...). Mas, mesmo assim, você tem que sair, se deslocar do seu serviço, faltar, para ir para reunião de três e quatro horas, dos órgãos públicos. E aí?" Vanda (demanda do mutirão Imaculada Conceição).

"Eu vejo positivo até porque eles...Estão lutando todo mundo junto, né! Então, eles já conseguiram a casa deles e eles estão conseguindo para os outros, então eu vejo positivo. (...) de algumas coisas eles fazem o que a gente quer, por que assim, quando a coordenação trabalha...eles trabalham em conjunto com a demanda e outra...Eles procuram ajudar aquelas pessoas, então eles fazem o que as pessoas querem, dizem. (...) Os mutuários! (...) O grupo em si. (...) Por enquanto a gente está se dando bem, coordenação e coordenadores, representantes do movimento." D. Cícera (militante do movimento de moradia da Zona Oeste).

Como a posição implica também em privilégios, há uma estagnação na posição, ou fazem "rodízio" nas principais posições. Em um ano são coordenadores gerais, em outro são coordenadores executivos, em outro são lideranças de outro colegiado. Não por acaso, uma forte correlação entre o movimento e suas principais lideranças, por vezes confundindo legenda e movimento.

"(...) a gente esta preparando outras pessoas no movimento. Sangue novo, senão vai ficar assim. O movimento da Maria, da Carmen, do José, entendeu? Isso, ai perde a sigla, perde a essência." Donizete Fernandes (liderança da UNMP-SP).

Em alguns casos, a tensão entre liderança e demanda torna-se tão forte que o encaminhamento é a desistência da posição. Tal desistência decorre de um desgaste que se constrói no cotidiano e parece intransponível em alguns casos, por que não se relaciona apenas ao fato de ser uma liderança "boa" ou "má", mas da própria atividade da coordenação. A dificuldade de viabilidade do processo, que não se restringe apenas à ação da liderança, contraditoriamente traz um desgaste para esta liderança, e o reconhecimento do grupo de tal fragilidade, que é coletiva e não se volta para um membro, já não é uma tarefa que não é simples. A ausência de estímulo e reconhecimento pelo coletivo acentua o processo de sobrecarga na função, que se expressam em conflito e não adaptação.

**Conflito e desistência:** "(...) eu fiquei um ano e sete meses da minha (vida) me dedicando! (...) A esse povo que não queria ser dedicado, eu não falo todos (...). Alguns, são soberbos....Não tão nem ai, acham que....E outra coisa a gente, a Dejanira, eu, não ganhava nada, num ganho nada pra fazer isso, é tudo voluntário entendeu? (...) é tudo pelo bem da comunidade!"

**Não adaptação e desistência:** “Nesse momento já tem gente...Que aí o pessoal do movimento Sem Terra vem construir o Movimento Sem Teto, mas é muito diferente. Então, tem gente que não se adapta, voltam pro movimento Sem Terra, são pouquíssimos que ficam...E vai se somando esses pouquíssimos que ficam, gente que já é da cidade, gente que já vem dessas ocupações problemáticas, anteriores e tal. Mas que já tem uma cara muito mais de cidade. Então, já vai mudando a coisa. As pessoas são outras, o olhar já é meio outro, já é da cidade mesmo, é gente do bairro, gente da favela, que vem da quebrada”

Mas a desistência que traz maior pesar é das famílias que precisam de moradia. Por não suportarem o cotidiano que se expressa em práticas e ações de luta, acompanhamento rotineiro do movimento, apenas a conquista da moradia, no limite, poderia sublimar, trazer um “esquecimento” de tal sobrecarga. Um desgaste que exaure os sonhos:

“Então, essa espera acaba desmotivando as famílias, acaba fazendo com que muitos desistam. (...) Porque muitas famílias desistem até pessoas que não poderiam desistir! Porque são pessoas que moram de favor, pessoas que pagam aluguel, no meu caso...Eu, quando vim morar perto da área, eu pagava duzentos e cinqüenta reais de aluguel. Hoje meu aluguel esta em quinhentos reais. Então é uma diferença muito grande. Assim, detona! Então eu não sei até quando o movimento é bom para as famílias.” (membro do mutirão Imaculada Conceição)

“Vai para oito anos a gente assim! Não tem mais. Sua vida vai passando. Você entra no movimento, você tem trinta anos...Eu já fiz cinqüenta anos, gente! É muita coisa. Muita coisa que você perde! Você aprende. É uma escola. Eu aprendi muita coisa no movimento, mas também é um desgaste muito grande. Físico, mental, psicológico...é muito ruim, muito ruim mesmo. Tem o lado bom, na qual eu costumo falar....Que a cada reunião, a cada passeata, a cada trabalho de grupo você está aprendendo. É uma escola, mas você perde de outro lado. Teu lado psicológico, seu lado familiar, seu dia-a-dia com os filhos.Não é? Você perde! Perde! Eu estou me sentindo hoje assim, que eu realmente perdi muita coisa. Meu lado familiar, meu lado, assim, com meu marido, meu lar...Ficou muita coisa pra trás. Em prol do movimento.” (membro do mutirão Imaculada Conceição)

O tema dos recursos, que seria o “calcanhar de Aquiles” do movimento, não encontra um encaminhamento que pressuponha solução imediata. Historicamente, os recursos principais do movimento não advêm apenas da organização interna, através da cobrança de taxa mensais dos associados, porém de outras fontes, dentre várias em destaque a Misereor (CAVALCANTI, 2006, p.61).

Atualmente, a sustentação da estrutura direciona-se para a cobrança de mensalidade das famílias participantes, os próprios convênios assinados. Como os recursos advindos de tais convênios não garantem a sustentação dos custos fixos do movimento, quanto mais à sobrevivência das lideranças, os movimentos tentam vários encaminhamentos para a solução do tema. Um deles é a cobrança de valores mensais das famílias. Ao mesmo tempo, a arrecadação muitas vezes não é suficiente porque parte das famílias possuem dificuldade de pagar e há dois direcionamentos.

Um deles é o tensionamento para pagar a taxa mensal. Por exemplo, no caso do Movimento de Moradia Sem Terra da Zona Oeste/Noroeste, uma família só pode concorrer a uma "vaga" em algum projeto habitacional viabilizado se tiver uma pontuação mínima e se estiver adimplente com o movimento. Quando a pessoa vai para a vaga, o valor cobrado aumenta de R\$ 6,00 passa para R\$ 10,00 ou R\$ 20,00 mensais. Quando uma pessoa desiste da vaga, a outra família que irá assumir a vaga deve pagar as custas da pessoa desistente.

Outra forma é a insistência cotidiana no tema, o que implica na própria capacidade de convencimento da liderança, e há grupos que pagam melhor a "casa". Se há movimentos que a prática encontra um fluxo que viabiliza as custas, como levantado acima, muitos movimentos não oficializam tal tipo de cobrança, por que as famílias participantes não conseguem pagar tais valores mensais e o tema passa mais criteriosamente pelo tema da participação.

Ao mesmo tempo, a solução encontrada é sempre frágil, através de projetos pontuais que viabilizam recursos para as lideranças:

"Na leste a gente está tentando casar a questão de educação com a questão do movimento justamente por causa disso. Todos os líderes, parcialmente liberados para cuidar de mutirões, tudo, né, vão virá tudo alfabetizadores, educadores. Então, é bom que vão treinar uma outra coisa." Márcia (movimento de moradia da Leste 1)

Um dos elementos centrais para a continuidade do movimento é a constituição de grupos de base (origem), que parte de um trabalho de divulgação que possuem várias táticas. Uma delas é a ação direta de convencimento, quando os participantes vão aos locais de moradia precária e divulgam o movimento. Outra decorre do próprio sucesso da prática, a conquista de projetos:

"Através do trabalho de base. Eu acho que em primeiro lugar tem que fazer o que fizeram comigo um dia. (...) se eu sai do buraco foi porque alguém me puxou. E esse alguém foi o movimento. E se eu não tivesse aqui hoje, nem sei se estaria viva para contar a minha historia. Porque morar na rua não é fácil, você se depara com todo tipo. Com os bons, porque estão ali porque necessita. E aqueles que estão para poder sobressair de alguma forma. Mas, enfim, tem que ter o mutirão de visita, ir aos lugares que as pessoas necessitam chamar para a base, orientar elas do direito dela, porque a família tem direito a moradia." (militante do Centro).

Inseridas no grupo de base, ou grupo de origem, as pessoas passam a acompanhar o processo do movimento de moradia, o que traz para as lideranças a especificidade desse grupo. Ao mesmo tempo, a pessoa viabiliza a inserção em outros processos pela participação, que se traduz em "pontuação" que irá garantir a moradia definitiva.

"Pena que aquelas pessoas que são sorteadas não são todas que ficam, são poucas (...). Pela demora...E é muito cansativo você ficar...É...Ouvindo promessas de governo....(...) Pelo que eles oferecem pra gente, as pessoas se desanimam, se desmotivam, ficam um pouco desmotivadas e terminam saindo, desistindo." Dona Cícera (militante da Zona Oeste)

"Se você for entrar num sorteio ai você não consegue (...). Eu já entrei num sorteio e não fui sorteado porque meu salário não dava. E as pessoas que entram num sorteio colocam o salário lá em cima pra ser sorteado, consegue ser sorteado, mas no final não consegue pagar a casa e fica perdendo também. Ai tem que pagar pra outra pessoa." D. Cícera (militante da Zona Oeste).

"Porque a nossa base não é assim...Tem muita gente que fala do Sem Teto e pensa que Sem Teto é o cara que mora na rua, né? Pra nós, a nossa base é fundamentalmente, alias, a maioria é gente que mora de aluguel e não consegue pagar, é gente que mora em casa de parente....Que tem muito isso, né? Que o cara tem 3 filhos e ele tem a casa dele, o pai, mais ai os filhos casam, traz a mulher e tem mais filhos e vai ficando 3, 4 famílias numa casa só. Então, esses caras são nossa base, gente que mora em área de risco, tem muita gente também que mora nos barracos caindo ou na beira do esgoto, então a nossa base é mais essa. Eles tem um certo tipo assim... De habitat....Até porque, não tem como, mas a gente não considera isso uma moradia digna." (liderança da UMM).

Do ponto de vista da demanda, se é claro que os processos identitários prescindem de um envolvimento, tal envolvimento implica já um recorte entre as pessoas que conseguem ou não acompanhar o movimento de moradia. Uma pessoa que acompanha o movimento, ou seja, que "luta", é aquela que conseguirá conquistar a moradia. Através da participação e luta o participante muda de "patamar" e passa a acompanhar o projeto específico que o movimento de moradia viabilizou e levaria à conquista da moradia definitiva. Mesmo quando conquistada, a discordância sobre o processo realizado traz um ideário de que teria havido falhas no processo de formação:

"Eu me lembro que aqui, uma briga que eu tive com uma moça, que veio a questão da formação. A gente brigando para fazer a casa de três dormitórios, porque o recurso permitia. E ela chegou lá e deu uma briga. Ela queria fazer uma escada lateral, deixar a parte de cima, morar em baixo e alugar em cima. "Eu sempre morei em quarto e cozinha." "Você está no lugar errado. "Não é esse o projeto." Mas você veja o posicionamento! Então acho que o movimento de moradia teve essa grande melhora na qualidade dos materiais." Elenízia Simões (fundadora do movimento de moradia da Zona Oeste).

"(P) Como que é a diferença dos projetos, ela passa por uma questão de habitação, por uma questão da renda, como é que as pessoas são selecionadas? (R.) (...) Em primeiro lugar tem que ter critério! Em segundo lugar, a gente separa pelo quadro de necessidade de cada um! De repente tem a aquela família que tem que ter serviço social e, tem aquela que não cabe na parceria e cabe num empreendimento. Então, é dessa forma que a gente tá selecionando. (P) (...) há um critério que o da participação dentro do movimento, como que ocorre quem fica? (R) Participar de reuniões, tanto no grupo de base. Quando tiver algum ato tem que ir. A contribuição até seis reais mensais. Isso conta. Porque três fica pro grupo de base e os três reais vem pro movimento geral. É mensal, isso não é arrecadar, se tem duas ou três reuniões na semana que a gente vai pagar. É mensal" Zequinha (liderança da UMM).

De todos os projetos que o movimento de moradia viabiliza, os programas habitacionais em que não há aporte de renda são também aqueles em que o único critério para a conquista da moradia é a participação: que se resumem aos projetos viabilizados por mutirão. Ao mesmo tempo, o corte por renda traz desagregação ao movimento, porque se depõe contra o próprio conceito “fundador” do movimento.

“E isso você acha que vem desde as escolhas das famílias? Porque assim, no mutirão é uma associação que já está todo mundo lá formado e, tem uma luta para que viabilize casa para todas as pessoas que pertencem à associação. Ao mesmo tempo quando parte pro movimento, tem a questão do cadastro, que vai saindo gente, mas a idéia já parte de um pacote, sei lá, de cento e cinquenta unidades. (R) Mas foi assim também. Eram pessoas já cadastradas. (P) Mas não tem corte de renda? (R) ah, sim tem. Mas acho que quase todos entendiam. Foi feito um bem bolado para entrar quase todos.”

Ainda assim, a busca de alternativas habitacionais pelo movimento de moradia cria novas práticas, um dos exemplos é a obrigação da divisão das famílias conforme dois critérios de adequação as diversas modalidades de programa: 1. A faixas de renda, 2. Interesse por participação (por exemplo, em um processo de mutirão). As famílias com maior renda possuem possibilidade de escolha (dependendo do programa), se querem ou não se envolverem num processo participativo como o mutirão, já para as famílias de menor renda não há escolha, a participação é obrigatória, mesmo que seja apenas 16 horas mensais como é hoje no programa Minha Casa, Minha Vida –Entidades.

Vale também levantar o tema da formação de lideranças, mesmo que seja sempre um motivo evocado, e, em geral, realizado de forma precária, dada a escassez de tempo e o entendimento de que o processo também forma e o acompanhamento das ações do movimento já constitui, um elemento formador e educativo. Implica também no aspecto complementar e secundário dos “Cursos de Formação de Lideranças”, desenvolvidos por alguns institutos e ONGs, e as vezes pelas próprias lideranças do movimento geral. Constituem-se como uma formação geral sobre instrumentos formais e as instâncias participativas constituídas no poder público e formas de participação nos mesmos, além do aspecto, este sim central, de alimentar e referendar a participação na “rede” que une estes institutos ao movimento de moradia.

“A gente fala assim, que nesta necessidade de urgência, sempre falta gente, falta liderança, acaba fazendo a gente uma cagadas assim, de sobrecarregar as pessoas que não estão preparadas ainda, que estão em processo de formação e tal. Agora, também, eu não acredito muito assim em formatos quadrinhos: vamos fazer um curso pra formar. Não, eu faço! Minha tarefa hoje, mais querida, mais desejada, é a coordenação de um curso para a formação de lideranças. Eu adoro, porque é impressionante como as pessoas precisam de pouca coisa. Então, assim, sabe, você fala: tem um método revolucionário, de uma tecnologia muito avançada, que é uma lousa, um giz, uma pessoa falando e umas cadeiras em volta, não? É uma tecnologia muito avançada que todo mundo tem, mas ainda funciona. Funciona por quê? Porque estas pessoas, elas não tem informação, então disponibilizar informação faz com que você já mude de patamar com a informação sendo disponível. Outras são as ferramentas mesmo, algumas chaves das leituras das coisas, para a



gente também e facilita o entendimento dela. A outra coisa acho que não dá para você romper com a vida da pessoa fora. E a gente tem uma coisa que eu acho errada no movimento, nem eu acredito, ficam tudo uns bando de bitolados. Eu falo que o movimento trabalha até de noite, com um salário, né, daquele do movimento. À noite sai com os companheiros do movimento, ou mesmo assessoria técnica, a gente fica meio bitolado, meio enterrado num mundo. E a maioria das pessoas, não, estão vivendo a dinâmica do mundo. Trabalha num lugar, mora e vai à escola em outro, vão para o movimento, vão para festa, tem outros amigos e tal. Então, eu acho que esta dinâmica ela também acaba não sendo legal para as pessoas, porque você acaba tendo inclusive umas pessoas que se movem daquele jeito." (liderança da UNMP).

A própria ideia de participação deve relativizada, porque muitas vezes não é um processo de ajuda, mas apenas de presença nas práticas, em busca de participação. Em muitos casos, não há participação porque há medo de se perder a moradia, devido à retaliação de lideranças. Há uma relação de poder que apenas se dissolve com a entrega da chave

"Tem aqueles que nunca fez nada, que não vai fazer, tem aqueles que só reclamam, só que saber de achar tudo pronto...Mas nossa luta aqui sempre foi assim. E está hoje como está? Hoje já está mais organizado."

"E você acha que antes acontecia isso, por quê? Era questão de medo de perder o apartamento? É porque você estava com o objetivo de conseguir aquilo, né? Então a pessoa tem aquela impressão, se eu não fizer não concordar, principalmente com quem está liderando, quem está falando ali na frente na assembléia. As pessoas tem a mania, eu sempre fui contra a isso e sempre falo na reunião: não precisa gostar de mim, não precisa concordar comigo que eu estou falando! As pessoas tem que aprender a defender seus objetivos! E, naquela época, no Movimento...Percebi muitas pessoas que elas eram contra uma coisa só que não tinha coragem de falar, porque tinha medo de perder a vaga, sempre concordava com a coordenação, o que a coordenação dissesse com certeza tinha gente que não concordava, mas acabava concordando com tudo mesmo! (...) tinha medo de perder a vaga, justamente por isso." Linda (moradora do mutirão Jardim Celeste)

A participação que se confunde com a pontuação torna-se um "nó" para o movimento, porque implica em formação. A dificuldade inicia-se porque a conquista da casa decorre da pontuação (cada vez menos, dada a seleção por renda). Presume-se que, no transcorrer do processo, haverá formação e o processo de participação conseguirá ser alcançado. Em muitos casos, o resultado é positivo e o processo conquistado garante a participação.

"O pessoal que veio de Movimento, era mais dedicado, que queria lutar para conseguir sua moradia, esse povo dá mais valor. (...). Agora, esse povo que caiu de pára-quedas...Há quem diga que eu cai de pára-quedas, né! (...) Mas eu não cai não, até porque depois eu tive a minha luta! Esse povo que não vai em reunião, que não quer saber, que simplesmente acata o que foi decidido lá" Albecir Cidrão (moradora do City Jaraguá)

A visão sobre o processo de pós ocupação permitiria supor que seria este o momento em que todos os envolvidos são iguais (Arendt) e, que através da superação de parte das necessidades que os uniu, a prática encaminharia para relações de igualdade e maior liberdade. Um dos sinais observados pelos entrevistados é a maior dificuldade de reunião e o esvaziamento do processo de participação após a conquista da moradia.

“(...) no começo, quando você está no grupo de base, as pessoas são mais participativas, participam muito, por quê? Porque as pessoas estão querendo aquilo, então, vai todo mundo de casa, assembléia, lutar...Porque as pessoas tá com aquele objetivo de pegar um apartamento e a partir do momento que você passa a morar num apartamento, muda a visão das pessoas. São outras, totalmente, não é mais aquilo que aquela pessoa falou, as pessoas se transformam e não é mais aquela pessoa que você conhece! (...) Elas se tomam dono daquilo, então elas não concordam mais com essas coisas, muito difícil. Quando um concorda, outro não concorda. Condomínio é uma coisa muito difícil da gente lidar.” Aninha (militante da CMP)

O resultado é a garantia de resolução dos problemas cotidianos, os problemas “condominiais”, enquanto os processos discutidos no momento de viabilidade, que levaram à constituição de espaços coletivos e comunitários, perdem-se no tempo, ficam esquecidos.

Por fim, um dos piores resultados é a própria venda do imóvel, que pode ser uma atitude deliberada desde a entrada no processo junto ao movimento de moradia, que direciona o fim social da moradia para a obtenção de recursos, como pode ocorrer da própria incongruência que define a constituição da política pública, com a exclusão de famílias que precisam, porém não podem pagar pela mesma nos moldes construídos. Vale frisar a posição de uma das entrevistadas, que vê inicialmente que o processo é comum dentro do movimento e em processos da CDHU, mas a motivação traz dúvidas e o questionamento que a venda dos imóveis se relaciona ao fato de exigirem muito das pessoas, o que acaba implicando na impossibilidade dos mutuários pagarem as parcelas.

“Aconteceu muito de aluguel aqui (...). A pessoa cedeu o espaço, “ah não quero mais ficar ai”, ou já veio com essa intenção, saiu ou nunca morou! (...) E isso aconteceu muito aqui... Então, o terceiro que vem morar aqui, ele não sabe o valor do que o daqui tem, que custou, entendeu? (...) Então ele não está nem ai, ele entra, deixa a porta aberta, ele faz o que ele quer, ele não colabora com o vizinho, do lado nem nada, nem quer saber de nada, não vai à reunião, não vai à assembléia, e não tá nem ai pra nada! (...) Não ajuda em nada e ainda atrapalha.” (militante do movimento da Zona Oeste)

“Então o governo, eu acho que eles deveriam trabalhar melhor. (...) Você vê que a maioria pega, consegue a sua casa, às vezes vende ou aluga. É nesse processo que eu vejo aí. Eu não sei se é porque exige muito das pessoas (...). Depois que as pessoas conseguem a sua casa, depois como que é todo o andamento as pessoas não conseguem pagar, pode ser isso também.” (militante do movimento da Zona Oeste e moradora)

### 3.3 – O papel da assessoria técnica

Na visão de Lefebvre, o papel da arquitetura revela-se enquanto um “condensador social” (LEFEBVRE, 2003-b, p.148), que responde a uma demanda social confuso que, até o momento, não conseguiu tornar-se um comando social. As demandas, confusas, constantemente reprimidas, direcionam o olhar para o papel da subversão e da luta, e trazem um paradoxo para a própria profissão.

Para o tema dos mutirões, uma provocação do autor centraliza que a reformulação da cidade passa pela idéia de que o arquiteto não é um educador do povo (LEFEBVRE, RENAUDIE & GUILBAUD, 2009, p.16), porém pelo resgate de uma reorganização que busque novas centralidades, novas conexões e novas funções (além das conhecidas morar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e a mente) que tragam novas possibilidades para o desenvolvimento da cidade, que se relacionam com a própria redefinição da idéia de cidadania.

A centralidade está no cidadão e envolve um processo que passa pela participação dos cidadãos, sua conscientização e (re) apropriação da cidade, que é um processo complexo e obrigaria novas posturas voltadas para o local, a (re) definição de centralidades e a relação dos vários espaços com as centralidades que vão sendo constituídas. Iremos nos deter apenas ao termo da - autogestão - que aqui se aproxima dos processos das comunas parisienses e pensa que toda a produção do espaço seria definida por processos autogestionários.

Para Freire<sup>60</sup>, a perspectiva dialógica do ensino deveria delimitar (e fundamentar) a prática pedagógica em favor de uma ação social e cultural: “é preciso, que desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser reformado. É nesse sentido, que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo”.<sup>61</sup>

A educação e o papel do projeto entendido dentro destes moldes de seu caráter educativo, neste âmbito, assumem o papel de resistência: “o trabalho do arquiteto, engenheiro ou trabalhador da área social é, na maioria das vezes, vinculado a necessidade de transmitir um processo de decisão, ou análise. Tanto o técnico pode utilizar o seu conhecimento específico para facilitar a comunicação ou para torná-la incompreensível. Pode facilitar a relação crescendo junto com ela ou eliminar tal possibilidade, reforçando a visão de conhecimento formal” (RONCONI, s.d., p.4).

Por outro lado, citando Arantes, o redirecionamento do papel do profissional arquiteto de sua posição mítico-alienados de “desenhador” para uma perspectiva em favor de uma “teoria crítica da produção do espaço”, prescinde de que “(...) não apenas novas palavras e práticas devem ser inventadas, mas retomadas as velhas questões cruciais sobre a propriedade dos meios de produção, da terra, do poder e do dinheiro” (ARANTES, 2002, p.128).

---

<sup>60</sup> O entendimento colocado para Paulo Freire aqui se aplica especialmente ao ensino das classes trabalhadoras do Brasil. Tais conceitos são importantes, contudo, na delimitação dos limites do ensino-pesquisa-extensão da universidade, bem como, de pontuar o caráter conformador da sociedade brasileira pelo viés do Preconceito e suas relações com o indivíduo e a cultura.

<sup>61</sup> FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1970.

Neste sentido, quando pensamos em uma educação inclusiva<sup>62</sup>, mesmo que o objetivo último vitime-se pela (in) possibilidade de emancipação social dentro do universo estrito do ensino, ou minimamente a constituição de uma sociedade menos alienada/alienante e desigual, ao menos pensamos em uma educação que "(...) possa fortalecer o sujeito a resistir à heteronomia e a ter consciência da opressão social."<sup>63</sup> Envolve, portanto, uma abertura, antes que um fechamento/delimitação, uma possibilidade de coadunar, de maneira não linear e, portanto, não só complementar, mas também conflituosa diferentes saberes. Não supõe-se a eliminação da violência/opressão pela educação, uma vez que a mesma (como já explicitado) é incitada por condições objetivas do processo capitalista.

A questão da formação sempre foi um dos temas centrais para o movimento de moradia. Um exemplo dado por Paz é o papel da FASE anterior à crise financeira que leva ao fechamento do escritório em São Paulo: "Sua visão de formação é processual, ou seja, ênfase na construção de um saber a partir da experiência de organização e reivindicação, combinando o acompanhamento da prática diária da organização do movimento social com momentos de reflexão (em seminários, encontros e cursos). Vale dizer, contudo, que há um certo ressentimento entre os participantes da UMM-SP pelo fato desse trabalho ter sido praticamente interrompido pela crise financeira da FASE, a partir de 1993, com a redução de seus quadros técnicos e dos recursos financeiros. Com isto, a carência de assessoria formativa tem sido uma constante nas diversas regiões e na própria coordenação da UMM-SP." (PAZ, 1996, p. 27)

Atualmente, talvez o papel que apresente maior linearidade com a prática da FASE é o que vem assumindo o Instituto Pólis, com os seus cursos de formação de lideranças, e os encontros de formação e capacitação.

"(P) E como é a questão aí da formação das lideranças? (R) A gente sempre participa, por exemplo, aqui em São Paulo tem o Instituto Pólis, que dá curso de formação e capacitação, a gente sempre põe gente lá dentro, tem sempre uma cota. Sempre umas parcerias, neste sentido, aonde tem, se tem Entidade lá no Estado, ou que banca o recurso, né? Encontro de formação e capacitação, qualquer que seja plano diretor, orçamento participativo, não sei o que, recurso público, orçamento, enfim, a gente procura fazer." Zequinha (militante da Zona Oeste)

Após o vácuo estabelecido nesse papel, a prática é estabelecida por algumas lideranças, que assumem o papel de formadores, e por algumas assessorias técnicas no cotidiano com as associações:

**Lideranças:** "(...) e aí eu comecei a me apaixonar, comecei a entrar de cabeça, logo fui chamada para ser coordenadora. Porque para a gente conseguir esse projeto tinha que ter um colegiado de coordenação, né? A coordenação antiga, ela não fazia parte da

<sup>62</sup> O conceito de educação inclusiva encontra-se como uma proposta complementar/paralela no ensino médio e talvez revele em sua metodologia, no âmbito do ensino superior em arquitetura e urbanismo e reflexo direto em ação social, conceitos adequados ao inter-relacionamento entre um conceito de um projeto inclusivo, enquanto processo pedagógico/participativo de incorporação do diverso, na prática do ensino superior. Como instrumental, centra seus esforços na incorporação do diverso, ou seja, em uma projeção mais aproximado do real. Sobre o assunto, ver especialmente CHOLCHIK, José Leon. Apontamentos sobre educação inclusiva. São Paulo, mimeo, 2002 e AINSCOW, Mel, WANG, Margareth & POTER, Gordon. Caminhos para as escolas inclusivas. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.

<sup>63</sup> Conforme CHOLCHIK, idem 2002:2. Nestes moldes, o pensamento emancipatório de Paulo Freire, encontra limites nas condições objetivas das relações de produção e adquire outros moldes em favor do objetivo último de emancipação social.



demanda. Hoje não, mas o projeto antigo para a gente conseguir fechar um convênio com a Prefeitura, tinha de ter a coordenação... Tinha que ser demanda. E eu fui convidada, porque eu vi, na época, que muitas famílias começaram a desisti, mas eu não. (...) Fui pegando responsabilidades, né, porque coordenação a gente sabe que é voluntária. Mas aí eu comecei a participar dos Encontros da União, comecei a participar....fazer todo o curso de formação que a Evaniza dava, comecei a participar e comecei a buscar entendimento.” Mariza (militante do movimento de moradia da Leste 1)

**Cursos de formação:** “(...) eu fazia um Curso de Formação com o Henrique Pacheco, fundador do movimento de moradia da Zona Oeste/Noroeste, sendo o meu objetivo ser mais crítica. Não apenas por ser mais crítica, mas também para perceber e entender quais eram/são os meus direitos. Então, nós conseguimos pegar essa parcela da população, organizá-la e a partir da organização de trabalho, da base, pra ela crescer, eu acho que aí o Movimento tem um papel fundamental.” Albecir Cidrão (militante do movimento)

**Assessorias Técnicas:** “As reuniões, a experiência dos técnicos com a gente, é uma coisa muito gratificante, porque é uma coisa que você não sabe nada! Você aprende tudo no dia a dia. Você aprende desde a convivência com o coletivo. Até com quem você tem alguma divergência, você aprende a conviver. Não digo que seja inimigo, porque eu acredito que até dentro do nosso trabalho não haja isso, mas há uma divergência muito grande dos próprios coordenadores, com o dia a dia, com as reuniões você vai aprendendo. Mas isso tudo você tem que ter um suporte, eu falo que eu aprendi muito. Mesmo com a assessoria técnica, do dia a dia, de estarem nos orientando, nos ensinando, nos dando dicas. Foi uma experiência maravilhosa para mim que eu jamais vou esquecer. E o mutirão com autogestão. A gente teve essa experiência. Foi fundamental a parceria e o envolvimento para o resultado final do projeto.” Maurício (morador do mutirão City Jaraguá)



Figura 9: acima: vistas do mutirão São Marcos-FUNAPs-Comunitário



Figura 10: vistas do mutirão São Marcos FUNAPS - Comunitario





Figura 11 Vista do Mutirão Por do Sol – FUNAPs Comunitário / Fonte: Arquivo Pessoal

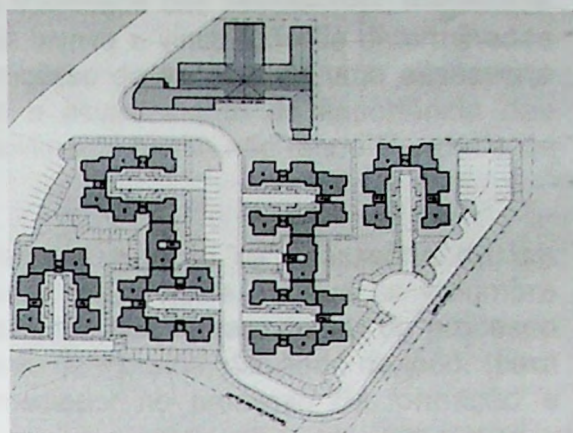


Figura 12: Vistas do Mutirão Por do Sol – FUNAPs Comunitário / Fonte: Arquivo Pessoal

Parece claro, nos discursos, que o aprendizado constrói-se na prática cotidiana, dentro do movimento de moradia, e o processo de assessoria potencializa o aprendizado inicial. Ao mesmo tempo, há um conflito entre o saber “técnico” e o saber do “movimento”, em que a assessoria assume um papel em destaque, em paralelo, mas pode também assumir uma posição de poder através desse mesmo saber. A inserção da assessoria no processo tende a redimensionar as relações, porque funciona como um mediador, que qualificaria o processo geral.

“Depois veio a questão da obra, do mutirão autogerido.... então foi uma experiência muito legal, uma coisa que eu aprendi muito com a parceria com a assessoria. Eu falo que eu mudei muito o meu jeito de ser... De tantas reuniões, tantas organizações. Organizar um grupo de sem teto, ou coordenar, é diferente de você estar numa obra, que você está vivendo o seu dia a dia com o coletivo, ali diário mesmo. Reuniões de grupos são duas horas, no máximo duas horas e meia. Mutirão, quando você passa para a terra, você vive um dia e uma noite. Se você está trabalhando e é sua vigília você tem que ficar um dia e uma noite na obra. Então ali você adquire mais experiência, você aprende a conviver, você deixa aquele seu lado – “eu faço sozinha, só eu coordeno” - é diferente. Eu aprendi muito com o coletivo, aprendi muito com a assessoria técnica.” Sheilinha (moradora do mutirão City Jaraguá)

“Eu nunca trabalhei com a assessoria técnica, pra mim foi novidade! Eu gostei, porque eu aprendi muito, eles ensinam pra gente, tiram dúvidas, explicam.”

“(...) aos técnicos do poder público acreditam que sabem tudo porque muitas vezes estiveram na faculdade. E a maioria de nós que nunca teve acesso à faculdade, que nunca conseguiu discutir, mas a gente sabe muito como devemos morar e como deve ser esse projeto.” Etelevina (moradora do mutirão Jardim Celeste).

A relação estabelecida, historicamente, é vista como uma condição de fragilidade, uma posição dúbia, em que a assessoria não faz parte do movimento de moradia, portanto não possuía um poder de reivindicação similar, e era a parceria que garantia a viabilidade dos processos. Por consequência, seria um dos pontos para o poder público

questionar todo o processo, trazendo, através da fragilidade das assessorias, fragilidade também para o movimento de moradia. A parceria levava a vinculação de determinadas assessorias a alguns movimentos e o próprio processo de escolha de uma assessoria passava pelo crivo do movimento, o que, com o esvaziamento da importância das assessorias e a diminuição do número delas o movimento acaba não tendo liberdade de escolha como antes.

O redesenho atual da política aproxima-se a atuação da assessoria de um prestador de serviços, cada vez mais concentrados nos projetos em que se vislumbra alguma viabilidade do empreendimento, como mais um dos atores, dentro do processo geral, uma espécie de “braço” técnico do movimento de moradia, deixando de lado, (para algumas assessorias), o “projeto político” de mediador no processo de formação e capacitação do movimento de moradia.

### 3.4 Autogestão no Cotidiano

Para Lefebvre, dentre as várias abordagens que se faz do cotidiano, uma delas pela conexão com a autogestão, é o confronto do cotidiano, enquanto possibilidade, com as determinações econômicas e políticas. Esta conexão traz um papel central, para Lefebvre o cotidiano seria a categoria definitiva, que permite a abordagem do mundo através de suas fissuras, lacunas que apontariam para a própria utopia.

A importância do tema da autogestão aparece como um fim em si mesmo, porque representaria uma tentativa de distanciamento do Estado, o que leva o autor a indagar se a sociedade civil teria em si mesma, os recursos suficientes e a capacidade organizacional para substituir e reabsorver o Estado, através do fortalecimento do “civil” contra o “estatismo”.

O autor enfatiza em seus textos – autogestão não possui um formato pré-estabelecido, é um processo, um caminho, uma escolha – uma expressão que encontra forte ressonância nos discursos sobre o tema na visão dos entrevistados: “a prática derruba a elaboração”; “o caminho é óbvio e por ser óbvio também não o é”. Para Lefebvre a autogestão não se apresenta como uma técnica ou uma operação puramente racional, e sua prática sempre implica uma ambigüidade constitutiva, o que leva o autor a indagar: “In or society, what is there that cannot be assimilated? Nothing. We have seen exchange the commodity, capitalism, and statism “assimilate” actions and ideas that seemed essentially subversive” (LEFEBVRE, 2009, pag, 134)

As associações autogeridas apareceriam em lacunas ou zonas de fraqueza da sociedade, em confronto com o próprio Estado, que domina os pontos mais fortes da sociedade. Para o autor, são estes pontos que abrem espaço para a espontaneidade e onde há possibilidade de inserção de novos elementos da sociedade, alguns reincidentemente absorvidos, outros com possibilidade de distensão, no limite a desestruturação e colapso do todo<sup>64</sup>. Por esse motivo tais lacunas são essenciais e representaram a irrupção de movimentos maiores com capacidade de (re)estruturação do Estado, mesmo que absorvidos posteriormente: as comunas parisienses a partir de 1870, a revolução de 1968, as experiências iugoslavas, e, nas próprias lacunas deixadas pelo

<sup>64</sup> O autor detalha o papel de articulação dos pontos fracos, lacunas, nesses movimentos. Sobre o tema, ver especialmente LEFEBVRE, Henri. *Revolutions*. In LEFEBVRE, idem, 2009.

processo de colonização, a experiência algeriana, apenas para enumerar algumas que o autor problematiza.

É claro, apesar de não pontuadas pelo autor, a experiência paulista e a experiência uruguaia, em proporções menores, porque frustradas e absorvidas, até o presente momento pelo Estado: "In any place and moment in which autogestion is spontaneously manifested, it carries within itself the possibility of its generalization and radicalization; but at the same time it reveals and crystallizes the contradictions of society before it" (LEFEBVRE, 2009, p.147).

Qual o elemento de unidade por traz da autogestão? Para o autor, o que determina a autogestão é o processo, sua espontaneidade, o que requer um conjunto de circunstâncias históricas e um espaço privilegiado. Não é meramente um ideal, ou uma ciência da liberdade, um contrapoder ou uma utopia, porque implica em uma longa seqüência, um longo processo, uma abertura ao possível, um caminho prático para mudar a vida, seja em unidade de produção, ou unidades territoriais.

A autogestão que se organiza em unidades parciais, não implicando na aquisição da globalidade, iria se encaminhar ao fracasso, o que obriga também revisitar os conceitos e práticas de representação, eleição, delegação de poder e os controles fundamentais da democracia, em relação à autogestão generalizada e radicalizada. Autogestão implica também em quatro princípios (LEFEBVRE, 2009, p. 149), que sucedem e implicam no próprio movimento autogestionário:

1. A autogestão nasce no coração de uma sociedade contraditória. Ao mesmo tempo, introduz e reintroduz a única forma do movimento, de constatação eficaz e desenvolvimento efetivo, sem o qual, haveria crescimento sem desenvolvimento, ou seja, a acumulação quantitativa da produção e a estagnação qualitativa das práticas e relações sociais.
2. Ao nascer destas contradições, possui uma tendência para sua solução e superação. Ainda que similar a outros processos, que nascem das formas universais de lutas de classe, aponta a contradição para o Estado, seu aparato e totalidade;
3. A autogestão tende a resolver a totalidade das várias contradições em que se envolve transformando-se em uma nova totalidade, o que pressupõem um momento histórico e uma conjuntura favorável;
4. A autogestão deve ser estudada sob duas formas diferentes, como um movimento de luta de classes e como um meio de reorganização da sociedade, que a transformaria da base ao topo, do cotidiano ao Estado.

As observações são contundentes para o entendimento dos processos constituídos pelos movimentos de moradia em São Paulo. Traz imanente um conflito constitutivo, que resultaria na consolidação e expansão das práticas, ao ocupar os pontos dominantes da estrutura social e apontar para o total (o sistema), ou sua estagnação e involução, ao entrar em conflito com os próprios princípios constitutivos do processo autogestionário e introduzir, internamente a autogestão, uma burocracia e formalização de processos que nega e mina as práticas originais (LEFEBVRE, 2009, p. 147).



As principais contradições introduzidas e estimuladas pelo processo de autogestão instalam-se em sua relação com o Estado, porque o processo autogestionário questiona o próprio Estado como uma força que constrange a sociedade como um todo, tende a reorganizar o Estado em sua função voltada para o desenvolvimento, que seria o mesmo que dizer que engendra o afastamento e declínio do Estado. Por outro lado, o Estado tende a reprimir a prática porque possui em sua essência um princípio centralizador que se opõe ao princípio descentralizador autogestionário, que se move da base para o topo, da parte para a totalidade. No momento em que for transformado em um "sistema" que possui escala para englobar a sociedade como um todo, necessariamente irá colidir com o sistema estatal e político constituído.

Outra contradição relaciona-se ao confronto com o mercado, porque o processo autogestionário tende a negar o valor de troca e restaurar a primazia do valor de uso, o que reaviva a contradição no âmbito do mercado, a necessária transcendência do mesmo, implicando em todos os níveis de práticas sociais, inclusive, as agências de coordenação, para que não haja a falência da mesma.

Sob esta ótica, seria um erro ver o processo como um sistema, que poderia ser normatizado e estabelecido juridicamente, porque o **conceito de autogestão não provê um modelo, uma linha, ao contrário, é um caminho, uma estratégia.**

E o interessante das argumentações de Lefebvre é que elas possuem forte correlação com o êxito e os fracassos observados nas políticas públicas analisadas. A falência do movimento, ou dialeticamente seu êxito, não pode desvincular-se do próprio papel da política pública, como os atores se relacionam em sua produção permitindo práticas de: 1. (des) centralização de poder e relativização do papel do Estado, 2. Incentivo (ou não) as práticas democráticas e acentuação da democracia, e 3. A (in) capacidade política dos atores definirem sua vida e ações.

O cotidiano seria a unidade fundamental, porque se apresenta simultaneamente como produto – resultado da produção e reprodução do capital – e resíduo – (in) possibilidade de emancipação. A incorporação do resíduo ao conceito de cotidiano parte do pressuposto que o mesmo engloba as condições de realização do modo de produção e, simultaneamente, a possibilidade de transcendência do modo de produção.

Tal separação e simultânea junção, implica que o conhecimento do cotidiano revela a apropriação do espaço e do tempo, entre processos cíclicos e lineares, a repetição ou não de ritmos da sociedade. Expressa-se como o ponto simultâneo de conexão entre base e estrutura. Permite o entendimento da produção do espaço e, dada a centralidade da relação produção-consumo, do espaço enquanto reprodução.

O cotidiano também pode ser concebido como um encontro entre o uso (valor de uso) e a troca (valor de troca), mesmo com a dominância do valor de troca e sua importância na definição do modo de produção. O vivido só poderia ser percebido historicamente porque é concebido na prática social, através de imagens de opressão, mas também de espaços de "felicidade" que definem os valores humanos sobre a apropriação do espaço, explicitamente através do "habitar" no mundo e da própria moradia.

Assim, a única maneira de construir e consolidar no cotidiano uma nova prática social da política de autogestão é praticando, articulando novos e diferentes saberes que vão sendo apropriados pela organização social.

### 3.5. O papel da política pública para o movimento de moradia

Como o processo de oxigenação do movimento de moradia passa pela viabilidade de projetos individuais, parte dos mesmos significando a constituição de novos parâmetros para o processo de provisão habitacional, o resultado é um conflito entre os avanços alcançados no programa disponível e os processos que poderiam ser viabilizados em uma situação ideal. Em outras palavras, o conceito de necessidade, que permeia todo o processo, implica no aceite de determinadas condições na política constituída, como o sobre-trabalho e a fadiga dos envolvidos. Ao mesmo tempo, supõe-se que tal escolha pode implicar na constituição de referências, minimamente, ou abrir caminho para um aprimoramento da própria política pública.

“Uma coisa é você construir e desenhar a política habitacional, uma luta e fazer perceber que é necessário. Por que assim, a resposta sempre é uma necessidade do movimento, uma questão política, mas a resposta vem do fato da política pública, porque se não ficam ações pontuais. Você cria referências, você, ao mesmo tempo, que a gente percebia, olha, tem sobre trabalho sim, e os valores não são suficientes, mas você tinha que criar referências de construção para a construção da política habitacional. Então, assim, se não for uma política habitacional, não tem resposta. O movimento sozinho ele não consegue fazer, ele consegue fazer a pressão para ter retorno! Então assim se não tem! Começa a perceber que a dimensão da política pontual, a ação individual e pontual é pra criar referências, não é para executar o processo, a política deste desenho sem preenchimento (...). Na verdade, você que constrói você assume que construir com as próprias mãos pra criar uma referência de que tem a capacidade de construir. Depois que se prova essa capacidade de construir, você prova que, na verdade, você é bom de gestão! Ai tem que combater....E, ao mesmo tempo, em que você for combater isso, você tem que dizer, olha, tem um sobre-trabalho também. E este sobre-trabalho está desgastando a relação com a família, está desgastando as relações do próprio direito de qualidade de vida que está todo mundo brigando. Ao mesmo tempo, que está lutando, não pode negar todas essas questões. Só que isto era percebido, não era assim percebido no contato, homogêneo, é percebido num estágio, num estágio de política habitacional. E neste processo, nesta etapa de construir o próprio mutirão, a gente acha que desgastou muitas pessoas dentro desse processo e porque? Porque as pessoas estavam construindo e estavam se desgastando, no dia a dia, ao mesmo tempo em que estavam construindo seus sonhos, estava criando um sobre cansaço no indivíduo e no coletivo, que era maior que o indivíduo conseguia suportar. Então, o movimento perdeu vários companheiros neste processo de desgaste, de tentar operacionalizar a construção de uma política e a construção de sua casa.”  
Leonor (liderança da UMM-SP)

Dialeticamente, quando falamos de reivindicações, mesmo aquelas aparentemente banais implicam muitas vezes em direcionamentos diversos. O posicionamento correlaciona com a tentativa de maior controle dos processos pelo movimento de moradia, a garantia de melhor condição de habitabilidade que resulta da constatação dos significados adversos que uma “mistura” de demanda pode significar, implica na inviabilidade da moradia no imóvel (problemas condominiais e de convivência) e reflete na manutenção da moradia no transcorrer dos anos e, em alguns casos, a



desistência dessa moradia e a venda. Ao mesmo tempo, a discussão do tema implica na constituição de uma maior autonomia nos processos que ultrapasse a indicação de demanda.

Outro exemplo é a reivindicação de articulação entre as instâncias federativas, que ultrapassem o posicionamento concorrencial e direcionam-se para ações complementares. A articulação implica no número mínimo de unidades, que garantam a produção acima dos patamares do próprio crescimento do déficit habitacional:

“(P) E com relação ao plano de lutas (...) (R) Governo Municipal...Que continuem as desapropriações dos imóveis e atenda a nossa lista de demanda que temos e já foi apresentado. O Governo Estadual....Que disponibilizem carta de crédito, para que a gente possa atender nossas famílias que estão para ser despejadas. Governo federal que repassa os recursos do FNHIS, para que a gente possa ajudar no subsidio das famílias. E que junta os três níveis de governo e faça valer (...) Os direitos do cidadão!” Abraão (liderança da UMM-SP)

“Estamos tentando fazer essas duas coisas. Criar essa política que de conta da produção do crescimento demográfico enorme, mais na cota do déficit, porque senão não vai acabar nunca.” César Ramos (Ministério das Cidades).

Conforme apontado acima, uma visão recorrente é a necessidade de junção de esforços para a viabilidade dos processos, com ações não direcionadas para siglas ou partidos, porém para as famílias. Tal junção implica em uma parceria entre os movimentos de moradia e o governo que ultrapasse os canais de participação já instituídos e direcione para processos em que o próprio movimento viabilize, conjuntamente ao poder público, a execução das políticas públicas.

“(...) na área da moradia (...) envolver todo mundo, estaduais, municipais, federais...Montar uma equipe e ver realmente, como se diz, colocar para que todo mundo veja qual é a real necessidade. E aí, sim, ver o atendimento adequado! Tem que ser locação social, vamos batalhar para locação social. Vamos pegar uma área, pode ser no centro da cidade, pode ser nos bairros que já estão com infra-estrutura e vamos montar a locação social. Ah, mas tem família, pode dividir e ver os atendimentos exatos! Mas não só o movimento fazendo, não só o Estado fazendo, mas trabalhando junto.” Sidnei (liderança da UMM-SP)

O tema mais obtuso, talvez também o mais premente passa pela ideia de uma constituição de uma “Política de Estado” que dê conta dos temas levantados, em suas diferentes complexidades, através das instâncias federativas. Na visão dos entrevistados, o país aparece como um dos mais avançados no que se refere ao aparato legislativo constituído. Ao mesmo tempo, a prática encontra-se longe do arcabouço legislativo. Um exemplo é a criação de um Fundo sem recursos o que significa que pode se utilizado de acordo com os interesses do governo. O exemplo demonstra que faltam aspectos que traduzam a política constituída e seus programas em uma “política de Estado”. Atualmente há participação social, mas não controle social. Estes aspectos direcionam o posicionamento para a necessidade de existência de condições mais concretas, mais institucionalizadas, que acabem redundando em amarração nas leis de forma que se garanta a existência do tema:

"O Brasil está nesse ranking como um dos países aí, ele é um dos bem... Vamos dizer assim, bem servido nesse sentido. Porém, a prática está muito longe! Por quê? Porque criamos um Fundo sem fundo, criamos um direito, que é óbvio não diz onde está o endereço, então logo o Governo que entra faz o que quer. (...). Então falta ainda uma coisa, que a Política de Estado, além da participação, do controle social, que ainda não tem um controle, mas existe as participações..." Antonio José (liderança do MNLN)

Faltaria a construção de políticas sustentáveis, de forma que alguns entrevistados duvidam se a política avançou pela estratégia do movimento e a necessidade de dar resposta a esta estratégia, ou o contrário, e a motivação da origem não assume realmente importância para a pesquisa, nos termos dados da política que se constrói enquanto uma relação de atores. A construção da política habitacional é construída sobre muita tensão e implica em grande desgaste, o que obriga pensar em que política que se está construindo, e a sua fragilização a cada quatro anos, na mudança de governo ou prioridade:

"Mas, por outro lado, só faltava um fundamento político sustentável. Também tinha é... Eu não sei se ainda não soube analisar se a política avançou pela estratégia do movimento ter que sobreviver e ter que dar resposta, ou se o contrário (...) é essa construção de políticas sustentáveis, estão tentando construir esta política habitacional, mas debaixo de muita tensão, debaixo de muita pressão, pressão social, como pressão do movimento... Então isso era um desgaste muito grande, mas assim... Resistindo... Eu acho que vai na verdade... eu acho que há uma grande necessidade de pensar em que política estava se construindo, a sustentabilidade dessa política que se fragiliza a cada quatro anos, a cada mudança de governo ou prioridade." (militante do movimento de moradia da região Sudeste e moradora do mutirão Jardim Celeste).

A trajetória realizada permitiu ao movimento não só um aprendizado prático, mais também a sua problematização. A discussão avançou para uma perspectiva situacional de reflexão da pauta de lutas própria do movimento, com reflexo na própria constituição da Política Habitacional e o detalhamento das suas especificidades. Para os entrevistados, o conflito instala-se entre as conquistas, concentradas em projetos pontuais, e a tensão que se direciona essas conquistas para a constituição de outros programas.

A pauta modifica-se com o aprendizado alcançado, de forma que, se no início reivindicam processos por mutirão, em outro já colocavam o tema com a sua problematização. Um dos temas centrais foi à luta pelo reconhecimento do Governo da capacidade do movimento de moradia de realização de conjuntos habitacionais, historicamente conseguida com uma resposta política do movimento a cada rejeição por parte do Governo. O processo de maturação trazia um reconhecimento interno ao movimento de moradia de uma 'decisão de conquista' de cada tema, por serem fundamentais para a viabilização da Política Habitacional.

"(...) a gente foi quebrando essa questão do Governo dizer assim: Movimento Popular não sabe fazer moradia, o Movimento Popular não tem capacidade de construir moradia. Então cada coisa que o Governo dizia pra gente NÃO, nós buscava um SIM por mais difícil que ele fosse!

Isso fez com que a gente aprendesse muito. Para quem não conhecia um arquiteto pra quem sabia o que um engenheiro fazia na obra, para agente ir até a obra, assumir o almoxarifado, saber medir caminhão de areia, como é que descia um caminhão de bloco, como é que descia um caminhão de telha, para o pessoal não roubar a gente na obra. Então tudo isso a gente teve que aprender na prática e na marra! Mas isso foi mais que uma faculdade pra gente, porque quando o governo vem discutir com a gente, até hoje, você já sabe o embate que vai dá!" Sheilinha (moradora do mutirão City Jaraguá)

O conhecimento alcançado garantiu o uso do mesmo em outros programas habitacionais, pelo conhecimento prévio do processo de obra, da quantificação de materiais, do papel do arquiteto e do engenheiro. Por exemplo, as discussões na área central não passam pela temática do mutirão, mas o conhecimento prévio acumulado garante a apropriação das novas temáticas específicas do centro – o custo do metro quadrado o processo de viabilização técnica de um projeto na CAIXA – questões que hoje auxiliam no processo de confiança por parte do Governo a favor do movimento:

"(...) você tem hoje, nós não faz mais, por exemplo, nós do centro, por exemplo, não faz mutirão! Mas sabemos quanto custa o metro quadrado da obra, quanto vai custar na Caixa o metro quadrado, sabemos qual é a avaliação da Caixa, sabemos quanto a Caixa vai exigir quanto seja o projeto. Então tem uma série de parâmetros que a gente aprendeu muito e o Governo aprendeu a confiar na gente!" Sidnei (liderança da UMM/SP)

Outra visão externalizada é a de que os programas não refletem a dinâmica de habitação da cidade. No âmbito do recurso todas as pessoas concordam, por exemplo, com relação ao tema da necessária articulação da política federal, estadual e municipal. Quando o tema passa para a operacionalização, iniciam-se os entraves. Ao mesmo tempo, todas as decisões não passam pelo movimento, que não é perguntado e, em outros momentos há apropriação dos temas do movimento, o que torna tudo mais complicado. Há um entendimento do Governo de pressionar para a menor transmissão de conhecimento, porque implica numa situação mais cômoda para as políticas públicas. Ao mesmo tempo, o conhecimento da forma de viabilizar empreendimentos foi trazido pelo movimento para o governo, demonstrando uma "expertise" que há no movimento. Quando se vê passar na televisão propaganda de apartamentos de 3 quartos e com azulejos, ao mesmo tempo, esta "bandeira" foi levantada pelo próprio movimento. Relacionam-se as brigas para conquista de moradias com qualidade, enquanto o governo tensiona para construir apartamentos com qualidade menor e tamanhos máximos com 44 m<sup>2</sup>. A briga também estava relacionada aos direitos comuns aos pobres e ricos, à necessidade de pagamento para ambos, e a garantia de moradia com dignidade. Os apartamentos em mutirão são grandes e, ainda assim, o governo recuou em viabilizar empreendimentos com este direcionamento, ao mesmo tempo, pegam o ideário, mudam a postura e apropriam-se dos temas do movimento:

"Porque hoje, o Governo, quanto menos você sabe, melhor pro governo. Então, quanto mais você sabe, o Governo se sente ameaçado. Caramba eles estão se reunindo, eles estão se articulando, por que eles estão fazendo isso. Se hoje tem muitos conjuntos habitacionais, querendo ou não, foi o movimento que com parceria com alguns companheiros que vieram do Uruguai, foram eles, foi o movimento que deu esse modelo pro Governo! (...). Então, você acha que hoje o Governo fica passando na televisão – ah, que nós vamos construir apartamentos com três, quartos

dormitórios e com azulejo – foi o movimento que levantou essa bandeira, só que o Governo, pra nós, tem que ter dificuldade, por que eles sempre querem construir apartamentos de não tão boa qualidade, mas apartamentos com dois quartos ou olhe lá, ou quarenta e quatro metros quadrados. Se acha que eles apropriaram a pauta? A ideia, claro! Totalmente!" Fátima (liderança da UMM-SP e moradora do mutirão Jardim Celeste).

### **3.6 Avanços e entraves na consolidação da autogestão: a construção de um novo sujeito**

(A prática do movimento) ela não é um movimento que tira grandes prioridades no Fórum de Discussão e depois operacionaliza, mas ao contrário, a prática derruba a elaboração.

A motivação do capítulo é problematizar alguns pontos que definem a temática dos movimentos de moradia, a partir do relato de suas vivências e como entendem o tema na atualidade.

Em contraponto ao processo de desqualificação social e estigmatização da pobreza, os movimentos sociais formalizam práticas inerentes ao próprio processo de sujeição das pessoas: se a sujeição implica também resistência, a resistência pode alcançar objetivos maiores através da luta. "A questão básica não está em reafirmar a "apatia" das massas nem em condená-las ao conformismo oportunista, mas sim em reconhecer que a mobilização popular na reivindicação de interesses próprios requer determinadas condições para que se possa ocorrer. Noutros termos, quando se considera que a cultura popular não é mera reprodução da ideologia dominante e que as técnicas de propaganda só se tornam plenamente eficazes quando aliadas a repressão, passa a ser politicamente fundamental a discussão sobre a democratização da sociedade. Esta discussão torna-se central quando se admite que o modelo de uma sociedade renovada não decorrerá da imposição de valores por um grupo "iluminado" das elites, seja de que natureza for: partido, punhado de heróis, santos reformadores etc., mas sim uma ação comum, consciente e organizada das próprias camadas populares." (KOWARICK et alli, 1975, p.179)

Um dos possíveis entendimentos da formação social de um movimento social vem da sugestão de Melucci, que detalha que há um movimento analítico que parte das dimensões individuais de conflito, apontando para as conexões com as dimensões de ação coletiva e especificidades de algumas práticas sociais observadas na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. A relação entre ação coletiva e mudança dá-se em três estágios: 1. As formas de ações coletivas originadas em certas contradições defrontam certos estados da estrutura (classe, política e organização). As ações coletivas nestas condições podem criar outras contradições (incompatibilidades). 2. resposta do sistema de dominação, através da modernização ou reforma ou repressão, sendo comum o desenvolvimento das forças de produção; 3. o processo pode determinar a absorção da crença coletiva e a absorção de novas mudanças internas, que podem ser incapazes de serem absorvidas pelo sistema.

A ação coletiva nesse processo cíclico é causa e efeito da mudança. É causa, no nível sincrônico, porque a presença do conflito obriga monitoramento e continuas adaptações. É efeito, porque as adaptações, produzidas em tempos distintos, desequilibram e criam contradições que geram formas diacrônicas de conduta no sistema político e na organização social.

Este aspecto caracteriza a especificidade das ações do movimento de moradia junto a seus grupos de base, interferindo uma luta pelo controle social de modelos culturais, através da construção de um discurso, que produz uma identidade entre as pessoas envolvidas e delimita-os com relação a seus oponentes.

Na visão dos entrevistados, o movimento de moradia envolve os participantes em uma prática que não se resume apenas ao tema da moradia, mesmo que a mesma seja a questão principal. O movimento de moradia luta pelo crescimento das pessoas envolvidas e cria um processo educativo voltado para a vida e cotidiano das famílias. Dessa forma, as pessoas passam a entender seus direitos e deveres relativos a outros temas transversais aos trabalhadores, como a educação, transporte e saúde. O esclarecimento seria o papel principal do movimento de moradia:

“eu acho que o grande diferencial do movimento, é que o movimento não luta só por moradia! Ele luta pelo crescimento da pessoa também, a pessoa passa a ter conhecimento daquilo que ela tem direito, daquilo que ela pode correr atrás, o que ela não pode (...) se você entrar e perguntar, quais são os programas, quais são os avanços, quais foram os retrocessos, o que serve e o que não serve, o pessoal sabe, porque eu não vou lá falar de moradia, vou lá falar de todos os problemas que os trabalhadores enfrentam. Seja no transporte, seja na saúde, seja na educação, lógico que o objetivo de todo mundo ali é ter uma moradia! Mas como manter essa moradia depois de conquistada (...) esse é o foco principal. Não é dar moradia (...) Porque não dá nada, porque eu não dou nada, mas não é lutar e depois chegar lá e falar para o governo – olha, eu quero a moradia e ponto final... Eu quero minha moradia, vou manter a minha moradia, que é um bem meu, meu filho, meu neto, meu bisneto, seja quem for, não vai precisar ser chamado de sem teto. Ele vai ter um lugar, ele vai ter uma referência, assim que a gente pensa.” Dito (liderança da CMP)

Enquanto dinâmica geral, os entrevistados entendem o movimento de moradia, não apenas enquanto luta pela moradia, mas também por educação, saúde, criança e adolescente, idosos e entre outros os setoriais de mulheres, favelas, GLBTT e igualdade racial. A atuação em outras áreas auxilia o fortalecimento do movimento. Procura-se construir também uma ideia de comunidade:

“o movimento não está só lutando por moradia, o movimento luta pela educação, pela saúde, pela criança e adolescente, luta pelos idosos, luta por vários outros setoriais! (...) Setorial da mulher, setorial do...GLBTT.... E acho que isso é importante, faz fortalecer o movimento, faz fortalecer também a luta imagina... Se todo mundo gostasse do amarelo, o que seria do vermelho, né.” Samuel (militante da CMP)

Outro tema é a capacidade de dar força política para os participantes, a demanda e as associações, que não é possível individualmente. A dificuldade que se encontra no Governo reflete na prática de construir união entre a demanda voltada a pressão direcionada ao Governo. Esta pressão traz uma espécie de respaldo para a conquista da moradia, dos “sonhos” dos participantes. Leva os participantes a se direcionarem em busca do objetivo comum:

“Que o Movimento, o que ele faz... Ele nos dá força política, né, ele faz com que a gente... Toda a dificuldade política que a gente tem com o governo, o movimento ele busca ... ele busca, nas associações, na demanda, para com que a gente se una e, pressione o governo para a gente conseguir ... Sei lá... O respaldo do que a gente sonha e realiza... E ir em busca do nosso objetivo e realizar o nosso sonho... Então, hoje, eu vejo que já estou, desde 98, então, e já estou desde 2005 a gente conseguiu, né, com a força do Movimento a gente conseguiu mudar a política, né, em São Paulo.” (militante do movimento de moradia da Zona Oeste).

Vale retomar a discussão pela visão dos entrevistados, o entendimento dominante passa pela ideia de que a busca central do movimento relaciona-se à conquista de direitos, que seria o papel fundamental do movimento, aliado a própria conquista da moradia. A visão expande o conceito do movimento de moradia, que se relaciona rotineiramente à conquista da moradia, o produto, enquanto outra visão dominante é a importância do papel do processo. O conceito de direito, na visão dos entrevistados, está relacionada com a ideia de cada família, cada cidadão, deveria conseguir realizar os desejos que possui, mas não apenas, deveriam lutar para que tal desejo seja conquistado, de forma que o Governo realize o seu dever. Como o direito traduz-se em luta, tal luta não é individual, porque construída em um processo junto aos “companheiros”, reunidos para realizar os sonhos que são, no limite, individuais, mas não alcançáveis através da prática cotidiana individual nos termos que são disponibilizados pelo Governo para que tal luta se construa. Há uma necessária “boa vontade” política do Governo, que não acontece, evocando um desrespeito ao cidadão:

“Porque o movimento luta para que o governo tenha responsabilidade, porque hoje a gente vê que a gente está lutando ainda pra ter políticas públicas de habitação de interesse social, só que o governo só quer... Ele não tem responsabilidade nenhuma, a gente sabe que hoje está na Constituinte que a habitação é primordial, é lei. Tanto população ela tem direito a moradia, direito a saúde, a educação, só que o governo não assume isso! Ele não tem responsabilidade. (...) Pode ser qualquer governo que seja, ela ainda não... Ele mais o colegiado que está do lado dele, ainda não pegou essa responsabilidade pra ele!” Abraão, (liderança da UMM)

“A gente só busca direito, acho que o papel importante do movimento é isso, é fazer com que cada família, cada cidadão brasileiro consiga realizar seu desejo, consiga lutar pelo direito, mas faça que o governo cumpra com o seu dever! Eu vejo isso, o que eu aprendi nesses dez anos que estou no movimento, é isso, que eu estou lutando pela minha casa, não estou sozinha, estou lutando com os meus companheiros pra realizar um sonho meu que é uma luta muito difícil, sendo que eu não precisaria estar lutando se o governo tivesse boa vontade... Política! (...). Respeitasse o cidadão brasileiro e é isso que ele não faz! Então é isso que eu aprendi.” Marisa (militante do movimento de moradia Leste 1)

Decorrente da visão anterior, a prática do movimento confronta-se com o próprio papel do Estado. Ainda assim, diferentemente do Estado, o movimento possui outra postura, porque apesar de possuir um sentimento político e direciona-se a política, sua prática evoca ações sociais, que procuram envolver e esclarecer as famílias. Por estes objetivos, é um aspecto muito negativo quando se observa que o movimento está dividido,



com algumas pessoas beneficiando-se de tal divisão. O resultado seria ganho para o próprio governo, que continuaria tendo benefícios à custa dos pobres, em uma ideia de resultados instrumentalizados, troca, que se constrói apenas através da política, sem relação com o "social". O movimento objetiva outro tipo de troca, e tal aspecto é fundamental, porque o viés social destacada pelos entrevistados, possui relação com a possibilidade de esclarecimento, que levaria a uma maior organização e politização, implicaria em votar melhor, uma luta pelo melhor da vida desta pessoa, as pessoas próximas, e o próximo como um todo. Esta postura implica em uma positividade nas ações do movimento e a negatividade nas ações do governo.

"Porque se a gente ficar quieto e não continuar lutando, o governo vai ficar mais fortalecido e vai fazer o que quer com o cidadão. E a gente não pode continuar... E também eu fico pensando assim, eu vou conseguir minha casa, mas meus filhos não tem casa, quantos cidadãos brasileiros, quantos pais de família que moram assim... que moram assim em lugar super... que moram em barraco, ou moram (...) em favela, cortiço, que gostariam de realizar seu sonho. (...) Então é por eles que enquanto eu tiver vida e forças, eu vou continuar lutando!" Fátima (militante da UMM e moradora do mutirão Jd, Celeste)

"E o movimento ele tem outra postura (...) de envolver as famílias, mais... Ter um propósito e aí a gente sente assim que é muito ruim, quando você ver que o movimento dividiu, que algumas pessoas estão se beneficiando, que alguns governos estão se beneficiando às custas do pobre, as custas de dizer, assim, eu estou te dando isso e amanhã você me dá aquilo, quer dizer troca. E o movimento não, tem outro tipo de troca, ele entende que as pessoas estão organizadas, as pessoas estão politizadas, ela vai saber votar melhor, vai lutar pelo melhor da vida dela, pro seus e dos seus! Então é isso que eu vejo de positividade do movimento e vejo de negatividade do governo." Mauricio, (morador do mutirão City Jaraguá)

Neste sentido, enuncia o próprio papel da política, enquanto manifestação coletiva de um debate que se realiza entre iguais, com respeito às diferenças e no âmbito público. Em uma das entrevistas, a entrevistada observa que entrou para o movimento e desde então possui grande "amor" pelo mesmo, porque o mesmo oferece uma "estrutura" relacionada à política. O entendimento não se relaciona a ideia de uma política de partido, mas a um entendimento político, enquanto conceito e ação:

"O movimento, eu entrei mesmo pro movimento, amo o movimento, vejo que o movimento ele dá totalmente uma estrutura... Politicamente, a gente... Eu não falo politicamente de partido, é... Falo, politicamente, de entendimento! O que ontem eu não sabia, hoje eu sei, hoje eu vejo... Se você pegar - oh, (...), o que é mutirão com autogestão? - Nossa, mutirão com autogestão pra mim é minha história! Minha história de vida, não só minha, mas como de todas as famílias que estão aqui no City. (...) O que a gente aprendeu no mutirão nós nunca vamos esquecer!". Angélica (moradora do mutirão City Jaraguá)

"É isso aí. Então eu defendo que o movimento cada vez mais tem que ficar longe da política, longe do aparelhamento político, não dá política. A política esta em nossa essência. (...) Mas tem que se aperfeiçoar e se organizar para poder ter uma vida autônoma. (...). Então o que eu tenho falado, o movimento teria que se organizar para ser um espaço de

organização popular. Quem quer uma casa construída dessa maneira, com outros métodos, que não queira entrar na fila da CAIXA, ele vai procurar, entendeu? Então, é o cara que vai com uma visão ideológica. Ele acredita naquele processo, ele quer aquela luta, ele quer uma cooperativa, ele quer... Sabe? É um outro mundo, uma outra... E aí ele vai encontrar pessoas iguais a ele e fazendo um trabalho de qualidade.” (militante do Butantã)

“Que me impressionou muito nessa capacidade do movimento de envolver esses setores que são marginalizados e trazer esses setores não pra... Eles não são vítimas só do processo, eles tem que ser agentes do processo... E aí, vários tipos de atores, né? Desde o sem teto, até o cara desempregado da Volks, que estava na rua, e até o cara que é menino de rua. Isso era muito doído. Tinha atividade cultural direto também... Eles vinham... O povo da faculdade vinha, o povo do grêmio vinha... Então, aquilo virou um... Aquilo acabou virando... Como era uma região que estava sem luta há muito tempo, mas que historicamente é uma região de luta, aquilo acabou virando um pólo atrativo assim, um imã. Então, todo mundo que tinha sido do movimento um dia, apareceu. Nego que já tinha desistido há muito tempo voltou, quem estava isolado lá no seu movimentinho com a sua demanda também apareceu... Aquilo virou um pólo político!” Zequinha (militante do movimento de moradia da Zona Oeste)

Aponta-se para uma ideia de identidade, que se confronta não apenas com o posicionamento de confronto com o Estado, como já apontado, mas na diferença da prática construída quando confrontada com o observado em outros movimentos sociais, que são entendidos enquanto imobiliárias, porque cadastram famílias para o governo e não se preocupam com o destino das mesmas, ou seja, se estas pessoas terão sucesso na nova moradia, se irão adquiri-las ou, em adquirindo, vendê-las, ou são entendidos como “agências bancárias”, preocupados apenas em receber dinheiro dos participantes. No âmbito da relação do movimento com o indivíduo, o processo agrava-se porque tais movimentos de moradia e o Governo não estão próximos da família e as mesmas acabam, por euforia, entendendo que a conquista da moradia significaria recursos com a venda posterior, um aspecto relacionado à falta de esclarecimento dos movimentos envolvidos na prática destes programas:

“(P.) O que é um movimento que se transformou em imobiliária? (R.) É aquele que aceita o que o governo oferece. Vai, lá, cadastra a família, passa a família e deixa o barco correr. Se a família vai se dar bem ou não vai se dar bem, se ela vai ter que vender, se ela vai sair, se ela não vai conseguir pagar, é problema dela”.

“Porque... Porque os movimentos não estão junto... Senão o Governo vai lá pega e tal. Na hora da euforia, ele não está pensando eu vou pegar a minha casa, eu vou pegar depois eu vendo... Dinheirinho no meu bolso... Ai o grande papel dos movimentos, os movimentos organizados”. Entrevistado solicitou anonimato.

Um dos debates que contextualiza a discussão dos movimentos sociais, tanto na academia como interno aos movimentos sociais, articula-se às próprias práticas de relação com o Estado, que estabeleceriam um posicionamento com maior institucionalização ou autonomização. Implica também que o conceito roda em torno da

idéia do papel do Estado. Como uma das concepções do debate inicia-se a discussão com o posicionamento de um dos entrevistados para que o processo de autonomização sempre foi relativo desde há formação do movimento social, porque foram construídos sob uma base anterior, já existente na própria constituição dos movimentos sociais. Ademais, conforme Chauí (1988) representam a constituição de novas bases dada a própria crise de três matrizes discursivas: a sindical, a marxista e a católica.

É importante frisar o que é, talvez, a premissa central que define o movimento de moradia – a luta faz a lei – e perpassa as práticas do movimento de moradia desde sua constituição:

“(...) e aí a gente começou a juntar o bairro do bairro do bairro, e criamos um movimento de loteamentos que se somou com um outro que já existia na Zona Sul, semelhante. Aí foi ficando forte. Nesse momento, dos loteamentos clandestinos é que fez que surgissem no Brasil leis que vieram a regular os loteamentos. Havia, na época, só um decreto que era de 1937, o decreto de lei 58. Então, a partir de 79, é que surge a lei 3.766 (6766), sobre o uso do solo, que começa a tratar do tema. E durante esse processo de leis municipais começaram (...) Então, esse é um exemplo muito claro de que a luta popular faz a lei.” Ramon (militante da região da Zona Sul

O aspecto encontra consonância com o conceito de ação de Arendt expandindo também a própria ideia de necessidade que funda o movimento e traz implicações nos demais aspectos de sua organicidade: as condições de hierarquia, a autoridade, a expansão do “mundo comum” com as conquistas, o embate dentro do domínio político.

O mesmo momento que a academia vê como a redefinição dos palcos e arenas políticos, através da institucionalização dos processos de representação participativa e emblemático na conquista da democracia através da Constituinte de 1988 e dos movimentos pelas Eleições Diretas, é também aquele em que o movimento de moradia continua a luta por moradia e se redefinem. Para as famílias que entraram no movimento social da década de 80, os discursos enfatizam que tal inserção relaciona-se a três motivos principais: os laços familiares e de amizade já existentes, o próprio conhecimento pré-existente da existência dos movimentos sociais e a proximidade de um local onde ocorrem reuniões do movimento de moradia. Há uma visão geral sobre as práticas e processos que levam à conquista da moradia através da ação no movimento de moradia, antes da entrada nos mesmos. Há uma semelhança nas falas que passa também pelo tempo de luta por uma moradia – “já faz dez anos” – o que implica que a luta de moradia é árdua e nem imediata. Para outros, o processo pode se delongar, devido desistência de entrada ou continuidade de participação do movimento de moradia, ou porque o processo delonga-se por vezes até mais de 20 anos:

“Eu conheço o movimento desde os anos 80, mas eu nunca participei assim ativamente, porque eu não tinha muita necessidade, uma família de classe média tinha um poder aquisitivo até razoável, dava pra me manter. Aí em 83 meu irmão sofreu um acidente que levou tudo que a gente tinha (...). Nós tínhamos que morar de favor, na rua praticamente, vamos dizer, assim, a família toda quebrada. Meu pai de um lado, minha mãe de outro, meu irmão no hospital, aquela coisa toda. Ai em 94 uma amiga minha me falou do grupo sem terra, eu nasci na Zona Sul...Ai, fui pra ver como que era e vi que tinha lá famílias que eu já conhecia, depois fui a luta pra

conseguir a terra e teto. Hoje moro aqui no mutirão Jardim Celeste.”  
Etelvina (moradora do mutirão Jardim Celeste)

“(...) eu conheço o movimento através (...) de pessoas, colegas, que falavam pra mim, que antes como eu morava de aluguel, morava lá em Taipas então eu conhecia pessoas que participavam, pessoas que já tinham conseguido as suas casas. (...) eu conversei com uma amiga, que eu queria participar, que eu queria conseguir a minha. Aí ela me levou, fui lá na Zona Oeste. Só que hoje ela desistiu... Graças a Deus, ela comprou a casa dela. Aí eu fiquei e continuei. (...) Era uma casa alugada. É, assim... Eu não conhecia ao movimento mesmo. Vim conhecer aqui em São Paulo, porque como eu vim da Bahia pra cá, eu vim conhecer aqui. (...) Já vai pra dez anos.” Dona Cícera (militante da UMM)

A desistência relaciona-se ao cansaço e desmotivação, à inadequação dos programas existentes para algumas famílias, e a insistência (porque não) em uma ideia de moradia digna. Ao mesmo tempo, a ciência de uma região com maior possibilidade de viabilização de moradia, e pode estar vinculado também ao maior sucesso de determinado movimento social, o que significa também um trânsito de pessoas entre os movimentos de moradia, como externalizado nas falas:

“Eu comecei no movimento em 94, ali no Largo Santa Cecília que era outro movimento social, antes de eu entrar no MSTC eu já tinha participação em outros movimentos, acho que oito a dez anos e já fiz várias ocupações, por exemplo, na Rua do Carmo e fiquei um tempo, aí teve um projeto, na época da Erundina, que eu tava ali na Eduardo Prado, tava tudo encaminhado, já tinha a demanda pronta e tudo aí, de repente, foi na época de eleição, foi na época que o Maluf entrou que tava o Pitta, aí o Maluf ganhou aí o projeto lá que já tava todo sendo reformulado, aí o projeto míngou, acabou! (...). Aí eu fiquei desiludida de movimento nessa época, gente lutou bastante aí fiquei desiludida, aí fiquei um ano e pouco sem entrar na reunião, aí de repente as meninas estavam na reunião lá em Taipas, na reunião tava a Auxiliadora, a Telma, estavam as meninas a Ednalva “to indo lá em Taipas passa lá, mais fácil, lá tem bastante de CDHU”. (...) A gente vai começar a lutar por lá que sai, pra ver se sai, aqui no centro não tava mais saindo projeto nenhum. Aí comecei a ir lá tratar com as meninas, a gente ficou mais ou menos uns dois anos em Taipas quando saiu o processo naquele dia das ocupação que teve.”

“Aí, depois em 97, eu voltei novamente para o movimento e estava o Mario Covas nessa época que era o governador de São Paulo. (...) E Mário Covas não concordava com essa ideia de que as pessoas sozinhas não poderiam ter sua moradia própria, né! (...). E foi assim que ingressei novamente no movimento com garra, na luta de verdade (...).” Celina (militante do movimento Moradia da Zona Oeste)

Como externalizado acima, não são apenas os laços de solidariedade que definem a inserção no movimento de moradia, porque há também o interesse pelo formato das práticas do movimento de moradia que podem acabar redundando na conquista da moradia. Estas práticas trazem “curiosidade” e despertam um interesse por um conhecimento mais próximo das atividades do movimento. Outra possibilidade seria por processo mais convencional, como a compra de um terreno e a construção da

moradia no transcorrer dos anos, ou mesmo a urgência de incorporação no movimento por não ter mais onde morar. Ambas as possibilidades significam a luta por anos para a conquista de uma moradia provisória, ou a própria rua, e introduz a ideia de “sonho” da moradia própria. Para uma das entrevistadas, a situação de mãe, que cuidava sozinha dos filhos, define uma situação familiar em que os filhos mais velhos são obrigados a apoiar o provento da família, e obriga a mesma a trabalhar como “peão”, refletindo na impossibilidade do estudo, uma das causas diretas da dificuldade de acompanhar as aulas, o cansaço.

Outra aproximação relaciona-se ao constante (res)surgimento de um movimento de moradia, seja através da criação de uma iniciativa, por exemplo, através da Igreja católica, ou através da interlocução de outros movimentos sociais já existentes nos bairros com as práticas do movimento de moradia:

“(...) O meu ingresso no movimento foi em 1992, foi através da igreja católica, no São Domingos. Foi ali que eu comecei a minha caminhada através das irmãs, das freiras, do centro comunitário, que pertencia a Santíssima Trindade, que é a igreja do bairro do São Domingos, a matriz. E foi ali que a gente resolveu montar um movimento em prol das famílias que pagavam aluguel.” Dona Cida (militante do movimento moradia da Zona Oeste)

“(...) eu comecei a militar um pouco pela minha relação que tinha no bairro, porque não tinha muita coisa não, então na Favela onde eu morava, na Favela do Macuco, lá no ABC (...) Aí, o movimento Sem Teto, que ia construir uma ação, eu não conhecia... ia construir uma atividade na região do ABC... Sabia que a gente era de esquerda, não tinha muita coisa de esquerda no ABC naquele momento. E foi procurar a gente (...) pra começar a fazer um trabalho de base nos bairros sobre a questão da moradia, pra discutir e tal. (...) Nessa época, eu tava morando sozinho já. Eu tinha uns 17 anos, eu fugi de casa com 16 pra 17.” (militante da UMM)

Na visão dos entrevistados, a história do movimento começa com processos de luta e as vitórias conquistadas advêm da luta, mesmo alguns retrocessos acompanhados de um processo de luta, e garantiram a constituição de uma política pública. Ao mesmo tempo, os processos que ocorrem em São Paulo e as conquistas ocorridas na cidade servem de exemplo para outras regiões, permitindo que dê certo em outras regiões.

O que se pretende salientar nesse capítulo é que o histórico das lutas urbanas decorre do desenvolvimento político do país e de uma nova visão pelo direito de cidadania que confere aos movimentos sociais um papel diferente até aquele exercido até aquele momento: “Embora as ocupações de terra e os movimentos autogestionários (...) tenham perspectivas políticas e formas organizativas diferentes, ambos nasceram no bojo de um mesmo processo de debate no seio das organizações populares como alternativas as formas tradicionais de acesso à moradia até então existentes em São Paulo.” (BONDUKI, 1987, p.44)

As reivindicações no tema da moradia começam com uma discussão aparentemente simples, porém empírica e óbvia, relacionada ao próprio financiamento do BNH. O processo de provisão tradicional pagava uma empreiteira e a mesma produzia unidades habitacionais de baixa qualidade, implicando em uma clareza de que, com o mesmo recurso, os movimentos fariam algo melhor, tendo como consequência que os recursos direcionados à época para o Fundo Municipal de Habitação, eram mal



empregados e gerenciados. O tema agrava-se porque implicava no uso do recurso para a corrupção, clientelismo, além do próprio produto ruim.

“E começa basicamente com uma coisa muito simples. Bom, olha, o financiamento do BNH pagaram para tal empreiteira para fazer aquelas casa de merda, pagaram tanto, então com aquele dinheiro, claro que nós faríamos algo melhor. Era uma constatação meio empírica, meio óbvia, mas que começam para usar este tipo de raciocínio para dizer: Nós temos condições de produzir coisa melhor, mais barato, e o dinheiro que hoje é colocado na mão do Fundo Municipal de Habitação, é mal empregado, mal gerenciado. Serve para a corrupção, serve para o clientelismo, além de tudo isso. E o produto é muito ruim. Então é a famosa comparação das casas tanto do Paulo Nery na Vila Comunitária, como na mesma época o Janio entregou umas casinhas no São Nicolau, que era umas casinhas de pré-moldados, que quanto era mesmo a área delas? Acho que 18m<sup>2</sup>, e que o banheiro só separava...então o preço daquilo, acho que aquilo era algo tão absurdo, que as pessoas se indignara porque era claro que era possível fazer alguma coisa diferente, né.” Roberto (militante da UMM/SP)

Se o tema do mutirão é dominante em determinada época nas reuniões dos movimentos de moradia, ainda assim a história do movimento de moradia é construída dentro de um processo de luta e mesmo os retrocessos foram acompanhados de processo de luta e resistência. As práticas que ocorrem em São Paulo servem de exemplo para outras regiões e facilitam as próximas práticas. Ao mesmo tempo, as conquistas podem redundar em novas políticas habitacionais, aumentando o repertório e ação do movimento de moradia e também dos participantes.

“(...) a história do movimento, nós começamos lutando, chegamos em algumas vitórias lutando, demos alguns retrocessos lutando e pra conseguir chegar realmente a ter uma política pública dentro dessa loucura que é São Paulo. Eu acho que São Paulo vai servir de exemplo para o resto também se a coisa aqui deu certo. Em outro lugar vai dar certo também, mas nós vamos conseguir isso aqui lutando.” Dona Cida (militante e fundadora do movimento de moradia da Zona Oeste)

A forma de se organizar, que determina até atualmente a dialética do movimento de moradia, pode ser entendido como uma organização que se inicia com a formação dos “grupos de base” (muitas vezes com outros nomes afins, conforme cada movimento, como “grupos de origem”). Ao mesmo tempo, a forma de organização implica também as críticas à modalidade das práticas, direcionadas para um maior enrijecimento, ou não, da função de liderança e das próprias condições de participação dentro do movimento de moradia. Dentre várias, enunciam-se três destas, 1. da UNMP e do MSTC; 2. MNLM, e do 3. MTST:

**UNMP-UMM e MSTC:** “E ai os grupos começam a se organizar com a mesma dinâmica do pessoal de base, ou seja, grupos pequenos, que se reúnam nos bairros, reuniões periódicas, 15 em 15 dias, às vezes semanais. E a partir desse pequeno grupo, tirar representantes formar as coordenações, e nós temos um vestígio também de se organizar a nossa esquerda tradicional. Você não tinha mais aquela história do Comitê Central, de que derivava as pérolas, mas ao contrário, você tem um processo de organização de base, que ia formando e ia construindo esta organização. Então, isso foi acontecendo em várias regiões, e aí cada uma foi criando a sua cara, a sua especificidade.” Isso continua desse jeito. Inclusive no centro, estes grupos de origem que

o pessoal chama, continua justamente a mesma coisa. Eu acho que é uma dinâmica de funcionamento que se faz sem funcionários. O que eu acho é assim, ela não dá conta de responder a toda a demanda, você tem um encontro estadual, chegam muitos municípios e dizem: olha, você não quer ajudar a gente? E a gente não tem uma dinâmica para exportação e nem queremos ter isso, já pensamos que cada um tem que fazer o seu caminho e tudo, a partir de que as condições para fazer isso são muito complicadas. "Então, como a gente estava falando, em São Paulo você teve vários fatores que deram uma combinada, uma conjunção de astros, sei lá, que deu no que deu." (Sidnei, liderança da UMMSP)

**MTST:** "Então você tem coletivo de coordenação que é esse conjunto de coordenadores que fazem parte de uma ocupação. Tem coletivos regionais, que são coletivos construídos por coordenações de ocupação mais coordenação de núcleos, em favela... Que é em um determinado número de cidades... Então, no ABC, você tem um coletivo regional. Então, tem gente da ocupação, tem gente da favela. E aí, você tem também um coletivo estadual, que é também um facilitador assim, para, por exemplo, fazer ações conjuntas, em cada região, para a gente programar ações. Então, mais ou menos desse jeito que funciona... Cada coletivo regional, cada ocupação faz seu coletivo de ação, de planejamento... Aí os coletivos regionais com base nisso definem um programa regional. E com base nisso, o coletivo estadual faz todo o programa estadual. Então você vai mantendo todas as instâncias de definição, mas tentando também manter uma unidade, porque isso fortalece muito o processo de luta nosso. E isso garante também que a gente tenha linhas gerais, entendeu? A forma de organizar uma ocupação é a mesma, então o movimento não é só uma bandeira, ele é um método de trabalho comum, ele é princípios comuns, é um debate comum."

**MNLM:** "Nós só temos uma unidade. (...) E ele atua por representação, ou seja, tem o Coletivo Estadual, que do Coletivo Estadual tira um representante nacional, que é um titular e um suplente, alguns Estados que o movimento atua. (...) Não tem sistema de filiado, ligado (...) Associado, adesão, não tem esse negócio. (...) Eu costumo dizer assim que a dificuldade do pessoal é entender. Por exemplo, chega no município "pá, vocês são nacional". Tá bom, mas nós somos Nacional no nome e na atuação, certo? Então ele é Movimento Nacional de Luta pela Moradia, mas ele atua na prática nacionalmente. Pra eu atuar na prática nacionalmente eu também tenho que posso atuar nesse município, é isso que você tem que entender (...) de acordo com o Estado assim, ele tem ou o Coletivo Estadual, se tiver muitos municípios pode ter o Coletivo Municipal ou Estadual. (...) E o coordenador nacional é eleito no encontro estadual, ou seja, conjunto e tem critérios, no mínimo tantos dias de encontro, pra ser considerado Encontro Estadual tem que ter no mínimo tantas pessoas durante aqueles dias. (...) E é aquele coletivo quem delega quem é o coordenador. (...) é um por Estado, onde o movimento existe." Antonio José (Coordenador Nacional MNLM)

Os grupos de base (ou grupos de origem) são uma junção de pessoas de diversos lugares, geralmente próximos entre si, organizados por alguma liderança que vai se conformando entre o grupo reunido ou através de outras lideranças formadas em outros grupos de base, por sua vez reunidos com objetivos comuns, relativos ao tema da moradia. Muitas vezes os grupos de base acabam se conformando como associações, formais e registradas, ou informais. O que se entende atualmente como movimento de moradia, de forma simplista, pode ser visto como a junção de várias associações e/ou grupos de base.

Esta organicidade, entre os diversos grupos de base que o movimento de moradia aglutina, conformado com suas lideranças, define os conflitos, as relações e os caminhos

que o movimento de moradia acaba seguindo. Determina o "movimento" do movimento, e a busca da superação da ausência de direitos nos temas afeitos a autonomia, participação popular, crescimento político da base e de suas lideranças, etc. Não é simples a organicidade criada. A forma de viabilizar a (tentativa de) participação popular e permitir a (tentativa de) autonomia do coletivo conforma-se pela hierarquização de diversas assembléias e reuniões, com diferentes instâncias de decisão sobre os caminhos e soluções para o movimento de moradia. As assembléias são as instâncias privilegiadas de decisão sobre os caminhos e soluções para o movimento de moradia. As assembléias são as instâncias privilegiadas de decisão e interlocução com o poder público.

As principais lideranças destes grupos de base, por vezes, estabelecem relações com outros grupos de base e outras lideranças, com objetivos comuns e complementares, conformando-se como um movimento social. Para tal, muitas vezes, aglutinam as diversas associações de diversas regiões, formando o que entendemos hoje como um "movimento de moradia". O papel das lideranças conflitua-se através de dois aspectos: (1) a manutenção da igualdade e construção de um domínio político comum e (2) a perpetuação de uma hierarquia que garanta a institucionalização do movimento social. Dentre os dois pólos, o conceito de autoridade, que perde em muitas das ações cotidianas do movimento social o sentido original proposta por Arendt, assume-se como coerção, garantindo a manutenção da organicidade do movimento social, como externalizado na fala:

"Mas a gente tem uma comunidade, você sabe quanto tem as pessoas que você está convivendo hoje. Num sorteio você não sabe aonde você vai morar, não sabe quais são as pessoas que vão morar com você."

"(...) porque até o tipo de música acaba também deixando-nos meio condicionado, tem o grupo do pessoal que gosta de pagode, tem o grupo do forró, tem o pessoal que não gosta nem de pagode nem de forró. Então eu acho como é uma cidade extremamente cultural, ela não pode também se fechar, mas tem também eu acho de viver neste ambiente que eu acho que algumas coisas elas criam também identidade. Então, o cara que pega e tem uma camiseta do movimento, ele se sente parte de uma coisa. E eu acho que numa dinâmica de uma cidade que ninguém é ninguém, que ninguém conhece ninguém e sendo assim é ninguém, fazer parte de alguma coisa é fundamental para você não pirar. Para vocês repensar, todo mundo que participa do movimento tem algum nível de informação, que passe em frente a um mutirão, que passe em frente a uma ocupação, ou mesmo uma passeata na rua, já pensa, opa, será que é nossa? E o nosso que é legal, apesar que esta coisa tem haver com a gente dá um sentido de identidade muito importante. Então, valorizar este processo, tem até nos interiores de você formar novas lideranças. A outra coisa é a informação, tudo. E a outra coisa é a questão da cultura, da cultura democrática, que não tem como você fazer, uma sociedade diferente, usando os mesmos métodos que você usa.... Então, ninguém vai criar nada, sendo autoritário, não adianta você reivindicar transparência do poder público se eu não tenho transferência na minha gestão dentro do movimento, não adianta eu reivindicar que as coisas tenham que ser realizadas coletivamente, que tem que ser concordadas, se eu não consulto para decidir, não adianta eu falar de cultura solidária, que você tem que pensar numa sociedade que seja franca para todo mundo." (liderança do movimento de moradia da Zona Oeste UMMSP)

Atualmente, a junção de vários movimentos de moradia, formados em diversas regiões, determina a criação do que hoje entendemos como os grandes movimentos sociais de moradia. Um destes é a UMM (União dos Movimentos de Moradia), no caso do Estado de São Paulo. No caso da região central, existem 3 grandes movimentos vinculados à UMM: a ULC (Unificação das Lutas em Cortiços), o MMC (Movimento de Moradia no Centro), e o MSTC (Movimento dos Sem Teto da Cidade). Todos os movimentos estão nacionalmente divididos em 3: UNMP (União Nacional por Moradia Popular), MNLM (Movimento Nacional por Moradia Popular) e a CONAM (Conselho Nacional das Associações de Moradores). Além destas, há articulações com a Central de Movimentos de Moradia.

A articulação para a negociação como Governo do Estado relaciona-se também com a formação dos movimentos hoje conhecidos como nacionais e detalha-se o tema no caso da UMM-UNMP:

"(...) em 80 formamos a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (...). Por que quando a gente ocupou vinte e sete áreas na gestão do Quércio... Quando ia a Norte negociar o Governo falava uma coisa, quando ia o outro movimento falava outra. E o centro não existia nada! Então nós decidimos, todos os movimentos.... Fazer a União, porque... Quando nós íamos conversar com o Governo, nós dizíamos o seguinte: - eu não estou aqui em nome da Zona Oeste, mas sim em nome das vinte e sete áreas que foram ocupadas! E por incrível que parece o Quércio desapropriou as vinte e sete áreas." Donizete Fernandes (liderança da UNMP-SP)

Detalhe-se a formação de dois movimentos que compõem a UMM-UNMP e que representam, talvez, os maiores movimentos, em números de participantes: a Oeste e a Leste 1. Ambas possuem origem em movimentos similares, relacionados às ocupações que foram organizadas em duas regiões da cidade de São Paulo. Na visão dos entrevistados, os Movimentos do Sem Terra surgiu da ideia de "juntar as lutas", uma vez que não existia nenhum programa em qualquer instância federativa de Governo. Uma implicação da ausência de programas era a obrigatoriedade de ocupar terras. O momento de surgimento do movimento foi acompanhado de uma reflexão de que as favelas, em princípio, são autônomas, e não precisariam de um movimento para serem produzidas, significando também que o movimento estava no caminho errado, fora do seu objetivo. Se o movimento possuía grande eficiência para ocupar áreas, fazer a luta e enfrentar a política, o cotidiano da ocupação constituída implicava em outras necessidades, como água e luz, que direcionava a ocupação para a conquista das melhorias com o poder constituído no Governo, por exemplo, através de práticas clientelista de procurar algum vereador ou deputado ligado ao Governo. A prática do movimento procurava realizar a luta direta, através de passeatas, mas o grupo da ocupação muitas vezes resistir a acompanhar. Como consequência, muitas das ocupações foram vitoriosas, enquanto outros encaminharam para um processo de cooptação de base. A reflexão sobre este processo trouxe a ideia de encaminhar para uns processos mais definitivos. Ao mesmo tempo, o posicionamento e regionalização dos movimentos, desde o surgimento, direcionam a formalidade das práticas realizadas em cada um dos movimentos, que era estabelecida através da regionalização das ações, ou seja, cada movimento tutelava práticas similares em determinada região.

"Até que nós começamos a perceber e começamos a fazer uma luta. Dessa ideia de juntar que nasceu a ideia do Movimento dos Sem Terra. Aí, como não havia um Programa do Governo, nem do Estado, do município, nada, era o Sarney com essa política, o Quércio, em São Paulo, não tinha programa nenhum, Janio Quadros na prefeitura. Então não tinha alternativa senão ocupar a terra. Então quando o Padre Chicão

começou a fazer as ocupações no barracão da Zona Leste e eu comecei a fazer aqui pela Zona de Pirituba, Perus, e outros foram fazendo. (...) Já escolhia uma área e o pessoal já vinha com foice, martelo... Mas também... Mas que não nos agradava, porque o cara que morava em dois por dois, no dia da invasão ele queria marcar um lote de dois mil metros. E aí, na ocupação, como nós chamamos, iam para lá pessoas que não tinham nenhum compromisso... (...) E nós passamos administradores de um lugar desses com quinhentas, seiscentas pessoas morando precariamente. E a gente percebeu que, às vezes, a gente estava construindo nós mesmos as favelas. (...) E pior é que a gente era ótimo para ocupar, fazer a luta, enfrentar a polícia. Depois que o assentamento já estava regular e tal, aí começa a surgir a necessidade de água, luz. Aí falava: "Não mas é o Maluf". Então tem que procurar alguém do Maluf." (...) Então essas ocupações... Muitas foram vitoriosas, mas muitas delas desandou para isso aí. (...) E a gente, então, achou que era esse o caminho (...)" Elenízia Simões (militante fundadora do Movimento de Moradia da Zona Oeste)

"Um, dois, três anos atrás, acho, no jornalzinho da Leste 1 a gente escreveu um artigo, "para onde vai a Leste 1?"", foi a maior gozação, não nós estamos sem rumo, como vai ser... porque é o seguinte, nossa região termina lá num pedacinho da Leste (...) e que portanto as zonas mais periféricas não estão na Zona Leste 1, e a gente fez aquela opção, porque estar ali tinham terrenos do Governo do Estado, da Prefeitura, dentro da região, tradicionais, e que a gente tinha que pular para mais da periferia, fazendo este mesmo movimento que a dimensão urbana faz, este mesmo movimento que as política urbana de moradia faz (...) Nós ficamos encima do muro, vou ser bem sincera, parte do movimento partiu para a periferia, porque era a oportunidade de conquistas concretas na época (...) Mas tivemos um movimento, que foi a ocupação lá na Mooca, na região da Mooca, de falar, tem espaço na própria região sim, de uma região que hoje para muita gente é uma região totalmente consolidada, totalmente urbanizada, que tem um restinho de área rural, lá pro fundo e um restinho de área não rural que dá pra fazer alguma coisa, enfim. Aí todo mundo desesperado, o que fazer, o que não fazer, eu falei: gente, ótimo, porque agora, querendo ou não querendo a gente vai ser obrigada a pensar numa nova estratégia de habitação em nossa região. E isso mais ou menos aconteceu, em diferentes graus, em diferentes momentos, e toda a Zona Leste pensando isso, a Zona Oeste faz tempo, porque a Serra do Mar bate lá na cabeça deles, a Sudeste também, porque bate lá na água que vem da represa. Acabou que hoje tem uma dinâmica dos movimentos, inclusive os de periferia, de discutir o próprio conceito de habitação." (militante do movimento de moradia da Leste 1)

O contato entre os movimentos foi deixando mais claro para as lideranças políticas o que cada grupo pensava. Esta aproximação implicou também nas divisões, culminando que, em 1988, quando se tentou criar um único grande movimento nacional. Tal articulação nacional não conseguiu viabilizar-se, porque houve um "racha" no meio do processo. Este racha forma as duas entidades nacionais que existem hoje, à exceção da CONAM, que já existia a época.

Na época as pessoas envolvidas na montagem da UNMP e MNLN possuíam objetivos comuns, agregadas em uma primeira ideia de propor demandas ao Estado, o



que unificou os grupos até então agregados em ações para solicitar essa demanda. Um exemplo era a premissa de que não era suficiente a existência de algum Estatuto ou mecanismo para a solução dos problemas, porém o acesso aos instrumentos (planos e programas) para que se consiga resolver os problemas de legislação. O processo de unificação redundou numa grande Caravana a Brasília, com 3 mil pessoas de todo o país, processo que trouxe grande repercussão e susto à época, uma vez que se fala do momento de redemocratização do país, resquícios do regime militar.

Tal composição construída na Caravana originou a UNMP – União Nacional por Moradia Popular. Já no ano seguinte, acabou havendo um “racha” no grupo, que não é detalhado pelas partes. Para os movimentos que se desvincularam da UNMP o processo foi acompanhado de apreensão, com boa parte do grupo não concordando em princípio da desvinculação, por medo de perder o apoio da Igreja, medo que levou inclusive, num primeiro momento, o alinhamento à UNMP. Tal divisão acaba por criar o MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia.

## Linha do Tempo: política habitacional, autogestão e movimento popular

	1960		1970		1980		1990		2000					
	64	67	73	79	85	89	92	95	03	08				
	Ditadura Militar						Democracia							
Presidentes	Castello Branco	C. e S.	Médice	Geisel	Figueiredo	Sarnay	Collor	Itamar	FHC 1	FHC 2	Luiz 1	Luiz 2		
Contexto Econômico	Crise econômica, alta inflação, dívida externa		Milagre Econômico (média do PIB 10%aa), concentração de renda		Recessão econômica, superinflação, altas taxas de desemprego: diversos pacotes econômicos			Implantação do Plano Real e instabilidade econômica		Real e estabilidade econômica				
Índice GINI	0,497		0,565		0,592		0,660		0,620		0,600			
Política Habitacional na esfera federal	Financiamento centralizado BNH, criação FGTS e SBPE. Financiamento à produção (COHAB, COOP, Iniciativa Privada). Anos 70: Programas Alternativos (PROFILURB, PROMORAR, João de Barro). E extinção do BNH (jul/1985)				CRISE SFH, PAIH, Prog. PROHAP Nacional de Mutirões (SOGU)		Rombo do SFH		(SFGTS) Financiamento à pessoa física: Cartas de Crédito, PAR, PSH e financiamento para urbanização e saneamento.		Revisão dos Programas (destinação de subsídios), Criação do PCS (2004), SNHIS/FNHIS e PAC			
	Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sistema Financeiro da Habitação (SFH)				Fragil estrutura institucional		SEPURB e SEDU/PR		Ministério das Cidades		Programa Crédito Solidário			
Autogestão na esfera federal					Projetos Pilotos (SFGTS) PROHAP- Comunidade e PAIH		PL de iniciativa popular do FNMP entregue ao Congresso em nov/1991, seguida por longa tramitação.		Lei 11.124 de Lei 11.578 de 2005 (FNHIS e SNHIS)		(PSM)			
Autogestão na esfera local					1ªs experiências de mutirão autogerido ( em São Paulo)		Programa FUNAPS- Comunitário		Experiências de produção habitação autogerida pelo país					
Movimento Popular *	Repressão: "questão social é caso de polícia"			Início da abertura à participação			Baixa interlocução com Estado		Canais Institucionais de participação					
	"Considerávamos uma vitória quando conseguimos não ser despejados ao ocupar uma terra, que acabava virando uma favelinha."		"Começamos a lutar pela idéia do mutirão, onde se dividia o lote para cada família (...) o poder público entregava o material e cada família construía dois comodos de alvenaria."		"Mil lotes em cada região de SP"		"A gente foi percebendo que a idéia do mutirão não era suficiente. Era importante a idéia da autogestão."		"O movimento entendeu que não pode só reivindicar: ele tem que fazer propostas concretas, viáveis inclusive, para o poder público."		"Essas experiências anteriores serviram muito ao movimento para colocarmos a questão habitacional em nível nacional."		"Penso que vai chegar um momento em que nós vamos dizer: nós vamos lutar por essa idéia da propriedade coletiva."	

\* citações extraídas de entrevistas em SILVA (1994)

"E infelizmente aquela articulação nacional não continuou, no meio do processo deu um racha. Que hoje forma as duas entidades nacionais que hoje existe, fora a CONAM, que já existia...que é o Movimento Nacional de Luta por Moradia e a União Nacional por Moradia Popular. Mas que o racha, por mais que teve brigas, lutas políticas, coisa e tal, o racha ele se deu basicamente por diferenças de concepção, e isso foi legal. Por que? Não vou falar tudo, não é a questão. Porque a União conseguiu elaborar, nem a união nacional na época, ela era um grupo de pessoas que se juntavam com algumas idéias, era isso, era primeiro você não podia ter uma demanda em relação ao Estado, você tinha que ter propostas de como fazer isso." Roberto (liderança UMM-SP)



“E nesse mesmo tempo foi ficando mais claro as lideranças políticas do que pensava, né? Aí tinha a linha do reivindicativo, propositivo e estratégico e tinha os defensores reivindicativos por tática. Aí foi quando começaram também as divisões, 88 nós sonhamos em criar um único movimento de forma nacional, e tal, na primeira Caravana a Brasília, com mais de 3 mil pessoas do país inteiro, pela primeira vez com tanta gente foi um susto danado pra todo mundo, enfim, criamos a idéia do único movimento, aonde os movimentos de favela, não sei o que, não sei o que... Que essa composição findou, sendo a União Nacional por Moradia Popular. Só que, em 89, também já houve um racha, enfim, mas foi aí que surgiram essas coisas, então acho que tudo isso foi avanço, né? Foi ficando mais claro quem é quem, o que cada um queria, qual era, né? (...) Entre os propósitos e as vaidades como é que estava colocado, nós tínhamos uma grande liderança que nem, o .....que a gente viu, esse era um defensor muito grande da tática, né? (...) a gente não concordava e muita gente com medo de ficar sem o apoio da igreja achou melhor se aliar a própria União (...) hoje é União (UNMP) de um modo geral, né? No Brasil (...). Mas, foi também um ponto positivo nesse sentido.” Roberto (liderança da UMM-SP).

No processo de luta de retomada dos mutirões após o fim do Governo Erundina, o conjunto de associações, algumas até num momento dentro da UMM, aglutinam-se formando o que conhecemos como Fórum de Mutirões. O fórum de mutirões desvincula-se da UMM devido à percepção de que a postura geral do movimento não contribuiria para a especificidade das associações, neste momento “órfãos” e sem perspectivas da retomada dos mutirões paralisados. Este movimento, como o estrangulamento nos últimos anos do tema de mutirões, passa cada vez mais a possuir uma atuação mais ampla, voltada para as práticas gerais do movimento social de moradia.

Ao mesmo tempo, a agregação da UMM-UNMP com movimentos de outras temáticas, como transporte, gênero, educação, cultura e saúde, etc., leva a formação da CMP (Central de Movimentos Populares), para o tema da moradia, pode-se dizer que o colegiado que compõe a CMP é construído basicamente por lideranças militantes da UNMP.

“Porque a CMP (...) vem da ANANPOS, depois da PRÓ-CENTRAL e quando vira CMP, ela já tinha representatividade no país inteiro e nas diversas frentes... E aí .... pra modificar essa visão que tinham da União e da Autogestão... Quando a gente foi para a Central a gente conseguiu ir estado por estado, fazendo trabalho com as lideranças, mostrando a proposta de autogestão, mostrando o que a gente tinha feito, mostrando o que a gente tinha conseguido e mostrando, justamente pelo contrário, que fazer autogestão não fazia ficar mais pelego, e sim dava mais força pra gente fazer outras lutas... E mesmo na época mais duras a gente conseguiu fazer atos fortes...” Roberto (dirigente da CMP à época).

Entretanto, para avançar nessa ampla representação nacional era preciso, segundo Evaniza Rodrigues, que os novos integrantes dos demais estados estivessem convencidos pelo o que se lutava, já que o conceito da autogestão era totalmente novo e abstrato. Seria então fundamental a partir de então, buscar formas de materializar a ideia de que tanto defendiam. Assim, em 2001 foi organizada nacionalmente uma caravana ao

Uruguaí para mostrar de perto a legítima experiência cooperativa na produção habitacional por ajuda mútua.

“E nessa história a gente fortalece a proposta... Mas ainda faltava o que? Faltava para esses estados (aos movimentos de representação estadual) que estavam chegando à oportunidade, de ter uma experiência dessas.”  
(Evaniza Rodrigues)



Figura 13: Vistas do mutirão Colinas da Oeste – Crédito Solidário



Figura 14: Vistas do mutirão Colinas da Oeste – Crédito Solidário



Figura 15: Reunião barracão do mutirão Colinas da Oeste



Figura 16: Horário de almoço no mutirão City Jaraguá

## Capítulo 4. Os produtos e sua inserção na cidade legal

Terra Prometida - Vinícius de Moraes / Toquinho

Poder dormir  
 Poder morar  
 Poder sair  
 Poder chegar  
 Poder viver  
 Bem devagar  
 E depois de partir poder voltar  
 E dizer: este aqui é o meu lugar  
 E poder assistir ao entardecer  
 E saber que vai ver o sol raiar  
 E ter amor e dar amor  
 E receber amor até não poder mais  
 E sem querer nenhum poder  
 Poder viver feliz pra se morrer em paz

### 4.1. Acesso ao solo informal urbanizado: regularização

O presente capítulo apresenta o estudo de dois casos que expressam temas da maior relevância na política de habitação: a provisão de unidades de modo autogestionário, sob a forma de mutirão e o tema da regularidade urbanística e ambiental num contexto de fraca correlação entre as exigências legais e a realidade da maior parte da cidade.

A primeira parte do texto aborda a questão da legalidade, ilegalidade e direitos no acesso ao solo urbano, enquanto a segunda parte apresenta dois casos paradigmáticos desse conjunto de condições.

“Uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando a grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução. Quando os melhoramentos mecânicos deixam massas de operários sem trabalho; quando violentas e cíclicas crises industriais determinam... a existência de um grande exército de reserva de desempregados e... atiram periodicamente à rua volumosa massa de trabalhadores; quando os proletários se amontoam nas grandes cidades, e isso se dá num ritmo mais rápido que a construção de habitações..., e se encontram sempre inquilinos para mais infectadas pocilgas; quando... o proprietário de uma casa na sua qualidade de capitalista tem não só o direito, mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de exigir, sem escrúpulos, aluguéis elevados. Em semelhante sociedade, a crise de habitação não é um acaso, mas uma instituição necessária. Não pode ser eliminado com modificações em nível de Saúde Pública..., porém, sim, quando a ordem social que a originou for transformada pela raiz”<sup>1</sup> (O problema da Habitação, F. Engels)



Parece incrível, mas o texto acima foi escrito no século XVIII e é tão atual. A primeira vista parece como se alguém estivesse expondo sua indignação com as condições de vida de uma volumosa parcela da população de qualquer grande cidade, principalmente do chamado "Terceiro Mundo"

O processo de urbanização no Brasil, acelerado e caótico, atendeu aos interesses do sistema capitalista, num modelo de acumulação desigual, que exclui sistematicamente a maioria da população do acesso a bens, serviços e direitos. Assim, as cidades brasileiras se constituem em importantes mecanismos de reprodução e acumulação do capital. A forma como estão (des) organizadas e (des) ordenadas se converte em meio de acumulação de capital, transformando-se, simultaneamente, num mecanismo de "espoliação urbana", onde violência e precariedade estão intrinsecamente ligadas, prevalecendo às lógicas nefastas, produtoras da maior parte dos chamados problemas urbanos: quem está fora do mercado só tem acesso à moradia à margem da cidade! A nossa urbanização, em conseqüência, é caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a veloz expansão das suas margens.

As relações sócio-espaciais cumprem um papel determinante na configuração espacial urbana e envolvem as forças e relações de produção junto com uma condição relativamente autônoma dos autores em relação ao processo de dominação política. Esta interação, explica as características do desenvolvimento urbano. A realidade urbana não esta ligada unicamente aos consumos, ou ao setor terciário, ou aos canais de distribuição. "Intervém sobre elas a produção e as relações de produção" (Lefebvre).

Por isto o autor desenvolve um pensamento crítico de todas as separações derivadas da racionalidade industrial a que denomina uma "sócio-lógica" que era e ainda és, por um lado, a lógica da mercadoria do mundo da mercadoria, ausente como tal em lugar da mercadoria, porém não obstante presente em cada objeto comprado, vendido e consumido. Ou seja, na medida em que o valor de uso subordina-se ao valor de troca, e a mercadoria generaliza-se no urbano, a cidade e a realidade urbana tendem a ser destruída, pois a cidade não é vivida em sua totalidade, e sim fragmentariamente e através de crescentes constrangimentos aos seus habitantes.

Haja vista que em pleno terceiro milênio, o atual déficit habitacional urbano brasileiro é de mais de 8,6 milhões de moradias, refletindo na necessidade imediata de construção de novas unidades para repor o estoque degradado e precário de habitações e co-habitações e a necessidade de melhoria das condições de moradia quanto à infraestrutura e a titularização. O Brasil tem ainda o grave problema da concentração e da valorização de terras urbanas e rurais nas mãos de poucos, o que causa inúmeros conflitos fundiários que resultaram na morte de muitos posseiros. O elevado número de propriedades improdutivas e ociosas sem função social exige a implementação das reformas: agrária e urbana além da aplicabilidade dos instrumentos que estabelece diretrizes gerais da política urbana pela Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade.

Uma das principais características do processo de urbanização intensivo no Brasil tem sido a proliferação de processos informais de desenvolvimento urbano. Ao longo das décadas de crescimento urbano, mas, sobretudo, nas últimas três décadas, dezenas de

milhões de brasileiros não tem acesso ao solo urbano e à moradia senão através de processos e mecanismos informais – e ilegais. Favelas, loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais irregulares, cortiços, casas de frente e fundo, ocupações de áreas públicas sob pontes, viadutos, nas beiras de rios e em áreas de preservação ambiental – essas têm sido as principais formas de habitação produzidas diariamente nas cidades brasileiras, seja nas capitais e grandes cidades.

Ainda que diversas formas de ilegalidade urbana também sejam claramente associadas a grupos sociais mais privilegiados – como, por exemplo, o descumprimento sistemático das normas edilícias e a prática cada vez maior dos chamados “condomínios fechados”, vedando o acesso a todos ao sistema viário e às praias, que são legalmente bens de uso difuso -, a informalidade entre os grupos mais pobres precisa ser urgentemente enfrentada dadas as graves conseqüências socioeconômicas, urbanísticas e ambientais desse fenômeno. Deve-se ressaltar que, além de afetar diretamente moradores dos assentamentos informais, tais práticas e processos também têm diversos impactos negativos de todo o tipo sobre as cidades e sobre as comunidades urbanas.

A produção socioeconômica (e político-jurídica) da informalidade urbana resulta no padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento e gestão das áreas urbanas. Mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes, adequadas e acessíveis de acesso à terra urbana e à moradia para os pobres, assim provocando a ocupação irregular e inadequada do meio ambiente urbano.

A combinação entre a ausência de definição por leis e políticas públicas tem feito com que os lugares dos pobres nas cidades sejam tradicionalmente as áreas periféricas, ou mesmo as áreas centrais não dotadas de infraestrutura urbanística adequada, e, cada vez mais, áreas não adequadas à ocupação humana ou áreas de preservação ambiental. De fato, nos últimos anos, os loteamentos irregulares, ocupações informais e favelas tem se assentado justamente nas áreas ambientalmente mais frágeis, muitas delas protegidas por lei através de fortes restrições ao uso, pelo menos nominalmente – e conseqüentemente desprezadas pelo mercado mobiliário formal.

Ressalto que por todas essas razões, a ocupação informal se tornou a maior, senão a única, opção de moradia permitida aos pobres nas cidades, o que não é certamente uma boa opção – em termos urbanísticos, sociais e ambientais – e nem, ao contrário do que muitos pensam, uma opção barata já que o crescimento das práticas de informalidades e o adensamento das áreas já ocupadas têm gerado custos muito elevados de terrenos e aluguéis nessas áreas. Ou seja, os pobres no Brasil têm pagado um preço cada vez mais alto – em muitos sentidos – para viver em condições precárias, indignas e, com freqüência cada vez maior, inaceitáveis. Cidades produzidas informalmente são fragmentadas e como tal sua administração é muito cara, sendo que, além de complexos e demorados, os programas de regularização de assentamentos informais são necessariamente muito caros e de natureza essencialmente curativa.

Para compreender as causas desse deslocamento entre o que vem sendo debatido e proposto nos instrumentos jurídicos e a realidade observada em nossas

idades, precisamos entender a produção do espaço urbano dentro do contexto capitalista e o processo ideológico a que está submetida à produção desse espaço e do próprio direito, entendido como discurso ideológico.

## 4.2. O Poder da Ideologia no Direito

Ideologia "é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua época"<sup>65</sup>

Essa concepção de ideologia surge, principalmente, a partir das análises de Marx e Engels em *A Ideologia alemã*, no qual fazem uma crítica aos principais ideólogos alemães pós-hegelianos (Feuerbach, Stirner, Bauer). A crítica está baseada no fato de que cada um desses ideólogos, ao propor uma crítica à filosofia hegeliana, "tomou um aspecto da realidade humana, converteu esse aspecto numa ideia universal e passou a deduzir todo o real desse aspecto idealizado"<sup>66</sup>. O erro foi terem desconsiderado que a produção de ideias de uma determinada época está relacionada diretamente com as condições históricas e sociais nas quais são produzidas, e que essa correlação é essencial para a compreensão da força do processo ideológico (como as ideias são elaboradas, quais suas reais funções e como elas podem ser aceitas como verdades universais).

Para compreensão sobre o processo de produção das ideias (ideologia), e seu deslocamento da realidade, Marx parte da análise da divisão social do trabalho na história humana e, principalmente, na sociedade capitalista. A divisão social do trabalho, que na comunidade tribal era determinada por fatores naturais (força física/sexo), passa a ter uma característica predominantemente social a partir da divisão da cidade/campo e da separação em classes (comerciantes X produtores). Essa divisão acentua-se a partir da separação entre trabalho manual e intelectual. A exploração do trabalho manual – que exige emprego da força física – é reservada aos não proprietários (classes dominadas), enquanto o intelectual é privilégio exclusivo de parte da classe dominante.

Esse deslocamento entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, entre o processo produtivo e a elaboração das ideias, e a exclusividade dada a este último à classe dominante, permite que as ideias de uma determinada classe (a dominante) sejam tomadas como ideais válidas para todos (dominantes e dominados). As ideias elaboradas pelos ideólogos passam a ter caráter universal, personificando à 'consciência' de toda a sociedade.

Segundo Marx "os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de

---

<sup>65</sup> CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>66</sup> CHAUÍ, Marilena, ob. Cit., 1984.

produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portando a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação"<sup>67</sup>

Dessa forma, a ideologia permite que as ideias e o ponto de vista de uma determinada classe social – a dominante – sejam disseminados como sendo o ponto de vista de todas as classes e do conjunto da sociedade.

A ideologia tem uma função objetiva: ocultar a dominação, a divisão social do trabalho, as desigualdades sociais e políticas, enfim, permitir e ocultar o processo de dominação de uma classe sobre a outra, de tal forma que todas as classes sociais aceitem suas condições como naturais, justas, "impedindo" que sejam percebidas as incongruências entre as condições reais de vida e as ideias produzidas.

Para atingir esse objetivo, alguns mecanismos são utilizados. A ideologia opera através da inversão de causas e efeitos. Um exemplo a ser dado é a figura e a ideia da mulher em sociedade, como ser frágil, feita para o lar e a maternidade, destinada por natureza a vida doméstica e para cuidar do marido e da família. O "ser feminino" (natural) é colocado como causa da "função social feminina". Essa ideia, na verdade, nasce da divisão social do trabalho e familiar que atribuiu o lugar social feminino em oposição ao masculino – de dominação e poder – e que atribuiu à mulher um lugar subordinado, de "provedora de braços para a força de trabalho", portanto necessária para a reprodução da mesma. A idéia (ideologia) do "ser feminino", frágil e destinado ao cuidado da família, é um efeito da função social feminina e não sua causa.

Outro mecanismo é o do imaginário social – através da criação de um sistema teórico (representações da realidade), e de normas de comportamento. Dessa forma, a ideologia fornece a toda à sociedade um modelo de entendimento da realidade, um modo de pensar, agir e ser que oculte as contradições entre realidade e ideias, eliminando dúvidas e questionamentos.

Por fim, o uso do silêncio é um dos procedimentos mais utilizados pela ideologia. Nos exemplos do imaginário social citados acima há uma lacuna: de onde surgem essas normas? Porque esses "valores sociais" são exaltados ou criticados? Essas lacunas, criação de vazios, são necessárias para ocultar a falta de coerência existente no discurso ideológico.

O processo ideológico é, portanto, essencial para que a dominação possa ser exercida – não como algo imposto pelo uso da força – mas como algo natural, justo.

No entanto, para entender o poder da ideologia é necessário lembrar que ela não é um processo premeditado. "Não se trata de supor que os dominantes se reúnam e decidam fazer uma ideologia, pois esta seria, então, uma pura maquinação diabólica dos poderosos. E, se assim fosse, seria muito fácil acabar com a ideologia. O que ocorre, porém, é o seguinte processo: as diferentes classes sociais representam para si mesmas

---

<sup>67</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

o seu modo de existência tal como é vivido diretamente por elas... ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua ideia a respeito de si mesma), representa sua relação com a natureza, com os demais homens, com o Estado, etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar".<sup>68</sup>

O Estado, como entidade representativa não de toda a sociedade, mas sim da classe dominante, como a "forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns"<sup>69</sup>, tem papel importante no processo ideológico.

O Estado moderno nasce da tentativa de resolver os conflitos entre os interesses particulares (individuais) e interesse social comum<sup>70</sup>. Na verdade, Marx fala que existe uma contradição entre o interesse particular e um suposto interesse coletivo, sendo o Estado uma "comunidade ilusória" (mas sempre sobre base real – divisão social do trabalho), que toma uma forma autônoma (independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige esse querer e esse agir), aparecendo como a realização do interesse geral e comum.

Como o Estado, no entanto, não é uma entidade separada da sociedade, e regula esse interesse de acordo com definições criadas por ele próprio, e como essa comunidade ilusória nada mais é do que a "expressão política da sociedade civil enquanto dividida em classes"<sup>71</sup>, os interesses defendidos por essa entidade geralmente são os interesses da própria classe dominante.

Segundo Marilena Chauí, "estes (sujeitos sociais) precisam dessa figura unificada e unificadora para conseguirem tolerar a existência das divisões sociais, escondendo que tais divisões permanecem através do Estado", e que a dominação política não seria possível se aparecesse como forma de defender os interesses particulares da classe dominante. Para possibilitar a dominação, e para dar a ela um caráter pessoal e anônimo, o Estado utiliza-se das Leis do Direito. "Graças às leis, o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém". Nesse sentido, o direito e a legislação também são uma forma ideológica de ocultar e legitimar a dominação. No processo ideológico de abstração da realidade, o Estado "substitui a realidade do direito pela ideia do Direito – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou ideias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos".

O Direito, no processo ideológico, tem a função de esconder a divisão social das classes, a contradição entre as condições sociais de vida e as ideias, fazendo com que todos os cidadãos apareçam iguais perante a Lei, sem perceberem que a não realização dessa igualdade se deve justamente pela divisão de classes, pela divisão social do trabalho, e que na prática alguns são mais cidadãos do que outros.

Podemos citar alguns exemplos dessa alusão na própria Constituição Brasileira de 1988.

<sup>68</sup> CHAUÍ, Marilena. Ob. Cit., 1984.

<sup>69</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. ob. cit

<sup>70</sup> "Os conflitos (entre proprietários) e a contradição (entre proprietários e não proprietários) aparecem para a consciência dos sujeitos sociais como se fossem conflitos entre o interesse particular e o interesse comum ou geral. Na realidade, porém, há antagonismos entre classes sociais particulares, pois onde houver propriedade privada não pode haver interesse social comum". CHAUÍ, Marilena. Ob.cit., 1984.

<sup>71</sup> CHAUÍ, Marilena. ob. cit., 1984



No artigo 5º, a Constituição diz que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Essa liberdade de escolha (fundamentada na ilusão de que o Direito é a representação pura da Vontade) não se concretiza, pois a divisão social do trabalho, e a necessidade da existência de trabalhadores explorados para a produção da mais-valia e reprodução do capital, não possibilitam que isso aconteça. Mesmo a questão da possibilidade de obtenção dessa qualificação profissional deve levar em conta as desigualdades sociais.

O artigo 6º coloca como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a assistência aos desamparados, entre outros direitos. Essa efetivação de direitos, o Direito real em oposição à ideia de Direito, também não é vista nas nossas cidades.

De acordo com Marilena Chauí, “a ideologia afirma que todos somos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. No entanto, sabemos que isso não ocorre de fato. A maioria, porém, acredita que o fato de ser eleitor, pagar as dívidas e contribuir com os impostos já nos faz cidadãos, sem considerar que as condições concretas fazem alguns serem mais cidadão do que outros”<sup>72</sup>.

O Direito Urbanístico e o Planejamento Urbano também se apresentam como uma forma ideológica de dominação.

Em seu artigo: Uma contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil, Flávio Villaça faz uma análise histórica da utilização ideológica dos Planos Diretores no urbanismo brasileiro como forma de propiciar valorização imobiliária, preservar o lugar das classes dominantes no espaço urbano e, principalmente, ocultar as verdadeiras origens dos problemas sociais que se manifestam na produção desse espaço. Para a análise, Villaça faz uma divisão em três períodos: de 1875 até 1930, de 1930 até a década de 90, e a partir da década de 90. As duas primeiras fases, aqui, serão utilizadas para demonstrar como o planejamento urbano e suas leis servem a um discurso ideológico.

O primeiro corresponde aos planos de “Melhoramento e Embelezamento”. Esse período, segundo Villaça, já é marcado pela erradicação da população trabalhadora que residia na área central e pela mudança de função do centro atendendo aos interesses de especulação imobiliária. Os planos de obras vinculados ao “embelezamento urbano” eram nessa fase sempre apresentados de forma clara e executados. Para Villaça, “o período de 1875 – 1930 representaram a época na qual a classe dominante brasileira tinha uma proposta urbana, que era apresentada com antecedência e debatida abertamente. Suas condições de hegemonia eram tais que permitiam fazê-lo”<sup>73</sup>.

As ideias da classe dominante podiam ser divulgadas amplamente nos planos urbanísticos, como no slogan “O Rio civiliza-se” em um trecho utilizado pelo senador Francisco Belisário Soares de Sousa para defender um desses planos, utilizando-se o

<sup>72</sup> CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 13 edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.

<sup>73</sup> VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil, in DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

exemplo da cidade de Bruxelas: "um bairro inteiro de casebres feios, insalubres, ruins, foi todo comprado por uma poderosa companhia, arrasado, e no local construído um bairro elegante, bonito, confortável em todos os sentidos, realizando a companhia excelente negócio do ponto de vista financeiro. Uma cidade da Europa [...] não suportaria no seu centro uma Rua da Vala, do Senhor dos Passos, de São Jorge e [...] que sei eu mais"<sup>74</sup>. A ideologia dominante pode divulgar e implantar a ideia de que o colonial era o atraso e, de que esses melhoramentos trariam progresso.

O discurso começa a mudar a partir de 1930, substituindo-se a necessidade de "embelezamento" pela da "disposição harmônica da cidade". Isso ocorre por alguns motivos. As obras de infraestrutura necessárias para que a cidade pudesse se transformar de palco de consumo para das classes dominantes para o local de produção e reprodução do capital (para as mesmas classes dominantes), passam a ser prioridade em detrimento do "embelezamento". Além disso, o nascimento da classe operário no Rio de Janeiro e em São Paulo e o surgimento de uma consciência popular associada ao espaço urbano não permitem mais que aqueles interesses sejam expostos abertamente (sem correr o risco para chamar a atenção para a dominação), o que passa a acontecer de forma velada. A partir desse momento, "a classe operária é que condicionará os limites das opções da classe dominante a partir de 30"

Henri Lefebvre, em seu *Direito à Cidade*, fala de um urbanismo tecnocrático que "se pretende científico este cientificismo", que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o "fator humano". Um urbanismo apoiado na ideologia do primado da técnica.

"O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência. Ideologia que se desdobra. Uma vez que a sociedade não funciona de maneira satisfatória será que não haveria uma patologia do espaço"<sup>75</sup>

Através da ideologia da tecnocracia, esses planos se apoiavam em pesquisas sobre as condições de vida e de moradia da classe operária, sobre a tentativa de se conhecer os problemas urbanos fundamentada na ideia de falta de planejamento que haviam gerado as condições de vida precárias em nossas cidades. Mas não propunham soluções passíveis de serem executadas (nem essa era a intenção dos planos). A intenção era esconder a inércia do Estado sob a máscara do diagnóstico, do cientificismo e divulgar o planejamento urbano como uma forma de identificar os problemas crônicos da cidade e suas causas, problemas esses que já eram conhecidos, e que não necessitavam de diagnósticos, mas sim de soluções.

Além dos Planos Diretores podemos citar os antigos Códigos de Posturas Municipais, definindo padrões de uso e ocupação do solo, as leis de zoneamento, criadas não para regular a cidade como um todo, mas para proteger a "cidade classe dominante" e seus bairros residenciais, e as leis de parcelamento do solo como parte do mesmo

<sup>74</sup> Ver pág. 198 do artigo de Flávio Villaça, ob. cit.

<sup>75</sup> LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

discurso ideológico. O cerne dessas leis é a "ideologia da regulação em detrimento da moradia social"<sup>76</sup>

Ainda Segundo Villaça, "as políticas públicas reais nas esferas imobiliárias e fundiárias não passavam por planos diretores, mas vinham-se manifestando principalmente pelas políticas habitacionais e da legislação urbanística – especialmente a de loteamentos e zoneamentos; essa legislação é seguida nos bairros mais ricos de nossas cidades, mas no restante coloca a maioria na clandestinidade. Foi essa a ação concreta do Estado – que não aparece nos planos diretores – que produziu e continua produzindo e reproduzindo a cisão de nossas cidades (aquela já denunciada há décadas por Lima Barreto) em duas: de um lado, a legal, equipada, e moderna, de outro, a clandestina, miserável e atrasada".<sup>77</sup>

Esses foram alguns exemplos de como o Direito, a ideia, é utilizada como ideologia, e de como as leis urbanísticas – como formas de planejamento urbano estão atreladas a esse mesmo discurso. Tendo isso em mente, podemos entender melhor a forma da produção da precariedade das periferias de nossas cidades.

### 4.3.Marco legal da Regularização Fundiária

O atual quadro da situação fundiária no país tem raízes históricas em meados do século XIX (MARICATO, 1996) e apresenta efeitos negativos, ainda hoje, para a efetivação do direito a moradia digna pautada pela Política Nacional de Habitação<sup>78</sup>. Isso porque o acesso a terra urbanizada e regularizada tem se tornado cada vez mais restrito à pequena parcela de brasileiros que consegue acessar a produção habitacional de mercado. A maior parte da produção habitacional do país se faz a margem do mercado formal, das leis, e em áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, entre elas as áreas ambientalmente frágeis e protegidas por lei (exemplo das áreas de manancial e de preservação permanente).

Com base no IBGE 2000 a presença de assentamentos irregulares se dava em quase a totalidade dos municípios com mais de 500 mil habitantes, e segundo os dados do Ministério das Cidades (Brasil/MCID/SNPU, 2005) existia em todo o país cerca de 12 milhões de domicílios com algum tipo de irregularidade fundiária, montante que representava quase 25% do total de domicílios existentes em 2005.

A Secretária Nacional de Programas Urbanos (SNPU) buscando interferir nesse cenário criou programas e campanhas que tinham como objetivo garantir o acesso democratizado à terra urbana regularizada e à moradia digna. A problemática fundiária que, até então, estava presente apenas nos programas voltados à urbanização de assentamentos precários, entrou na agenda da política urbana, com a criação do

<sup>76</sup> BERÉ, Claudia Maria. Legislação Urbanística: A norma e o fato nas áreas de proteção aos mananciais da RMSP. São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado apresentado à FAUUSP.

<sup>77</sup> VILLAÇA, Flavio. Ob. Cit.

<sup>78</sup> Cf. MARICATO, Ermínia. Metrópole da periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996, que trata sobre o assunto e explica a relação entre a Lei de Terras (1850) que atribuiu o valor de mercado a terra e restringiu o acesso à terra a uma ínfima parcela da população antecipadamente ao processo abolição da escravidão e instituição do trabalho livre no Brasil.

Programa Nacional de Regularização Fundiária – Papel Passado, voltado exclusivamente para tratar da matéria. Por meio desse programa entre 2003 e 2006 foram investidos cerca de R\$ 30 milhões do Orçamento Geral da União (OGU) transferidos ao município (BRASIL/MCID, 2008). Até novembro de 2006, as ações de regularização fundiária acompanhadas por esse Programa envolveram 2.162 assentamentos em 283 municípios de 26 unidades da federação, o que representa 1.347.295 famílias com processo de regularização fundiária iniciado, das quais 300.334 receberam o título de posse ou propriedade do seu imóvel de moradia (BRASIL/MCID/SNPU, 2006).

Paralelamente, a SNPU tirando proveito de um momento em que cerca de 1.680 municípios do país tinham que cumprir a obrigatoriedade, definida no Estatuto das Cidades (Lei Federal n 10.257 de 2001) de elaboração dos seus Planos Diretores Participativos. Seu objetivo foi fomentar, por meio de repasse de recurso, a elaboração participativa de Planos Diretores e, divulgar o papel e a importância dos instrumentos urbanísticos na garantia ao direito à cidade, em especial ao cumprimento da função social da propriedade como meio de garantir o acesso a habitação digna as faixas de menor renda em detrimento da exclusão social territorial.

Até fevereiro de 2007, com base em estudo realizado pelo CONFEA em convênio com o Ministério das Cidades, 44,62% do universo de 1.553 municípios pesquisados haviam aprovados seus Planos nas câmaras municipais, e um montante de, 86,93% dos Projetos de Lei dos Planos (somando os planos aprovados) tinham sido enviados as câmaras e se encontravam em processo de revisão e aprovação<sup>79</sup>. Apesar dos números relativamente positivos, não foi verificado qual qualidade dos Planos desenvolvidos e o potencial de interferir positivamente no planejamento de uso e ocupação do solo priorizando a democratização do acesso à terra urbana, um dos principais entraves para garantir a produção de habitação social<sup>80</sup>.

Ao lado disso, a SNPU passou acompanhar também o processo de discussão do Projeto de Lei 3.057 de 2000 que trata da revisão da Lei Federal de parcelamento do uso do solo urbano (n 6766 de 1979) e define as regras gerais que vão disciplinar o parcelamento do solo urbano e o processo de regularização fundiária sustentável, entre eles aqueles referentes a assentamentos de interesse social. Trata-se de uma proposta de lei ampla e complexa que envolve diferentes interesses que percorrem desde a garantia ao direito a cidade até aspectos referentes à atuação de cartórios de registros de imóveis e aspectos do direito do consumidor, fato que tem dificultado a definição de consenso em torno do texto da lei e sua aprovação.

---

<sup>79</sup> Informações extraídas do site [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

<sup>80</sup> Atualmente está em elaboração por meio de convênio entre MCID/SNPU e o IPPUR-RJ um estudo de caráter mais qualitativo sobre os Planos Diretores. A instituição de determinados instrumentos urbanísticos como as ZEIS e outros indutores do parcelamento e edificação para fazer valer a função social da propriedade foram fundamentais, mas sabe-se que a efetivação desses instrumentos depende da vontade política do gestor público, que geralmente evita contrariar os interesses dos proprietários de terra



#### 4.4. Experiências em curso – dois casos paradigmáticos

Na gestão de Marta Suplicy, os mutirões foram divididos de acordo com sua origem e momento de criação, com a disponibilização de recursos organizada do início para o final:

- **Primeira Geração:** os mutirantes da época da gestão da Erundina, parte dos quais inacabados;
- **Segunda Geração:** Representavam as áreas conquistadas na gestão Maluf e Pita, oriundas das operações urbanas e outras ações da prefeitura, com convênios e promessa de início de obra já firmado;
- **Terceira Geração:** os novos convênios, através da disponibilização de parte do estoque de terras da administração para este tipo de provimento habitacional.

##### a) Mutirão Jardim Celeste - Contexto Urbano e o lugar da Ocupação

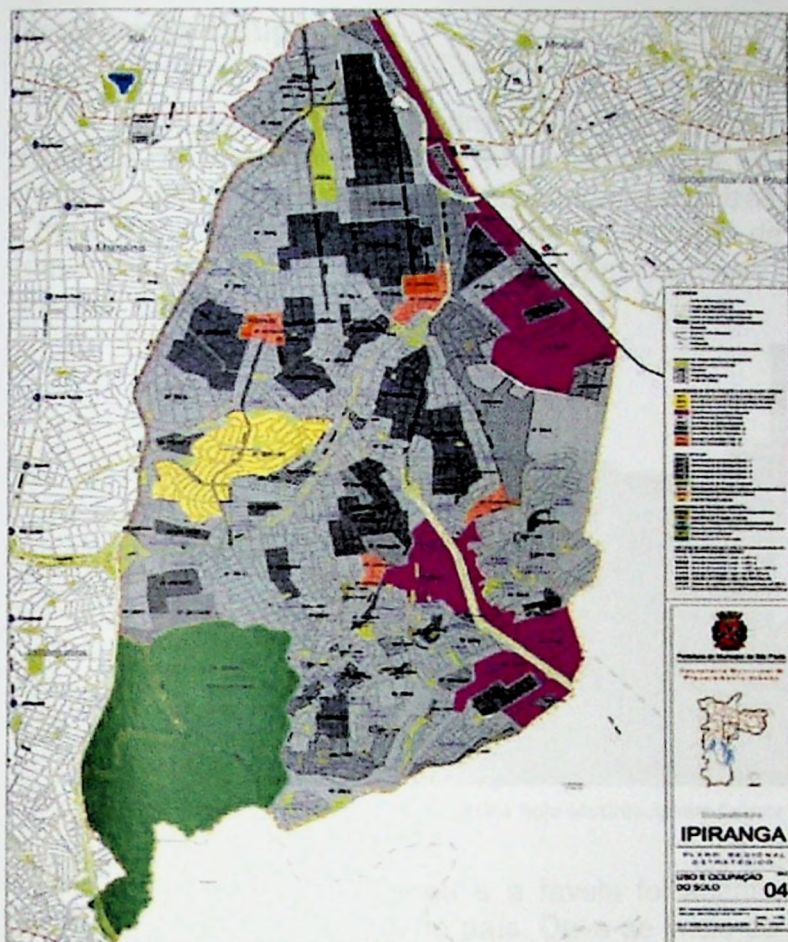
O conjunto habitacional Celeste localiza-se no bairro do Jardim São Savério, na região Sudeste da Cidade de São Paulo. Nas imediações do mutirão, estão a Favela Santa Cristina e o Parque Bristol. Um pouco mais adiante se localiza o Jardim Celeste.



Google Maps



## Mapa ZEIS Plano Regional do Ipiranga



Jardim São Savério 1

Os projetos do Jardim Celeste – que na verdade correspondem à área do bairro Jardim São Savério, onde também está localizada a favela –, está demarcado como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS do tipo 1, que corresponde a áreas ocupadas. No mapa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei Municipal nº 13.430/2002) o Jardim São Savério corresponde a área de ZEIS 1 nº 191, e no Plano Regional do Ipiranga (Lei Municipal nº 13.885/2003) corresponde a área de ZEIS 1 C030.

As ZEIS são porções do território ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social ou do mercado popular, em que haja interesse público expresso por meio desta lei, ou dos planos regionais ou de lei específica, em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. Por esta razão em 2004 foi feito o Decreto de Aprovação Específica nº 45.675 (29/12/04) determinando que a regularização fundiária do Jardim Celeste será feito conforme as regras de uso e ocupação do solo da comunidade, ou seja, o reconhecimento da situação de fato.



## Histórico da Ocupação

Na década de 70, Padre João Júlio, juntamente com Irmã Fernanda, realizavam trabalhos de parceria e orientação da comunidade na Igreja de Santa Cristina e dentro da própria favela. Nesta época, os movimentos organizados estavam começando a se formar e mobilizar e o padre os auxiliava na organização de reuniões junto ao poder público e com trabalhos de formação de lideranças. Foi nesse momento que nasceu o movimento “Panela Vazia”.



Figura 17: Favela Santa Cristina hoje Mutirão Jardim Celeste

O movimento cresceu e a favela foi adensada com a chegada de famílias de outras regiões da cidade e do país. Dava-se início ao movimento de luta por moradia e a população organizada começou a pressionar o poder público para dar início a um projeto de construção de moradias.

O plano inicial era de urbanização da favela Santa Cristina. Como o número de famílias era muito grande e a região até então ocupada era precária, o padre João Júlio negociou junto a Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão Jânio Quadros) a compra da fazenda no terreno próxima a favela. A ideia era construir casas populares.

Em 1980, ocorreu a primeira ocupação de terra na região, da qual surgiu a favela Campo de Luta – onde moradores continuam até hoje. Este é o período também do surgimento de dois importantes movimentos de moradores de favela na cidade de São Paulo: o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e o Movimento Unificado de Favelas (MUF), dos quais faziam parte os moradores das favelas da região sudeste.

O Conjunto Habitacional Jardim Celeste nasceu após 10 anos de luta do Movimento de Moradia da Região Sudeste, hoje constituído na Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, que é formada pelos associados moradores de favelas, cortiços e habitações alugadas de onze bairros da região sudeste da cidade de São Paulo: Jabaquara, Vila Mariana, Parque Bristol, Vila Liviero, Vila Moraes, Vila Arapuá, Jardim Maristela, Jardim Clímax, Água Funda, Ipiranga e Alto do Ipiranga.

Após vários anos de organização e luta reivindicando moradia digna, em 1989 a gleba do Jardim Celeste, com 130.000 m<sup>2</sup>, foi desapropriada pela Prefeitura de São Paulo para a construção de 1200 unidades habitacionais em regime de mutirão, da “chamada” primeira geração.

Em 28 de novembro de 1990 foi assinado o primeiro convênio para a construção de 200 casas entre a Prefeitura Municipal e a Associação de Construção por mutirão Jardim Celeste I, que inicia seus trabalhos no dia 05 de janeiro de 1991, através do Programa FUNAPS Comunitário, conhecido como Programa de Mutirões.

Por sua vez, a Associação de Construção por mutirão Jardim Celeste II assina seu convênio em 30 de dezembro de 1991, iniciando em 1992 a construção de mais 200 casas em regime de mutirão.

Em meados de 1992, com a mudança de governo, as obras de mutirão são paralisadas, originando uma grande mobilização na cidade, culminando com uma manifestação que leva mais de 10.000 pessoas as ruas contra a Prefeitura.

No Jardim Celeste, a obra fica paralisada por quatro anos e a Associação de Construção por Mutirão Jardim Celeste I decide retomar a obra com os recursos dos associados, criando condições para moradia provisória, o que ocorre em 1996 com o intuito de evitar a ocupação das casas por pessoas alheias à Associação e ao Movimento de Moradia.

Em 1997, as obras do Jardim Celeste I e Jardim Celeste II são retomadas de forma bastante lenta o que acabou permitindo a rearticulação dos associados que permaneceram durante todo o tempo de paralisação apenas limpando e vigiando o canteiro de obras para evitar maiores danos e ocupações.

Também em 1997 a Associação de Construção por mutirão Jardim Celeste IV assina convênio para a construção de 101 unidades habitacionais em regime de mutirão, porém sem financiamento da Prefeitura, que participou apenas com a cessão do terreno. Nesse mutirão, as famílias associadas constituíram uma poupança para a compra dos materiais e construíram suas casas em regime de mutirão.

Já em 1999, a Associação de Construção por Mutirão Imaculada Conceição Jardim Celeste V assina convênio para a construção de 100 apartamentos, também pelo sistema de mutirão, originalmente em terreno da COHAB Raposo Tavares, transferido, em 2003, para a Gleba do Conjunto Habitacional Jardim Celeste. Em virtude de vários problemas técnicos decorrentes da troca do terreno e da mudança de governo, esta obra não começou até hoje.

Entre os anos de 1997 e 1998, cerca de 480 famílias moradoras de área de risco, participantes do Movimento de Moradia da Região Sudeste, mudaram-se para o Conjunto Habitacional, em apartamentos construídos pela Prefeitura a partir de operação interligada. Com as casas do Jardim Celeste I, entregues em janeiro de 1996, do Jardim Celeste IV em dezembro de 1999 e Jardim Celeste II em julho de 2003, atualmente residem no Conjunto Habitacional 980 famílias e com a conclusão do Jardim Celeste V serão 1080 famílias.

Por fim, a partir de 2005 teve início um processo de ocupação desordenado em áreas remanescentes do Conjunto Habitacional, sem qualquer interferência por parte da Prefeitura, que acarretou um acréscimo no número de ocupantes, para aproximadamente 2000 famílias.





Figura 18: Planta área do mutirão Jardim Celeste / Fonte: PMSP

A Comunidade vem, por todos esses anos, se organizando nos espaços coletivos e hoje conta com serviços como creches, escola de esportes, grupo de mulheres, aulas de artes marciais, aulas de dança, grupo de jovens, grupos culturais, entre outros. E que funcionam num centro comunitário projetado para estes fins e que durante as obras serviu como depósito de materiais, escritório administrativo e local de reuniões e refeições.

No entanto, enquanto o Jardim Celeste se fortalece como comunidade, esta enfrenta também o desafio de lutar pela regularização fundiária dos diversos empreendimentos que a compõe. Decerto, os convênios pactuados entre a Prefeitura e as Associações de moradores previam apenas o financiamento do material de construção, e a cessão do respectivo terreno, deixando a questão da outorga do título de cessão de posse para um momento posterior, após prévia autorização legislativa.

No entanto, o fato é que a Prefeitura deu início a um parcelamento, ao financiar o material de construção de moradias que foram erguidas sobre a gleba, ainda no curso da desapropriação do imóvel (Proc. 646/89 – 5ª Vara da Fazenda Pública). Decerto, esta desapropriação, muito embora tenha sido fundada no interesse social, teve desde sempre nítido caráter urbanístico, eis que voltada para a realização de empreendimento habitacional.

De modo que tal fato impõe a Prefeitura a obrigação de realizar a regularização fundiária, independentemente, inclusive, da conclusão do processo expropriatório, já que seu fundamento é a inexistência de aprovação e registro do loteamento (art. 38 da Lei 6.766/79): com efeito, a pactuação de convênios para financiamento de material de construção com as Associações de Moradores, com a cessão do terreno para a construção, representa uma violação, pelo próprio poder público, da exigência legal do licenciamento e registro do projeto para o parcelamento do solo.

Tal violação, inclusive, serviu de fundamento para Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público (Proc. 342/97 – 3ª Vara da Fazenda Pública), que foi julgada procedente, condenando a Prefeitura Municipal a fazer a regularização fundiária do Jardim Celeste I e II, e que, tanto que tenha transitado em julgado, se encontra em fase de execução.



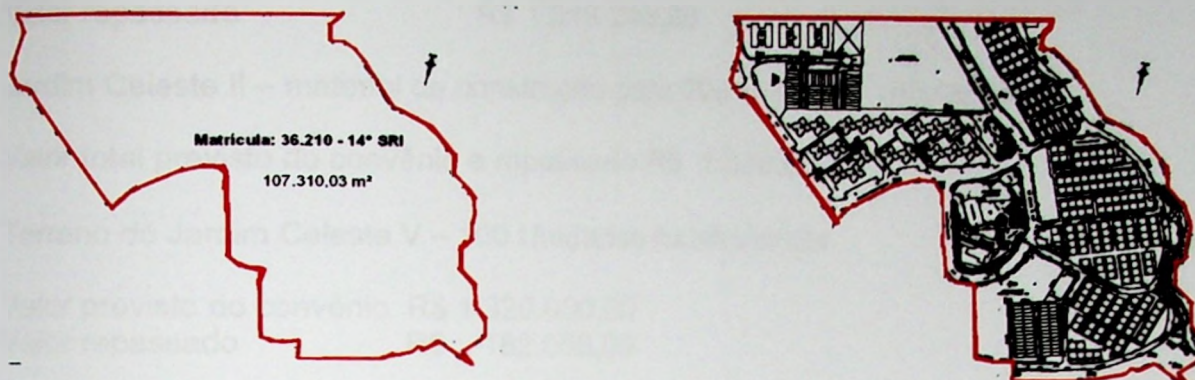


Figura 19: Planta do Jd Celeste hoje no Cartório de Registro de Imóveis SITUAÇÃO DE FATO: Jd Celeste hoje: ruas, quadras, lotes, casas, aptos.

De qualquer modo, e tanto que reconhecido o dever da Prefeitura de fazer a regularização fundiária no Jardim Celeste, é necessário lembrar que se abre a possibilidade de que tal se faça através das regras especiais de urbanização, eis que o Jardim Celeste é uma ZEIS (Plano Diretor Estratégico – Lei Municipal 13.430/02, Plano Regional do Ipiranga, e Decreto Municipal de aprovação específica 45.675/04).

Por tudo isto, percebe-se que a situação do Jardim Celeste é representativa da postura do poder público em relação à política habitacional da Prefeitura de São Paulo, que não tem qualquer compromisso com a regularização fundiária, mas tão só com a construção de moradias, ao custo da falta de segurança jurídica da população com relação à posse exercida no imóvel, frustrando qualquer perspectiva de constituir-se uma moradia, como lugar permanente de desenvolvimento das relações privadas, espaço de proteção e lugar de aprendizado das experiências vividas no mundo.

“Através da construção em autogestão é possível colocar o direito à cidade e à moradia em pauta. Levamos informações e ferramentas na busca destas mudanças. A inovação é que as mulheres envolvidas colocam os problemas no grupo buscando resolvê-los, atingindo assim uma grande superação. Participamos ativamente, desde, a indicação da área, quantas unidades serão levantadas, o tamanho destas, quem fará a assessoria técnica, ou seja, durante todo o período de construção estamos ativas. No pós-obra contabilizasse que 80% destes inclusos aprimoraram-se com a profissionalização: aprendizes de compras, hidráulica, e outras. Incorporaram a conscientização e podem atuar em discussões nas esferas de governo e propor ações no combate à pobreza.” (Maria das Graças Xavier mutirante Jardim Celeste e coordenadora da UMM/SP).

## Financiamento Público

No Mutirão do Jardim Celeste foram construídas 556 unidades habitacionais, em regime de mutirão com autogestão e 520 unidades habitacionais por empreiteira, em uma área com 129 mil metros quadrados, sendo:

Jardim Celeste I - material de construção para 200 Unidades Habitacionais

Valor total previsto do convênio R\$ 1.353.600,00. (correspondente à época da construção)



Valor repassado R\$ 1.013.248,00

Jardim Celeste II – material de construção para 200 Unidades Habitacionais

Valor total previsto do convênio e repassado R\$ 1.353.600,00

Terreno do Jardim Celeste V – 100 Unidades habitacionais

Valor previsto do convênio R\$ 1.320.000,00

Valor repassado R\$ 182.000,00

Jardim Celeste IV – cessão de terreno da PMSP para construção de 101 Unidades Habitacionais (sem financiamento da PMSP)

### Unidades habitacionais - Empreiteiras

Os prédios das operações urbanas interligadas correspondem a 480 unidades (conjunto de 24 prédios com 20 apartamentos cada) construídas por empreiteiras com recursos da Operação Interligada definida pela Lei Municipal nº 11.773 de 18/05/1995.



Figura 20: Foto Mutirão Jardim Celeste



Figura 21: Foto Mutirão Jardim Celeste



Figura 22: Unidade Habitacional Jardim Celeste



Figura 23: Unidade Habitacional Jardim Celeste





Figura 24: Festa Inauguração Mutirão Jardim Celeste



Figura 25: Festa Mutirão Jardim Celeste

## Depende de Nós

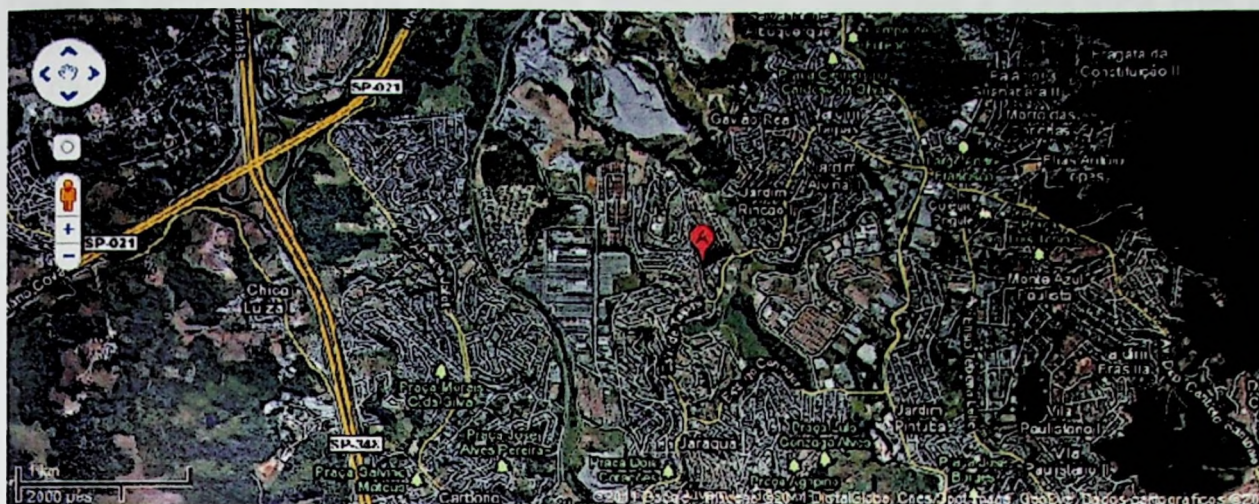
*“Eu conheci o movimento nas reuniões da Igreja, aí comecei a participar desde o início, que foi no início de 1990. (...) Eu fui passando de demanda a demanda, até chegar nos predinho”. A primeira instância eu acreditei, eu vim porque eu acreditei que ia dar certo, como deu. O projeto, que foi um projeto vindo da política da Erundina, um projeto confiável, né, só dependia de nós e a experiência foi ótima, porque eu conheci um outro lado social, do qual eu nem imaginaria que existia, que é aquele lado de pessoas carentes de verdade e aquelas pessoas que se faz de carente.*

*“(...) A convivência em comunidade foi excelente, você ter que compartilhar dividir com outro, sábado e domingo, as amizades no sentido de compartilhamento, de convivência, no início, do respeito. Foi um trabalho bem pesado, mas um trabalho compensador, que todo mundo fazia com amor. Você fazia com alegria, você fazia cantando, você fazia dando risada o tempo todo. Então houve, no início, muito, muito amor e confiança e esperança de que um dia nós íamos realizar esse grande sonho de cada um, que virou coletivo. Então a minha experiência foi ótima, é ótima e está sendo ótima, porque a partir desse momento eu voltei a estudar, voltei a me dedicar um pouco mais, dentro do possível, na comunidade, conheci um pouco do que é o serviço social, que cabe a cada um de nós fazer a nossa parte, independente de você estar ou não formado, mas o social está dentro de nós mesmo”. Maria Cícera Alves dos Santos (fonte: entrevista em set/2010).*

## b) Mutirão City Jaraguá - Contexto Urbano e o lugar da Ocupação

O conjunto residencial City Jaraguá localiza-se no bairro do Jardim Rincão, na região Noroeste da Cidade de São Paulo. Nas imediações do mutirão, existe um complexo gigantesco de unidades habitacionais, construídas pelo PROCAV – Programa de Urbanização de Favelas da Prefeitura do Município de São Paulo, para prover habitação às famílias oriundas das favelas de diversas regiões do município de São Paulo. São mais de 32 mil famílias, dentre elas o mutirão.





Google Maps

## Histórico da Ocupação

Foi no contexto de luta e reivindicação que o mutirão City Jaraguá foi construído. A Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste e Noroeste, a qual a associação do mutirão City Jaraguá é filiada, havia reivindicado ao governo municipal - no início da década de 90 -, cerca de mil unidades para construção de habitação de interesse social nas terras da antiga Companhia City a qual estava sobre cessão da Prefeitura do Município de São Paulo. Porém, quando o prefeito Paulo Maluf assume a gestão municipal desfaz o acordo com o movimento, restando a este ocupar uma parte do terreno para garantir a construção de 180 unidades já que as demais a prefeitura já estava construindo 'os famosos' embriões para as famílias de diversas favelas - que estavam sendo reintegradas à época - .



Figura 26: Ocupação do terreno da Voith



Figura 27: Enfrentamento com a Policia / City Jaraguá / Fonte: arquivo pessoal



Assim em abril de 1999 a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste e Noroeste, depois de diversas manifestações, ocupações e confrontos com a gestão do prefeito Maluf e Celso Pitta consegue finalmente um acordo para a construção de mutirões dentre eles o projeto do City Jaraguá.



Figura 28: Assinatura pela COHAB-SP do início das obras dos mutirões da 2ª Geração (2002) no terreno do Mutirão City Jaraguá

### Informações técnicas

Mutirão	City Jaraguá -
Região	Noroeste / Jardim Rincão
Número de famílias atendidas	180
Assessoria Técnica	Ambiente – trabalhos para o meio habitado
Assinatura do contrato	Abril/99 - PMSP sob o n PI 533/99
Início das obras Centro Comunitário	Novembro/2002
Término das obras Centro Comunitário	Março/2003
Início da terraplanagem	Julho/2002
Término da obra terraplanagem	Dezembro/2002
Início da construção das UH	Fev/2003
Término da construção das UH	Setembro/2004
Tipologia da edificação	174 sobrados geminados e 6 casas térreas adaptadas



Tipologia 2 dorm. Assobradada	De 59,58 a 60,66 m <sup>2</sup>
Tipologia 2 dorm. Térrea adaptada	49,66 m <sup>2</sup>
Área do terreno	21.718,60 m <sup>2</sup>
Área total construída	11.141,30 m <sup>2</sup>
Valor Total da infraestrutura	R\$ 1.500.000,00
Valor Total do financiamento	R\$ 4.650.000,00
Valor total por unidade	R\$ 23.200,00
Propriedade da Terra	Prefeitura do Município São Paulo
Custo da Terra	R\$ 250.000,00
Situação	Obra Concluída e inaugurada em nov/04
Prestação de Contas	Concluída e aprovada pelo Tribunal de Contas

### O canteiro

Em julho de 2002 inicia-se o processo de terraplanagem da maior parte onde seriam construídas as unidades habitacionais. Ao lado disso, começamos a construção do espaço coletivo: o centro comunitário. Lugar importante, afinal, seria o local onde as famílias mutirantes se encontrariam para dialogar sobre a gestão, organização e o controle da obra, além de todo o processo emancipatório, cultural, educacional e político.



Figura 29: Atividade social do Mutirão City Jaragua





Figura 30: Prestação de contas do recurso do Fundo Municipal de Habitação SP, com a presença do Manoel Victor e Ricardo Schumann ( respectivamente Superintendente de finanças e Presidente da COHAB à época)



Figura 31: Apresentação do Grupo de Teatro do Mutirão City Jaraguá no Encontro Estadual da UMM em Santo André/SP  
Fonte: arquivo pessoal

"Não basta somente construir casas. É preciso reconstruir junto o ser humano que vai habitá-la" *Henrique Pacheco (fundador da Associação dos Movimentos de Moradia da Zona Oeste e Noroeste).*

Partindo deste princípio a entidade mãe<sup>81</sup> foi buscando desenvolver projetos culturais, como, à criação de uma escola dedicada à realização de cursos de alfabetização ao pré-vestibular, ensino das línguas, informática, ida ao teatro/circos, incentivo a volta à escola e o programa permanente de formação política, através de cursos e oficinas voltadas para o debate sobre a ampliação dos direitos sociais e a conquista da cidadania.

É nesse quadro onde se misturam o processo de exclusão econômica, cultural, social e familiar, que a entidade mãe busca realizar seu trabalho, numa luta incansável de desmontar o preconceito existente de que trabalhadores e trabalhadoras não são capazes de gerenciar recurso público, bem como de materializar o sonho da moradia digna. "Assim através da organização popular modificamos as periferias da cidade com a chegada dos nossos projetos de produção habitacional por mutirão com autogestão. São pedaços de histórias que vão sendo construídas pelas lutas das pessoas que modificam e interagem

<sup>81</sup> Denominação dada dos membros do movimento a associação dos trabalhadores sem terra da Zona oeste/Noroeste



com o todo da cidade". (Donizete Fernandes – coordenador da União por Moradia Nacional)

Em março de 2003 com o término da terraplanagem e da construção do centro comunitário inicia-se a obra das primeiras quadras.

### Organização da obra

As famílias são divididas em grupos aleatórios em sua maioria, excetuando - se o grupo "técnico" formados por profissionais ligados a área da construção civil. Os responsáveis por estimular que as tarefas sejam executadas são os líderes de grupos que em sua maioria participam das comissões (obra, cozinha, criança e adolescente, formação política, limpeza, compras, pontuação, vigília, ética, fiscal e social) criadas pelo regulamento de obras do mutirão a fim de facilitar o desenvolvimento das atividades exigidas e determinadas pela assessoria técnica e a coordenação do projeto.

Essa formatação da gestão da obra é uma regra do movimento geral que visa incluir todos os envolvidos no processo de construção desses novos pedaços de território na cidade. O princípio da descentralização das tarefas e da participação efetiva de todos em cada momento da obra fortalece a organização comunitária dando empoderamento a esses novos atores políticos.



Figura 32: Vista aérea Mutirão City Jaraguá



Figura 33: Trabalho mutirante – City Jaraguá



Figura 34: Trabalho mutirante – City Jaraguá





Figura 35: Entrega da chave a mutirante D. Nivalda pelo então Prefeito Hélio Bicudo / Fonte: arquivo pessoal



Figura 36: Festa de inauguração setembro/2004

### Situação Fundiária

O Mutirão City Jaraguá localiza-se no extremo noroeste do município de São Paulo, no distrito de Jaraguá, na Subprefeitura de Pirituba, próximo à Estrada de Taipas. Trata-se de um terreno desapropriado em 1990 (gestão Erundina), esse terreno pertencia a um loteamento, aprovado em 1977, pela Anastácio Empreendimentos Imobiliários, Participações e Representações Ltda., sendo uma parte dele residencial, e a outra, industrial, que teria o nome de Loteamento City Jaraguá. Como tais empreendimentos não foram implementados, a área destinada à parte residencial foi desapropriada em 1990 (inicialmente uma área de 468.445 m<sup>2</sup>), mas depois se verificou que dentro da área desapropriada havia uma área de proteção florestal, que já havia sido anteriormente desapropriada. Por isso foi feita uma revisão na desapropriação, e a área final ficou em 381.429 m<sup>2</sup>. Trata-se de uma grande gleba, onde foram construídos muitos conjuntos habitacionais anteriores ao Mutirão City Jaraguá, que ocupa uma parcela da área original.

### 4.5. Os entraves da comercialização

Na gestão Marta Suplicy a tentativa de encaminhar o tema da comercialização não se consolidou. Já a gestão Kassab propõe o modelo de alienação fiduciária e o uso da tabela PRICE, temas que são veementemente rejeitados pelos beneficiários do programa e do movimento de moradia, introduzindo mais um embate entre os atores.

Tabela 4

EMPREENDIMENTOS					FECHAMENTO DE CUSTO UNITÁRIO ATUALIZADO PARA 31/08/2008	VALOR DE PRESTAÇÃO MENSAL (sem seguro)	PRAZO MÁXIMO 300 MESES (*)	CUSTO DO EMPREENDIMENTO (RECEITA)
Nº. seq.	Empreendimento	Nº de U.H.s (*)	Zona	Bairro				
11	Imaculada	100	Sul	Ipiranga			50	



	Conceição - Jardim Celeste V				<b>2.786,93</b>	<b>55,74</b>		<b>278.692,51</b>
22	Jardim Celeste – MAC	46	Sul	Ipiranga	<b>4.202,11</b>	<b>50,00</b>	<b>84</b>	<b>193.297,23</b>
38	Unidos Venceremos II - 2ª etapa - Valo Velho II	80	Sul	Campo Limpo	<b>10.316,25</b>	<b>50,00</b>	<b>206</b>	<b>825.300,03</b>
41	Vista Alegre	20	Norte	Freguesia	<b>15.967,04</b>	<b>53,22</b>	<b>300</b>	<b>319.340,77</b>
51	AMAI - Moradores da Vila Arco Íris	82	Sul	Grajaú	<b>16.137,92</b>	<b>53,79</b>	<b>300</b>	<b>1.323.309,74</b>
61	Santa Marta	22	Oeste	Pirituba	<b>16.480,09</b>	<b>54,93</b>	<b>300</b>	<b>362.561,90</b>
71	Quero um Teto III	46	Oeste	Pirituba	<b>19.256,69</b>	<b>64,19</b>	<b>300</b>	<b>885.807,65</b>
81	Vista Linda	121	Oeste	Pirituba	<b>24.766,41</b>	<b>82,55</b>	<b>300</b>	<b>2.996.735,76</b>
91	Pires do Rio	37	Leste	São Miguel	<b>25.025,28</b>	<b>83,42</b>	<b>300</b>	<b>925.935,28</b>
00	23 de Outubro	107	Sul	Socorro	<b>25.159,08</b>	<b>83,86</b>	<b>300</b>	<b>2.692.021,72</b>
11	Jardim Icarai – FUNACOM	40	Sul	Socorro	<b>25.987,73</b>	<b>86,63</b>	<b>300</b>	<b>1.039.509,38</b>
22	Quero um Teto II	24	Oeste	Pirituba	<b>27.645,84</b>	<b>92,15</b>	<b>300</b>	<b>663.500,13</b>
13	26 de Julho III (área CDHU)	200	Leste	São Mateus	<b>28.514,28</b>	<b>95,05</b>	<b>300</b>	<b>5.702.855,10</b>
14	Movimento Unido - Jardim Rincão	164	Oeste	Pirituba	<b>28.572,67</b>	<b>95,24</b>	<b>300</b>	<b>4.685.918,13</b>
15	26 de Julho II (área CDHU)	199	Leste	São Mateus	<b>28.852,18</b>	<b>96,17</b>	<b>300</b>	<b>5.741.583,12</b>
16	26 de Julho I (área CDHU)	162	Leste	São Mateus	<b>28.953,29</b>	<b>96,51</b>	<b>300</b>	<b>4.690.432,40</b>
17	Condomínio Paraíso	60	Oeste	Pirituba	<b>28.989,59</b>	<b>96,63</b>	<b>300</b>	<b>1.739.375,53</b>
18	Campanha Gaúcha	128	Leste	Guaianazes	<b>32.104,34</b>	<b>107,01</b>	<b>300</b>	<b>4.109.355,86</b>
19	Quero um Teto I	39	Oeste	Pirituba	<b>33.245,97</b>	<b>110,82</b>	<b>300</b>	<b>1.296.592,96</b>
20	Boa Esperança – Carrãozinho	106	Leste	São Mateus	<b>33.351,87</b>	<b>111,17</b>	<b>300</b>	<b>3.535.298,45</b>
21	Portal São Marcos	104	Oeste	Pirituba	<b>34.493,03</b>	<b>114,98</b>	<b>300</b>	<b>3.587.274,75</b>
22	Vila Mara I	144	Leste	São Miguel	<b>34.778,72</b>	<b>115,93</b>	<b>300</b>	<b>5.008.135,62</b>
23	Vila Mara II	144	Leste	São Miguel	<b>34.778,72</b>	<b>115,93</b>	<b>300</b>	<b>5.008.135,62</b>
24	São Francisco I	160	Leste	São Mateus	<b>35.897,12</b>	<b>119,66</b>	<b>300</b>	<b>5.743.539,07</b>
25	São Francisco III	164	Leste	São Mateus	<b>36.574,17</b>	<b>121,91</b>	<b>300</b>	<b>5.998.163,86</b>
26	Talara - Residencial	102	Sul	M'Boi Mirim	<b>36.690,19</b>	<b>122,30</b>	<b>300</b>	<b>3.742.399,36</b>



27	Talara - Jardim das Palmas	102	Sul	M'Boi Mirim	36.731,02	122,44	300	3.746.564,21
28	Alto do Riviera (aguardar próximo PSH)	27	Sul	Campo Limpo	36.738,42	122,46	300	991.937,41
29	Talara - Guarapiranga	102	Sul	M'Boi Mirim	36.784,87	122,62	300	3.752.057,11
30	Apuanã - Chico Mendes	200	Norte	Tremembé	37.402,91	124,68	300	7.480.581,81
31	Apuanã - João de Barro	201	Norte	Tremembé	37.402,91	124,68	300	7.517.984,71
32	Apuanã - Junto Venceremos	201	Norte	Tremembé	37.402,91	124,68	300	7.517.984,71
33	Apuanã - União do Povo	200	Norte	Tremembé	37.402,91	124,68	300	7.480.581,81
34	Boa Esperança - Texima (só aceita PSH)	200	Leste	Itaim Paulista	38.441,91	128,14	300	7.688.381,12
35	São Francisco II	158	Leste	São Mateus	38.961,53	129,87	300	6.155.921,76
36	São Francisco IV	159	Leste	São Mateus	39.222,37	130,74	300	6.236.357,13
37	Rio das Pedras II	148	Leste	Itaim Paulista	39.396,82	131,32	300	5.830.728,63
38	Rio das Pedras I	148	Leste	Itaim Paulista	39.459,51	131,53	300	5.840.007,71
39	Talara - Trabalho e Moradia	102	Sul	M'Boi Mirim	39.677,59	132,26	300	4.047.114,55
40	São Francisco V	167	Leste	São Mateus	41.064,00	136,88	300	6.857.687,43
41	São Francisco VIII - Sudeste	152	Leste	São Mateus	43.174,48	143,91	300	6.562.521,66
42	Vila Bela (área divisa de São Caetano)	68	Leste	VI.Prudente	44.067,48	146,89	300	2.996.588,38
43	City Jaraguá	180	Oeste	Pirituba	45.665,09	152,22	300	8.219.715,38
44	Autódromo I (aguardar próximo PSH)	60	Sul	Socorro	46.445,06	154,82	300	2.786.703,31
45	Santa Luzia - Sítio Conceição	175	Leste	Cidade Tiradentes	48.245,50	160,82	300	8.442.963,25
46	Lapena (1ª e 2ª etapa)	208	Leste	São Miguel	48.452,82	161,51	300	10.078.186,43
47	Ernesto Che Guevara	120			49.465,70	164,89	300	5.935.884,00
48	Lírios do Itaim	208	Leste	Itaim Paulista	49.871,05	166,24	300	10.373.178,93
49	Madre de Deus	45	Leste	Moóca	51.160,77	170,54	300	2.302.234,49
50	São Francisco - XV de Novembro	153	Leste	São Mateus	53.259,81	177,53	300	8.148.751,59
51	Casarão - Celso	182	Leste	Moóca			300	



	Garcia				<b>53.286,68</b>	<b>177,62</b>		<b>9.698.175,04</b>
52	Estrela Guia - Parque Continental	100	Oeste	Butantã	<b>56.610,83</b>	<b>188,70</b>	<b>300</b>	<b>5.661.083,35</b>
53	Haia do Carrão	45	Leste	Aricanduva	<b>56.907,03</b>	<b>189,69</b>	<b>300</b>	<b>2.560.816,23</b>
54	Vila Toronto - IV Centenário	200	Sul	Socorro	<b>61.245,28</b>	<b>204,15</b>	<b>300</b>	<b>12.249.055,01</b>
55	Bela Vitória - Minas Gás	80	Norte	Casa Verde	<b>66.849,42</b>	<b>222,83</b>	<b>300</b>	<b>5.347.953,58</b>
56	Jardim Celeste II	200	Sul	Ipiranga	<b>138.250,53</b>	<b>460,84</b>	<b>300</b>	<b>27.650.106,12</b>
57	Jardim Celeste I	200	Sul	Ipiranga	<b>140.473,34</b>	<b>468,24</b>	<b>300</b>	<b>28.094.668,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>6.972</b>			<b>2.259.048,04</b>			<b>311.347.546,75</b>

Tabela construída pela autora, sob dados presentes em UMM-SP. Prefeitura desacata Conselho e quer cobrar mais dos mutirões. In: UMM-SP Notícias. São Paulo, versão eletrônica, SP, 15 de março de 2009. Disponível em :<http://www..sp.unmp.org.br>

A partir dessa proposta apresentada pela gestão municipal às associações dos mutirões experimentados, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo em parceria com a Defensoria Pública e a Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público travou um debate sobre a viabilidade de regularizar os conjuntos habitacionais produzidos por mutirão autogestionário, e o valor do seu financiamento.

A primeira ação resultou num grande seminário com cerca de 30 representantes de cada projeto – mais de 200 lideranças - com o objetivo de discutir sobre a situação atual de cada conjunto e a política desencadeada pela Secretaria de Habitação da Prefeitura de Municipal de São Paulo.

Havia um entendimento por parte da PMSP em apenas discutir os valores a serem pagos, ou seja, apenas o aporte financeiro deixando de lado a pauta da regularização fundiária.

Travou-se uma batalha em torno do tema entre os movimentos organizados e os conselheiros de habitação para aprovar a instrução normativa nº 37. Tal ação resultou numa forte mobilização, em abril de 2009, com cerca de 10 mil pessoas nas ruas do centro de São Paulo para publicizar a total ausência de política pública de habitação e desenvolvimento urbano e a falência do departamento de regularização fundiária da Prefeitura de São Paulo





Figura 37: Manifestação pela reforma urbana e contra a Prefeitura de São Paulo abril/2008 Fonte: arquivo pessoal



Figura 38: Manifestação pela reforma urbana e contra a Prefeitura de São Paulo abril/2008 Fonte: arquivo pessoal

A segunda ação trouxe resultados concretos no Conselho Municipal de Habitação com a aprovação da Resolução 37 do Fundo Municipal de Habitação que regulamentava os valores que as unidades habitacionais deveriam ser comercializadas:

#### Tabela 5

#### **SECMH - Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação<sup>82</sup>**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01/2009 - SEHAB de 13 de maio de 2009 (Aprovada por unanimidade na 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação em 13/5/2009) Define os procedimentos operacionais para os parâmetros de comercialização e regularização dos empreendimentos construídos com recursos do FMH através de convênios firmados com as associações de moradias até 31/12/2000, nos termos da Resolução CMH Nº 37 de 30 de Junho de 2008**

O Conselho Municipal de Habitação na forma do artigo 4º da Lei nº 13.425 de 02 de setembro de 2002, tendo como referência a Resolução CMH Nº37 de 30 de Junho de 2008,

**Resolve:**

#### **I- DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **1. Introdução**

A presente Instrução Normativa destina-se a definir os procedimentos operacionais para os parâmetros de comercialização e regularização a serem adotados pelo Agente Operador do FMH com os beneficiários desses imóveis nos termos da Resolução CMH Nº37, de 30 de Junho de 2008.

##### **2. Valor de Venda das Unidades Habitacionais nos empreendimentos construídos com recursos do FMH através de convênios firmados com as associações de moradias até 31/12/2000**

<sup>82</sup> publicado no Diário Oficial do Município



O valor de venda da unidade habitacional a ser atribuído no instrumento contratual deverá ser obtido de acordo com as condições estabelecidas na legislação vigente do Fundo Municipal da Habitação à época da assinatura de cada Convênio.

A planilha de comercialização deverá conter o valor total do investimento realizado com o detalhamento dos itens e valores que compõe os investimentos incidentes no custo da unidade habitacional e os investimentos não incidentes. O montante de juros e atualizações monetárias relativas aos períodos em que ocorreram paralisações das obras e do fluxo de recursos para o empreendimento habitacional, e que não foram provocados pelos beneficiários, deverão ser considerados como não incidentes. O valor de venda da unidade habitacional corresponde ao custo do investimento incidente.

### **03. Subsídio**

**3.1.** Considerando a disposição da Resolução CMH Nº 37, de que o valor total financiado da unidade habitacional não deve ultrapassar a 60 (sessenta) salários mínimos nacional, se o valor de venda da unidade for superior, a diferença deve ser considerada como subsídio do FMH;

**3.2.** O subsídio será creditado ao beneficiário na liquidação do financiamento no final do contrato ou na liquidação antecipada do financiamento;

**3.3.** Se o beneficiário final for realizar o pagamento do imóvel à vista, a concessão do subsídio também será à vista;

**3.4.** Em caso de ocorrência de sinistro ao longo do prazo do financiamento, o subsídio também será creditado na mesma proporção do saldo devedor do financiamento desde que as parcelas do financiamento estejam em dia. Caso contrário, do valor a ser creditado será deduzido o montante correspondente ao período não pago;

**3.5.** O subsídio de cada contrato deve ser mantido com controle específico pelo Agente Operador, com reajustes mensais pelo IPC-FIPE e operacionalização de lançamentos concomitantes ao pagamento das prestações do financiamento e/ou de amortizações extraordinárias, de forma a garantir efetivamente o valor a ser creditado ao beneficiário no caso de um eventual sinistro, de quitação antecipada do financiamento ou na liquidação do financiamento ao final do contrato;

**3.6.** Essas condições deverão estar explicitadas no instrumento contratual a ser utilizado que deverá ser o Contrato de Compromisso de Compra e Venda;

**3.7.** Nos casos de empreendimentos habitacionais em processo de regularização fundiária, poderá ser utilizado o Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra;

**3.7.1.** Como a retribuição mensal a ser paga pelo beneficiário deve ser calculada sobre o "**Valor de Referência do Financiamento**", no Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra devem ser observados os mesmos procedimentos operacionais previstos para as situações de necessidade de concessão do subsídio descritas para os Contratos de Compromisso de Compra e Venda;

**3.7.1.1.** No Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra o valor do subsídio da unidade será denominado de "**Valor de Referência de Subsídio**". O montante equivalente ao seu valor total, atualizado pela variação do IPCFIPE desde a data da assinatura do Termo, dividido pelo **prazo de referência** (utilizado para o cálculo da retribuição mensal de uso) e multiplicado pela quantidade de parcelas vencidas e pagas pelo beneficiário das retribuições de uso, deverá ser creditado ao beneficiário no momento da assinatura do Compromisso de Compra e Venda, e dessa forma deduzido do "**Valor de Referência de Subsídio**". O resultado encontrado deverá ser migrado para constar do instrumento de compromisso de compra e venda no item

### **Subsídio.**

### **4. Condições do Financiamento:**

**4.1.** Valor do Financiamento = Custo da unidade habitacional, equivalente ao valor de venda, limitado ao valor de 60 salários mínimos nacionais em vigor na data da assinatura do contrato;

**4.2.** Prazo do Financiamento: até 300 meses;

**4.3.** Composição da Prestação Mensal Total :

a) **Amortização:** correspondente ao valor do financiamento dividido pelo prazo de amortização do financiamento (não há incidência de juros remuneratórios),

b) **Seguro:** valor calculado com base em apólice especial contratada pela COHAB-SP, órgão operador do FMH, correspondente aos seguros de Morte e Invalidez Permanente (MIP) e Danos Físicos do Imóvel (DFI);

**4.4.** O valor da prestação mensal total inicial é de no mínimo 20% do valor do salário mínimo nacional em vigor na data da assinatura do contrato com o beneficiário final;

**4.5.** Sistema de Amortização : SAC (Sistema de Amortização Constante);

**4.6.** Reajuste da Prestação Mensal Total: o reajuste se dará anualmente pelo IPC-FIPE. A cada doze meses serão apuradas eventuais diferenças entre o valor das cotas mensais de amortização e processados eventuais recálculos, de forma a garantir a total amortização do saldo devedor no prazo contratado;

**4.7.** Reajuste do Saldo Devedor do Financiamento: o reajuste se dará mensalmente pelo IPC-FIPE.

## **5. Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra**

**5.1.** Nos casos em que os empreendimentos habitacionais estiverem em processo de regularização fundiária, poderá ser utilizado o Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra, devendo constar do instrumento contratual a obrigatoriedade da regularização fundiária do empreendimento através dos recursos orçamentários do FMH;

**5.2.** Para esses casos o valor da Retribuição Mensal de Uso deverá ser equivalente à Prestação Mensal Total prevista para a aquisição do respectivo imóvel e nas condições estabelecidas nesta Instrução Normativa;

**5.2.1** Deverão constar os Valores e Prazo de Referência para o cálculo da Retribuição Mensal de Uso quais sejam:

**5.2.1.1** Valor de Referência de Venda,

**5.2.1.2** Valor de Referência de Subsídio,

**5.2.1.3** Valor de Referência de Financiamento,

**5.2.1.4** Prazo de Referência Utilizado para Determinação do Cálculo, da Retribuição de Mensal de Uso;

**5.2.2** Esses valores e o prazo são calculados nos mesmos moldes indicados nos itens **2, 3 e 4** desta Instrução Normativa;

**5.2.3** O reajuste da retribuição mensal de uso se dará anualmente pelo índice de variação do IPC-FIPE com base na data da assinatura do respectivo Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra;

**5.3.** Quando da possibilidade de assinatura do instrumento de compra e venda, o valor de venda, o valor de subsídio e o valor de financiamento a serem indicados no instrumento de compromisso de compra e venda serão calculados da seguinte forma:

**5.3.1.** Valor de Financiamento: a partir do Valor de Referência de Financiamento, utilizado para cálculo do pagamento mensal da Retribuição de Uso, atualizado pelo IPC-FIPE desde a data da assinatura do respectivo Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra, descontam-se os valores pagos referentes às parcelas de retribuição de uso deduzidas do valor do seguro e atualizadas pela variação do IPC-FIPE desde a data de cada pagamento, determinando-se assim o valor de financiamento no compromisso de compra e venda;

**5.3.2.** Subsídio: a partir do Valor de Referência de Subsídio indicado no Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra, atualizado pelo IPC-FIPE desde a data de sua assinatura, divide-se o valor encontrado pelo prazo de referência do financiamento e multiplica-se pela quantidade de parcelas pagas de retribuição de uso.

Esse montante encontrado deve ser deduzido do Valor de Referência de Subsídio atualizado na forma acima descrita, e corresponde ao valor de subsídio que deve constar do Instrumento de compra e venda;

**5.3.3.** Valor de Venda: corresponderá à somatória dos valores de financiamento e de subsídio apurados da forma descrita nos subitens **5.3.1.** e **5.3.2.**;

**5.3.4.** Quanto ao prazo do financiamento: esse corresponderá à diferença entre o prazo de referência utilizado no cálculo da retribuição mensal de uso e a quantidade de parcelas vencidas até a data de assinatura do Compromisso de Compra e Venda;

**5.3.4.1.** Caso o beneficiário tenha inicialmente optado por um prazo menor (quando da assinatura do Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra) e queira alterar quando da assinatura do Compromisso de Compra e Venda, esse novo prazo estará limitado, a no máximo à diferença entre 300 meses e a quantidade de parcelas de retribuição mensal vencidas no Termo de Permissão de Uso Oneroso Com Opção de Compra, desde que respeitado os limites previstos na apólice de seguro;

**5.3.4.2.** Caso o beneficiário tenha inicialmente optado por um prazo maior e no momento da assinatura do Compromisso de Compra e Venda queira que esse prazo seja inferior, poderá contratar um prazo menor, desde que o valor da prestação do financiamento seja compatível com o limite de comprometimento de renda familiar;

**5.4.** É condição essencial para a assinatura do contrato de compra e venda que o beneficiário esteja adimplente com o pagamento das retribuições mensais pela permissão de uso e com os compromissos condominiais.

## **II. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

### **6. OUTRAS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO**

**6.1** Nos casos em que for mais conveniente a aplicação de outra Resolução do Conselho Municipal da Habitação que não a de nº37, será possível essa opção, a critério do beneficiário final;

**6.2.** Na hipótese da aplicação de outra Resolução do Conselho Municipal da Habitação que não a de nº37, prevalecerá o disposto nesta última bem como em sua Instrução Normativa, sempre que haja omissão ou conflito, desde que mais interessante ao beneficiário final;

**6.3.** Na aplicação da Resolução CMH nº32 para o objeto desta Instrução Normativa **não serão considerados** os seguintes dispositivos:

**6.3.1.** o item 2 do capítulo IV **\_ ACESSO ÀS UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AO FUNDO E NÃO COMERCIALIZADAS**, qual seja: "2. O número de unidades habitacionais dadas em permissão de uso não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) dos imóveis do respectivo empreendimento.";

**6.3.2.** o subitem 2.1 alíneas a e b e o subitem 2.2. com seus respectivos subitens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 do capítulo IV **\_ ACESSO ÀS UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AO FUNDO E NÃO COMERCIALIZADAS**, do item 2 acima citado;

**6.3.3.** o subitem 2.5 do capítulo IV **\_ ACESSO ÀS UNIDADES HABITACIONAIS VINCULADAS AO FUNDO E NÃO COMERCIALIZADAS**, do item 2 acima citado.

**6.4.** Em se aplicando a Resolução CMH nº32 para o objeto desta Instrução Normativa aplicar-se-á o quanto segue:

**6.4.1** A permissão de uso onerosa de caráter social poderá ser substituída, a qualquer tempo, por contrato de compromisso de compra e venda, a pedido do interessado, desde que o mesmo tenha adquirido as condições mínimas para o pagamento do preço:

**6.4.1.1.** Desde que esteja adimplente com o pagamento das retribuições mensais da permissão de uso onerosa de caráter social e com os compromissos condominiais, que são condições essenciais para assinatura do contrato de compromisso de compra e venda;

**6.4.1.2.** Os valores pagos a título de permissão de uso onerosa de caráter social, com exceção das parcelas mensais relativas à apólice de seguro, serão deduzidos do valor de

venda da unidade habitacional, no caso do beneficiário exercer a opção de compra nos termos do item 6.4.1.;

**6.4.1.3** Quando da possibilidade de assinatura do contrato de compra e venda, o valor de venda corresponderá ao valor atualizado do Plano de Comercialização pelo Índice IPC-FIPE desde a data da assinatura do Termo de Permissão de Uso Onerosa de Caráter Social.

### **III. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Elton Santa Fé Zacarias**

**Secretário Municipal de Habitação**

**Presidente do Conselho Municipal de Habitação**

---

A "Resolução 37" do Fundo Municipal de Habitação garante que todos os mutirões que assinaram convênio até 2001, devem ser comercializados pelo valor de 60 salários mínimos em 300 prestações mensais de 20% do salário mínimo. A partir dessa resolução diversas associações de mutirão assinaram o contrato com COHAB-SP, de outro lado, através da MP nº 459/09, atual Lei 11.977/09, do Programa Minha Casa, Minha Vida que garante a inclusão de um capítulo específico (CAP. III), contemplando os aspectos fundamentais para a regularização fundiários de assentamentos urbanos a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo propôs a chamada Nova Ação Civil Pública com auxílio da Defensoria Pública e da Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo dos projetos elencados na tabela 4.

"esse processo foi fundamental para a conclusão de mais essa etapa do mutirão autogerido, que é além de ter acesso ao financiamento público pra construir a casa, a cidade, termos também o direito a terra regularizada." Manuel do MDF.



## Considerações Finais

“Era ele quem erguia as casas  
Onde antes só havia chão  
E como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão”.

Operário em Construção, Vinícius de Moraes

Buscamos com essa dissertação dois objetivos: 1) contribuir para a reflexão acerca da produção habitacional autogerida destinada à população de baixa renda. 2) discutir a relevância atribuída à autogestão como instrumento de transformação social. Portanto procedemos a análise de como os movimentos de moradia foram apreendendo os sentidos da autogestão no cotidiano das suas reivindicações materializando-a na experimentação dos projetos de ajuda mútua – mutirão.

Se de um lado o trabalho parte da busca de compreensão dos fundamentos e matrizes da autogestão e investiga seu papel e potencial na produção da moradia social, ao trabalhar as experiências dos movimentos sociais, transpõe a análise para uma perspectiva histórica da interação entre o Estado e a Sociedade Civil.

Isso decorre dos depoimentos apresentados nas entrevistas, em que os entrevistados, enquanto participantes de movimentos organizados expressam sua prática política que, no Brasil dos últimos 25 anos é pautada por essa relação com o Estado.

Foi possível notar que a busca da sociedade civil organizada pela interlocução com o Estado e os diversos entes federados, a partir do processo de redemocratização, passa a ser constante. E que ao longo dos anos a abertura e a qualidade do diálogo entre Estado e a sociedade civil oscilou em função dos atributos da ação governamental, do amadurecimento das relações sociais e da institucionalização da sociedade civil organizada. Esta interação diferenciada quer no tempo, quer no espaço, foi capaz de gerar experiências democráticas, algumas mais vivas, outras menos e, ainda, o fortalecimento ou arrefecimento dos movimentos populares.

Em decorrência dessa oscilação de posturas do Estado relativas à participação, a sociedade civil organizada encontrou, principalmente, nos governos de esquerda pautados pela democracia participativa, a possibilidade de disputa e a efetivação de suas propostas. Percebe-se então o direcionamento da demanda política dos movimentos populares para estes governos, deslocando, em alguns momentos, a pressão de

governos estaduais e municipais que possuem responsabilidade política e social, mas não possuem uma gestão democrática.

Os processos de participação popular iniciados ainda no momento da redemocratização nos municípios, somente tiveram perspectiva de implementação no âmbito federal, no Governo Lula. Mas, ao passarem da esfera local à esfera nacional ampliaram a dimensão dos velhos dilemas relacionados à qualidade de processos participativos, similares àqueles enfrentados na esfera local dos anos 90. A participação dos movimentos populares nos processos participativos da via institucional levou à efetivação de mecanismos políticos-institucionais que deslocaram atuação destes para arenas corporativas e que privilegiaram em muitos casos a organização de aparelhos de poder e busca por status em detrimento da organização social.

A prática da participação institucional no âmbito de Conselhos de Políticas Públicas, de certo modo, gradativamente parece vir dispensando dos partidos políticos de esquerda e dos movimentos sociais a perspectiva de luta pela hegemonia. O pragmatismo, as posturas corporativas dos segmentos de representação e, por vezes, a cooptação tem, não raro, se sobreposto às perspectivas mais estratégicas.

Temos que considerar os importantes avanços conquistados e as transformações apontadas ao longo dessa dissertação, particularmente da política habitacional do governo federal, mesmo que esse não tenha atingido as expectativas daqueles que acreditavam na transformação do nosso país. Do mesmo modo, não podemos deixar de ressaltar que as transformações do Estado são lentas e incrementais, e que dependem em grande medida, das pressões e ações externas que induzam de fato e a todo o momento às transformações almejadas. Sabemos também que todos os aspectos ideológicos atuam no Estado e na construção dessas "pressões" e ainda se estabelecem de forma desigual.

A trajetória realizada permitiu ao movimento não só um aprendizado prático, mas também a sua problematização. A discussão avançou para uma perspectiva situacional de reflexão da pauta de lutas própria do movimento, com reflexo na própria constituição da Política Habitacional e o detalhamento de suas especificidades. Para os entrevistados, o conflito instala-se entre as conquistas, concentradas em projetos pontuais, e a tensão que direciona estas conquistas para a constituição de outros programas.

Apesar das conquistas, em projetos pontuais, a visão ressonante nas entrevistas é o posicionamento de fragilidade dos movimentos, que se relacionam à dificuldade crescente de viabilização de processos. Uma dificuldade é direta e decorre da morosidade e burocracia cotidiana, que levam os projetos a se estenderem por anos. Outra é geral e decorre do próprio recrudescimento do Estado, que criminaliza os movimentos e pontua que as práticas de luta direta levariam a maior dificuldade para viabilidade dos projetos.

A pauta modifica-se com o aprendizado alcançado. O processo de maturação trazia um reconhecimento interno ao movimento de moradia de 'uma decisão de conquista' de cada tema, por serem fundamentais para a viabilização da Política Habitacional.

Todos os movimentos analisados promovem práticas cuja conceituação possui forte consonância com o ideário da autogestão, uma vez que instauram práticas que tencionam para a (des) centralização do poder, incentivam práticas democráticas, por fim, tentam promover ações que tragam a capacidade política dos atores de definirem sua vida e ações. As premissas colocadas trazem sempre uma contradição, porque o processo estabelecido recorrentemente é apropriado, pelo mercado e pelo Estado, obrigando a redefinição das práticas anteriormente concebidas. O processo só traria, em fato, emancipação, com a modificação das condições gerais da sociedade, através do espraiamento das práticas, ou seja, ganhos de escala que levem no limite, à própria conquista do Estado e sua democratização através de novas matrizes.

De outro lado, em algumas entrevistas foi perceptível como o processo de individualização do capital vem direcionando as ações de algumas lideranças do movimento, fortalecendo o pequeno poder em detrimento da autonomia do processo participativo. Tal ação vem provocando um desgaste da liderança com a base do movimento. Apontando, mais uma vez, a necessidade da formação continuada para os membros do movimento.

A participação como prática política introduz "um outro tipo de perspectiva de poder e aí, realmente, de mudança social, real. Onde todo mundo assume seu poder numa perspectiva de co-responsabilidade com a realidade social", segundo Whitaker à Revista Espaço e Debates, SP.1984.

Passados vinte anos da experimentação do primeiro mutirão autogerido, verificamos quanto se modernizou, sejam os projetos, as técnicas ou a forma de executar. Esses projetos modificam a "cara", estrutura, dinâmica do bairro. Muitos deles impactam o seu interno, colaborando para o crescimento e o fortalecimento daquele território. "São novas cidades, bairros, histórias sendo construídas pela mão do povo" (Evaniza Rodrigues)

Os movimentos de moradia foram formulando, propondo e interferindo positivamente na consolidação das políticas de habitação de Interesse social de nosso país, porém o distanciamento na efetivação desses avanços ainda interfere negativamente na vida dos trabalhadores, restando a eles a luta constante por dias melhores e cidades mais justas.

Nesses termos, o presente trabalho, longe de se pretender conclusivo, assume o papel de levantar e oferecer ao debate importantes elementos para sua realização os fundamentos e matrizes da autogestão, a prática das relações sociais no cotidiano dos mutirões autogeridos, a organização e prática dos movimentos sociais de habitação em sua relação com o Estado, o confronto de diferentes dispositivos legais, presentes em nossa esfera jurídica, relativos ao direito à moradia e à produção da moradia social, a dimensão da disputa social envolvida na interpretação dessas normas, presente na formatação dos modelos de comercialização das moradias produzidas pelos mutirões na cidade de São Paulo.

É um percurso pelo conjunto de questões envolvidas no tema da autogestão e mutirão na produção de moradias como item da política habitacional. É essa a contribuição que apporto no presente momento.



**Bibliografia de Referência:**

ABREU, Haroldo & LEITE, Márcia. *Participação popular e hegemonia: desafios da política municipal*. In: Revista Proposta nº 54. Rio de Janeiro: FASE-RJ, ago/ 1992.

Acervo da União dos Movimentos de Moradia São Paulo.

Acervo da Associação dos Trabalhadores da Zona Oeste e Noroeste.

Acervo da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Região Sudeste.

AMARAL, Ângela. *Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo – Habitação*. São Paulo: Instituto Pólis/ PUC-SP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Habitação, participação popular e cidadania*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2001b.

ARANTES, Pedro. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo. Editora 34, 2002.

ARENDDT, Hannah. Sobre a revolução. Lisboa, Antropos-Relógio D'Água, 2001-a, p.139

\_\_\_\_\_. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001-b.

\_\_\_\_\_. O que é autoridade. São Paulo, Perspectivas, 2005.

ARRETCHE, Marta. *Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 11, nº 31. Rio de Janeiro, 1996.

AZEVEDO, Sergio. *Cap.01 - Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências*. In CARDOSO, A. (org). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: CEF/ FINEP, 2007.

BALL, Michel. *O desenvolvimento do capitalismo na provisão da habitação*. In Revista Espaço e Debates nº 36: São Paulo, NERU, 1992.

BARAVELLI, José. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo: dissertação de mestrado, FAUUSP, 2006.

BERÊ, Cláudia Maria. *Legislação Urbanística: A norma e o fato nas áreas de proteção aos mananciais da RMSP*. São Paulo 2005. Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP.

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, E. (org). *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1979.

BONDUKI, Nabil. *Construindo territórios da utopia*. São Paulo: dissertação de mestrado, FAUUSP, 1986.

\_\_\_\_\_, (Org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_, *Origens da Habitação Social: arquitetura moderna, lei do inquilinato e a difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_, "Relatório P 12 – Apresentação da Metodologia: Desenvolvimento da metodologia de avaliação dos programas de aplicação de recursos do FGTS." (São Paulo, 2000. Elaborado por equipe coordenada por Nabil Bonduki.)

BRASIL. Ministério das Cidades. *Cadernos Ministério das Cidades 4: Política Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Habitação / Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil 2005*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Regularização Fundiária*. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

\_\_\_\_\_ (org). *Plano Nacional de Habitação: contribuições dos Seminários regionais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Boletim nº 14/ fev. de 2007. Brasília: IPEA, 2007. (p.279-302).

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CARDOSO, Adauto. *Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas*. Observatório IPPUR/ UFRJ-Fase. Rio de Janeiro: mimeo, sem data.

\_\_\_\_\_. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais*. Observatório IPPUR/UFRJ-Fase. Rio de Janeiro: mimeo, sem data.

CHASIN, José, "Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica", posfácio de TEIXEIRA, F., *Pensando com Marx*, São Paulo, Ensaio, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 13 edição. São Paulo, Editora Ática, 2005.

\_\_\_\_\_, *O que é ideologia*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

COELHO, Franklin. *Movimentos populares urbanos e as novas mediações entre sociedade e política*. In: Revista Proposta, nº67. Rio de Janeiro: FASE-RJ, dez/1995.

COUTINHO, CARLOS NELSON; NOGUEIRA, MARCO AURÉLIO. Gramsci e América Latina. Editora Paz e Terra.

DAGNINO, Evelina (org). *Dossiê: os movimentos sociais e a construção da democracia*. In: Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998/1999.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002;

De Certau, Michel. *A invenção do cotidiano. 1: artes de fazer*. Petrópolis: RJ, vozes, 1994.

DEMO, Pedro. *Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro. Relume-Dandara, 1977.

FAGNANI, Eduardo. *População e bem-estar social no Brasil: 40 anos de ausência de política nacional de habitação popular (1964-2002)*. In: Multiciência: população bem-estar e tecnologia nº 6. Campinas: IE/Cesit/Unicamp, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. Campinas, dissertação IFCH-UNICAMP, 2003.

FERRO, Sergio. *Nota sobre "O vício da virtude"*. In: Novos Estudos, nº 76. São Paulo: Cebrap, nov/2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Silvio. *Habitação Popular em Goiânia: Vila Mutirão, mil casas em um dia*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola, 1997.

Gonçalves Filho, José Moura. *Passagem a Vila Joasina*. São Paulo. Dissertação Psicologia, USP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Humilhação social – um problema político em psicologia*. In: PSICOLOGIA USP, 1998.

Goffman, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, 1988:12.

GOONEWARDENA, Kanishka, KIPFER, Stefan, MILGROM, Richard & SCHMID, Cristian (orgs.). *Space, difference, Everyday Life: reading Henri Lefebvre*. Londres; Nova York, Routledge, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.

GRAZIA, Grazia de. *A Exclusão e os atores nacionais contemporâneos*. In: Revista Proposta, nº67. Rio de Janeiro: FASE-RJ, dez/1995.

GUILLERM, Alain e BOURFET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo, Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. Trad. Flávio Villaça. In: Espaço e Debates, nº6. São Paulo: NERU, 1982.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto moradia*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000.

JACOBI, Pedro. *Atores Sociais e Estado: movimentos reivindicatórios urbanos e Estado – dimensões da ação coletiva e efeitos político-institucionais*. In: Espaço & Debates, nº26. São Paulo: NERU, 1989.

KOWARICK, Lucio. *Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão*. In: Revista Espaço & Debates, nº08. São Paulo, Ed. Cortez, jan/abr, 1983.

LACLAU, Ernesto. *Os novos movimentos sociais e a pluralidade social*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 2, vol.1,out.1986.

LANNOY, Camilo. *O descompasso das políticas públicas para a solução do déficit habitacional*. Brasília: Dissertação de mestrado. FAU-UNB, 2006.

LISSAGARAY, Prosper Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo, Editora Ensaio, 1991



LEFEBVRE, Henri. *Revolutions*, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_. *La vida en el mundo moderno*. Madrid, Alianza, 1972.

\_\_\_\_\_. *La production dr l'espace*. Anthropos, Paris, 1974.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes Editora, 1991.

LEFEBVRE, Henri, RENAUDE, Serge & GUILBAUD, Pierre. *International Competition for the New Belgrade Urban Structure Improvement*. In: BITTER, Sabine & WEBER, Helmut (org.). *Autogestion, or Henri Lefebvre in New Belgrade*. Vienna, Philip and Sternberg Press, 2009-b

LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. In: *Novos Estudos*, nº 76. São Paulo: Cebrap, nov/2006.

LOPES, João Marcos & RIZEK, Cibele. *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*. São Carlos, mimio, 2005.

MARX, K. "A Questão Judaica" in: *Manuscritos Económico-Filosóficos*, Lisboa, Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_, "Manuscritos Económico-Filosóficos", in *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1993.

MARX, K. ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (I Feuerbach)* São Paulo, Hucitec, 1984.

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In MARICATO (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

\_\_\_\_\_. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Política Urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o Governo FHC*. São Paulo: mimeo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cidades: realizações do governo Lula*. mimio, 2006.

MEDEIROS, Fabio. *Análise da adequação dos programas de financiamento habitacional para atender as necessidades de aquisição de moradias adequadas da população de baixa renda no Brasil*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, POLI-USP, 2007.

MELO, Marcus André. *Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de habitação*. In: *Revista Espaço & Debates*, nº 24. São Paulo: NERU, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estruturação intra-urbana, regimes de acumulação e Sistemas Financeiros da Habitação: Brasil em perspectiva comparada*. In: *Revista Espaço & Debates*, no. 31. São Paulo: NERU, 1990.

MÉSZÁROS, I., *Marx: A Teoria da Alienação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social, Ensaio*, 1993.

MOYSÉS, Aristides. A produção de territórios segregados na região noroeste de Goiânia: uma leitura sociopolítica. In: II Encontro "Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida. O desafio para as cidades no século XX". Belém, out. 2001.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: palavra e idéia. In MELLO, S.; Barbieri, E; Sigolo, V. (org). *Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais*, v.2. São Paulo. NESOL-USP/ITCP-USP, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. In: Caderno Cebrap, nº1. São Paulo: Cebrap, 1975.

\_\_\_\_\_. *O vício da virtude*. In: Novos Estudos, nº 74. São Paulo: Cebrap, mar/2006.

PAZ, Rosangela. *Fundo Nacional de Moradia Popular: marco histórico da participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Serviço Social PUC-SP, 1996.

REVISTA PROPOSTA nº 35, *Mutirões Habitacionais: da casa à cidadania*. Rio de Janeiro: FASE-RJ, Ano XII, Set/1987.

REVISTA TEMPORAES, Edição Especial. *Democracia e autogestão*. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, ago/1999.

RIBEIRO, Ana Clara. Alguns traços da conjuntura política: movimentos sociais esfera pública. In: Revista Proposta, nº67. Rio de Janeiro: FASE-RJ, dez/1995.

RIZEK, Cibele Saliba & LOPES, João Marcos de Almeida. Capítulo 3: O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lucio & ABIKO, Alex Kenya (orgs.). *Coletânea HABITARE Volume 5: Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre, ANTAC, 2006.

RONCONI, Reginaldo. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o Programa FUNAPS-Comunitário*. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 1995.

ROYER, Luciana. *Política Habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a companhia de Desenvolvimento habitacional e urbano do Estado de São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*. São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, G. (org.) *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

SANTOS, Cláudio. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Texto para Discussão nº 654. Brasília: IPEA, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola/ Centro João XXIII, 1993.

SERRAN, João Ricardo. *IAB e a política habitacional*. São Paulo: Schema editora, 1976

SINGER, Paul e BRANT, Vinicius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo, Vozes, 1980

SINGER, Paul & SOUZA, André (org.). *A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

STEINBERGER, Marília. *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: LGE Editora/ Paralelo 15, 2006.

TELLES, Vera. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, Editora 34, 2001.

VARGAS, Nilton *Racionalidade e não racionalização: o caso da construção habitacional*. In: FLEURY, A.C.C. & VARGAS, N. *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1983.

VILLAÇA, Flavio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global Editora, 1986.

Whitaker, Ferreira. *Revista Espaço e Debates*, SP. 1984.

**Endereços eletrônicos consultados:**

Ministério das Cidades: [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

Fórum Nacional da Reforma Urbana: [www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br),

Caixa Econômica Federal: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br),

Agência Brasil – EBC: [www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br),

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br),

Fundação Perseu Abramo: [WWW.fpabramo.org.br](http://WWW.fpabramo.org.br)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: [HTTP://ibge.gov.br](http://HTTP://ibge.gov.br)

Instituto Brasileiro de Direito Público: [WWW.direitodoestado.com.br](http://WWW.direitodoestado.com.br)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): [WWW.ipea.gov.br](http://WWW.ipea.gov.br)

Observatório das Metrópoles/IPPUR: [WWW.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br](http://WWW.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br)

Rádio Brás: [WWW.radiobras.gov.br](http://WWW.radiobras.gov.br)

Prefeitura Municipal de São Paulo: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

União Nacional por Moradia Popular: [www.unmp.org.br](http://www.unmp.org.br)

União dos Movimentos de Moradia SP: [www.sp.unmp.org.br](http://www.sp.unmp.org.br)

[www.hic-al.org](http://www.hic-al.org)

[www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)

[www.fucvam.org.uy](http://www.fucvam.org.uy)

**Entrevistas Realizadas**

Abraão (liderança da UMM –SP)

Angélica (moradora do mutirão City Jaraguá)

Antonio José (liderança do MNLM)

Benedito Barbosa – Dito (liderança da CMP – São Paulo)

César Ramos (Ministério das Cidades)

Dona Cida (fundadora do movimento de moradia da Zona Oeste)

Dona Cícera (militante do movimento de moradia da Zona Oeste)

Donizete Fernandes (liderança da UNMP – São Paulo)

Elenízia Simões (fundadora do movimento de moradia da Zona Oeste)

Etelvina (moradora do mutirão Jardim Celeste)



Evaniza Rodrigues (liderança da UNMP – São Paulo)

Fátima (liderança da UMM e moradora do mutirão Jardim Celeste)

Graça (liderança da UMM-SP e moradora do mutirão Jardim Celeste)

Henrique Pacheco (fundador do movimento na região Oeste e ex-vereador e deputado estadual pelo PT/SP)

Isabel Cabral (Membro da Assessoria Técnica)

Leonardo Peccina (Membro de Assessoria Técnica)

Leonor (liderança do movimento da região Oeste UMM-SP)

Lindalva (liderança da região sudeste UMM-SP)

Marisa (liderança do movimento da região leste UMM – SP)

Maurício (mutirante do City Jaraguá)

Ramon (militante da região Sul)

Roberto José (militante do movimento da região Oeste)

Samuel (liderança da CMP)

Sidnei (liderança da UMM/SP)

Silvia Foratto (servidora da COHAB SP)

Sheilinha (mutirão City Jaraguá)

Vanda (militante do movimento de moradia da Zona Oeste)

Verinha (liderança da UMM-SP)

Zequinha (liderança da UMM/SP)